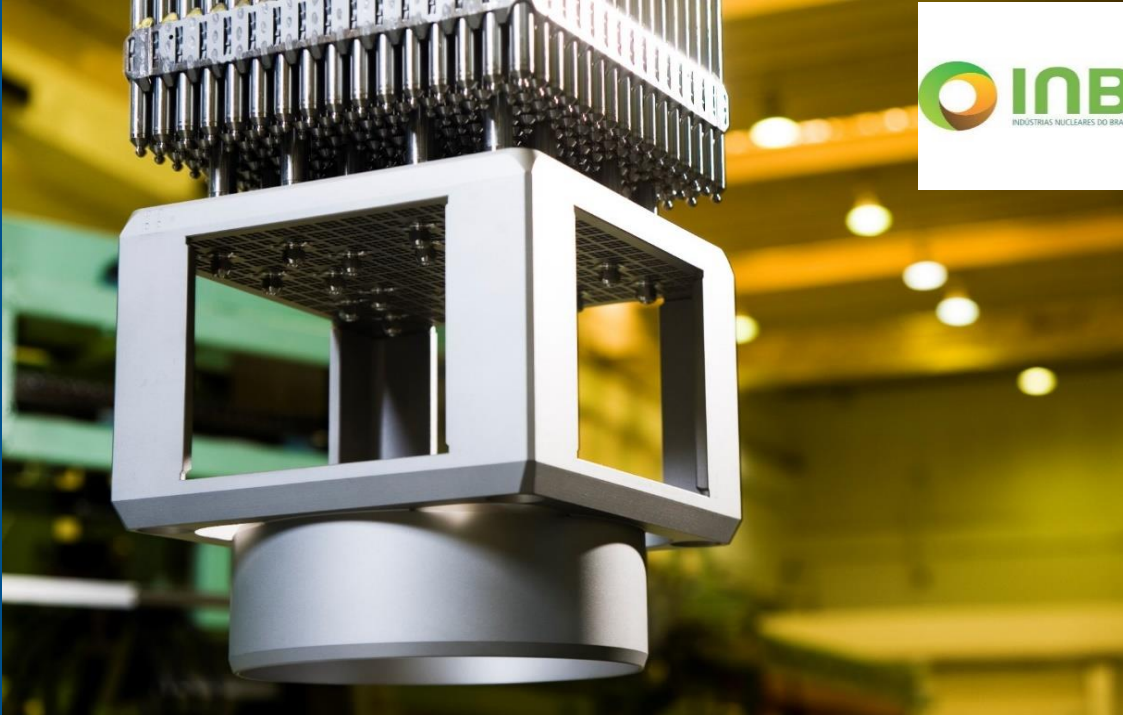




**EMPRESA BRASILEIRA DE  
PARTICIPAÇÕES EM  
ENERGIA NUCLEAR E  
BINACIONAL S.A.**

# **Relatório de Gestão Integrado 2022**



# **RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO**

## **EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A.**

**ENBPar**

**2022**

**SEDE**

Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Lote C, Bloco A, Torre B  
Edifício Parque Cidade Corporate, Salas 701, 702, 704 e 705  
Asa Sul – Brasília – DF

## **Conselho de Administração**

Patricia Wieland

**Presidente em Exercício**

### **Conselheiros**

Miguel Alberto Ignatios

Ney Zanella dos Santos

Ricardo Moura de Araujo Faria

Sandro de Vargas Serpa

## **Diretoria Executiva**

NEY ZANELLA DOS SANTOS

**Diretor-Presidente**

ARMANDO CASADO DE ARAUJO

**Diretor de Finanças**

CAMILLA DE ANDRADE GONÇALVES FERNANDES

**Diretora de Comercialização de Energia**

JOSÉ ROBERTO BUENO JUNIOR

**Diretor de Gestão Corporativa e Sustentabilidade**

## Sumário

|                                                     |     |
|-----------------------------------------------------|-----|
| APRESENTAÇÃO.....                                   | 7   |
| MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE.....                 | 10  |
| 1. GOVERNANÇA DA EMPRESA .....                      | 101 |
| 1.1. Estrutura de Governança.....                   | 13  |
| 1.2. Identidade da Empresa.....                     | 20  |
| 1.3. Planejamento Estratégico .....                 | 20  |
| 1.4. Gestão de Riscos .....                         | 23  |
| 1.5. Conduta, Ética e Integridade .....             | 24  |
| 1.6. Ouvidoria.....                                 | 25  |
| 1.7. Perfil da Empresa.....                         | 25  |
| 1.8. Governança Corporativa.....                    | 26  |
| 1.9. Estrutura Organizacional.....                  | 28  |
| 1.10. Modelo de negócios.....                       | 30  |
| 1.11. Cadeia de valor .....                         | 31  |
| 1.12. Materialidade.....                            | 31  |
| 2. GESTÃO DE NEGÓCIOS.....                          | 32  |
| 2.1. Energia Limpa .....                            | 32  |
| 2.2. Mercado.....                                   | 33  |
| 2.3. Itaipu Binacional .....                        | 33  |
| 2.4. Eletronuclear S.A.....                         | 35  |
| 2.5. Indústrias Nucleares do Brasil S.A.– INB ..... | 36  |

|      |                                                       |     |
|------|-------------------------------------------------------|-----|
| 2.6. | Políticas Públicas .....                              | 37  |
| 3.   | DESEMPENHO E RESULTADOS DA GESTÃO .....               | 44  |
| 3.1. | Destaques.....                                        | 44  |
| 3.2. | Gestão Orçamentária e Financeira .....                | 46  |
| 3.3. | Gestão de Licitações e Contratos .....                | 96  |
| 3.4. | Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....              | 96  |
| 3.5. | Gestão da Tecnologia da Informação.....               | 97  |
| 3.6. | Sustentabilidade Ambiental .....                      | 102 |
| 3.7. | Gestão de Pessoas .....                               | 103 |
| 4.   | DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....                         | 109 |
| 4.1. | Balanço Patrimonial.....                              | 109 |
| 4.2. | Demonstrações do Resultado do Exercício .....         | 111 |
| 4.3. | Demonstrações do Resultado Abrangente.....            | 112 |
| 4.4. | Demonstração do Valor Adicionado .....                | 112 |
| 4.5. | Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ..... | 114 |
| 4.6. | Demonstrações de Fluxo de Caixa .....                 | 115 |

## APRESENTAÇÃO

A Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – **ENBPar** é uma empresa pública, de capital fechado, e uma sociedade por ações regida pelo seu Estatuto Social, pelas Leis nº 14.182, de 12 de julho de 2021, nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, além dos Decretos nº 10.791, de 10 de setembro de 2021, e nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais disposições legais aplicáveis.

A ENBPar tem por objeto social:

- Manter sob o controle da União a operação de Usinas Nucleares, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.182, de 12 de junho de 2021;
- Manter a titularidade do capital social e a aquisição dos serviços de eletricidade da Itaipu Binacional por órgão ou por entidade da Administração Pública Federal, para atender ao disposto no Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, para o Aproveitamento Hidroelétrico dos Recursos Hídricos do rio Paraná, pertencentes em Condomínio aos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a Foz do Rio Iguaçu, promulgado pelo Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973;
- Gerir contratos de financiamento que utilizem recursos da Reserva Global de Reversão – **RGR**, celebrados até 17 de novembro de 2016, e administrar os bens da União sob administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, previsto no Decreto-Lei nº 1.383, de 26 de dezembro de 1974;
- Administrar a conta corrente denominada Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – **Procel**, de que trata a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000; e
- Gerir os contratos de comercialização da energia gerada pelos empreendimentos contratados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – **Proinfa**, de que trata a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Ainda, a ENBPar tem a responsabilidade pela gestão dos programas de governo que estão sendo transferidos da Eletrobras para a Empresa, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “Luz para Todos” – LPT e o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal – “Mais Luz para a Amazônia” – MLA, conforme disposto na Portaria nº 556, de 06 de outubro de 2021, do MME-Ministério de Minas e Energia.

A ENBPar apresenta neste documento o seu Relatório de Gestão (RG), na forma de Relatório Integrado (RI), do exercício de 2022, elaborado de acordo com o disposto no Anexo da Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – TCU nº 198, de 23 de março de 2022, e na Instrução Normativa – TCU nº 84, de 22 de abril de 2020.

Este RG é a peça central da prestação de contas do exercício de 2022, tendo como objetivo principal oferecer, no contexto do ambiente externo no qual a Empresa exerce suas atividades, uma visão clara para a sociedade sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da Empresa a leva à geração do seu valor público em curto, médio e longo prazos, além de demonstrar e justificar os resultados alcançados em face dos objetivos estratégicos estabelecidos.

O presente relatório tem, ainda, o objetivo de atender aos normativos legais que regulamentam as atividades da ENBPar e de suas participadas (Itaipu Binacional, Eletronuclear S.A. – Eletronuclear e Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB) e a conduta perante os acionistas, órgãos de controle e sociedade. As informações nele contidas são apresentadas em conformidade com as disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro 2016, e das Decisões e Instruções Normativas do TCU já citadas. Os dados e informações financeiras apresentadas foram elaborados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para viabilizar os objetivos descritos, o Relatório de Gestão Integrado da ENBPar está estruturado em quatro (04) tópicos, a saber:

- I. Governança;

- II. Gestão de Negócios;
- III. Desempenho, Resultados da Gestão; e
- IV. Demonstrações Contábeis.

Na abordagem da Governança será apresentada a visão organizacional da Empresa, o ambiente no qual são contextualizadas as suas atividades e de suas participadas, e o conjunto de mecanismos utilizados para o exercício da liderança, das estratégias e do controle, com vistas à condução das políticas públicas inerentes às atribuições da Empresa e de suas participadas, bem como à prestação dos serviços de interesse da sociedade presente nos cenários de atuação.

No que diz respeito à Gestão de Negócios, diante dos desafios e das potencialidades da ENBPar, da Itaipu Binacional, da Eletronuclear e da INB, sob a pauta do compromisso com o desenvolvimento sustentável da sociedade, e com o respeito às pessoas e à vida, serão apresentadas as condutas da Empresa na busca do seu conhecimento como uma empresa inovadora e referência na gestão de energia limpa no País.

A apresentação de conformidade na gestão orçamentária, financeira e nas demonstrações contábeis, bem como na gestão patrimonial, de infraestrutura, de sustentabilidade, de recursos humanos e de tecnologia e inovação se traduz como um compromisso de atuação da Empresa perante a sociedade, pautando suas atividades empresariais com respeito aos princípios éticos, procurando, sempre, garantir a coerência entre o discurso e a prática, balizando seus compromissos com a eficiência, a competitividade e a meritocracia.

## Mensagem do Diretor-Presidente



**Ney Zanella dos Santos**  
*Diretor-Presidente da ENBPar*

A ENBPar nasceu cheia de “energia”, comprometida com a sustentabilidade e determinada a buscar as melhores práticas de governança, ética e transparência, para assegurar o seu amplo acesso às informações relevantes sobre as atividades, negócios, decisões empresariais e dados contábeis e financeiros da Empresa.

Podemos considerar que o objeto social da Empresa, representado pelos programas de políticas públicas, efetivados na gestão dos serviços públicos do setor de energia, ganha relevância no ambiente de atuação da ENBPar. Nesse sentido, destaco o Relatório de Gestão Integrado como um mecanismo que permite a redução das incertezas, e que norteia os passos futuros da Empresa.

Diante dos desafios que temos pela frente, conforme ficarão expostos neste relatório, e com a ajuda de todos os nossos colaboradores, esperamos ser uma empresa referência no mercado de energia limpa, comprometida com a segurança e com as boas práticas ambientais, sociais e de governança.

## 1. GOVERNANÇA DA EMPRESA

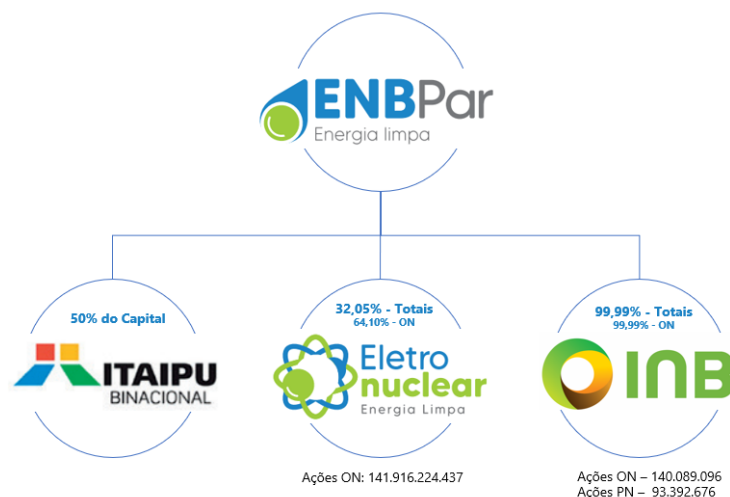
A estrutura de Governança Corporativa da ENBPar está pautada nos pilares de boas práticas que regulam as relações corporativas, suportam os controles internos e garantem uma atuação de conformidade e transparência nas tomadas de decisões.

Construindo os alicerces para implantação de uma governança corporativa baseada nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, a Diretoria Executiva, em 2022, apresentou e teve aprovadas no Conselho de Administração as diretrizes bases para uma governança corporativa que possa permitir à Empresa um crescimento sustentável, garantindo a sua integridade ao longo dos anos, tais como:

- Estatuto Social;
- Política de Conformidade Corporativa;
- Política de Riscos;
- Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Política de Segurança da Informação;
- Código de Conduta e Integridade;
- Regulamento Interno de Licitações e Contratos;
- Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Regimento Interno da Diretoria Executiva;
- Regimento Interno do Conselho Fiscal;
- Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário;
- Regimento Interno do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;
- Política de Alçadas;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- As propostas dos Programas de Dispêndios Globais (PDG), para 2022 e para 2023, e do Orçamento de Investimentos, para o exercício 2023;
- Os Planos Anuais de Atividades de Auditoria Interna para 2022 e 2023 (PAINT 2022 e PAINT 2023);
- O Planejamento Estratégico e o Plano Diretor de Negócios e Gestão, para o período 2023-2027.

Compondo os alicerces da nossa governança, foram ativados a Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria Estatutário, a Ouvidoria, a Assessoria de Integridade, Conformidade e Gestão de Riscos e o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

### Participações Societárias da *Holding*

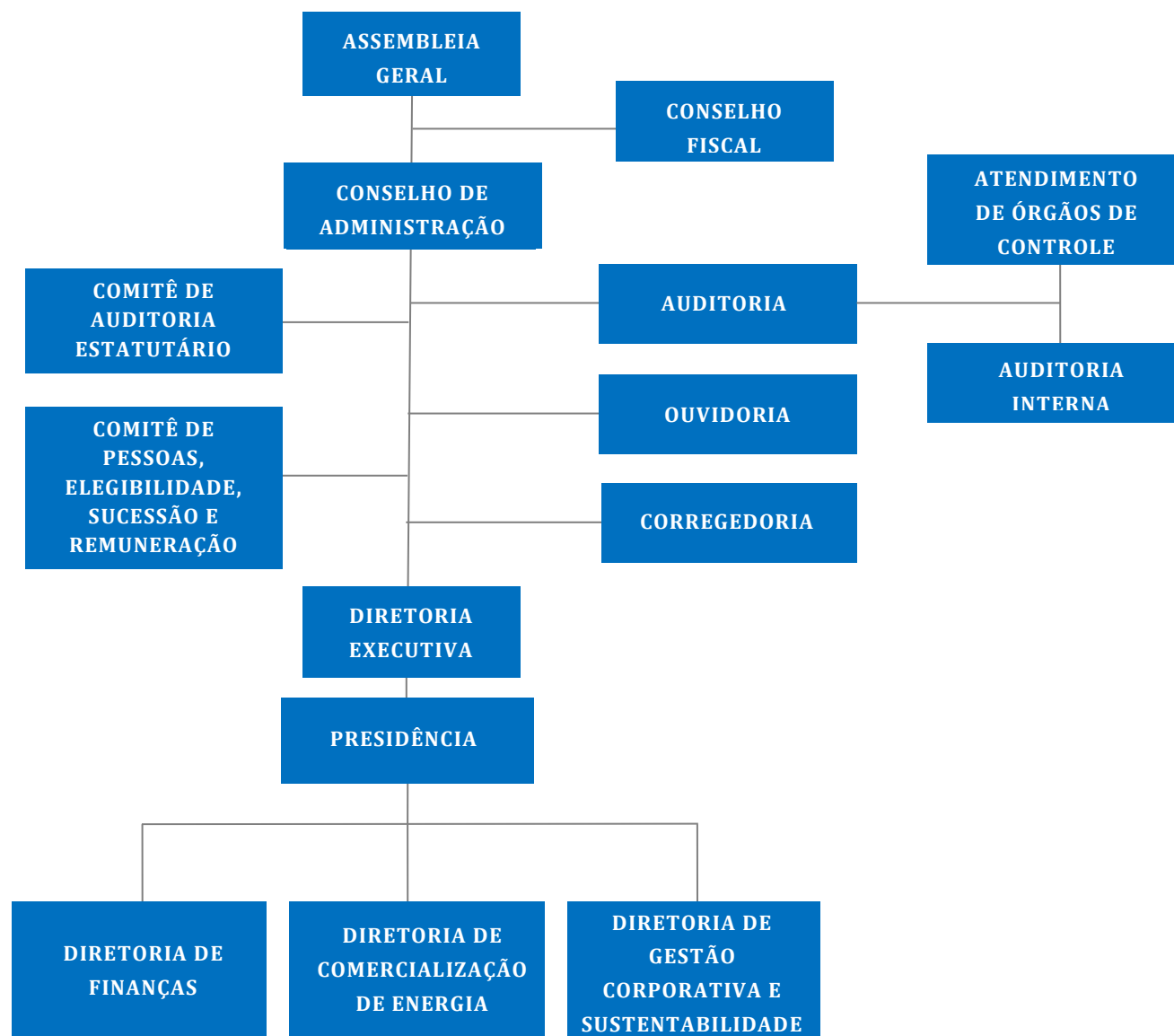


A ENBPar é, atualmente, acionista controladora de duas subsidiárias e detém 50% da titularidade do capital social da Itaipu Binacional.

Quando a ENBPar iniciou sua participação no processo de desestatização, ela assinou com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras:

- Acordo de Acionistas para regular a governança entre as partes, como acionistas da Eletronuclear;
- Acordo de Investimento para regular a governança da construção de Angra 3;
- Contrato de Transferência de Participação Societária e outras avenças para a transferência da participação societária da Itaipu Binacional; e
- Contrato de Transição e Transferência dos Programas Setoriais e do BUSA – Bens da União Sob Administração.

## 1.1 Estrutura de Governança



Em 2022, a Assembleia Geral foi convocada em duas oportunidades:

**1ª.** Em 4 de janeiro, quando foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária de Constituição da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar, presidida pelo representante da União, que deliberou pela:

- aprovação do capital social inicial, no montante de R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), representado por 4.000.000.000 (quatro bilhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal;
- aprovação do Estatuto Social da nova Empresa;
- declaração da constituição da nova Empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME);
- eleição e investidura dos membros do Conselho de Administração (CONSAD) da nova Empresa, composto por 5 (cinco) representantes do MME, dos quais 2 (dois) são independentes, e por 2 (dois) representantes do Ministério da Economia (ME);
- eleição dos membros do Conselho Fiscal (CONFIS) da Empresa, composto por 2 (dois) representantes do MME e 1 (um) representante do Tesouro Nacional; e
- fixação da remuneração global para administradores, conselheiros fiscais e demais membros estatutários remunerados.

**2ª.** Em 26 de outubro, quando foi realizada a 2ª Assembleia Geral Extraordinária, houve a aprovação:

- do aumento do capital social da Companhia, por meio do aporte das ações de propriedade da União, representativas do capital social da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, para R\$ 5.111.344.151,40 (cinco bilhões cento e onze milhões trezentos e quarenta e quatro mil cento e cinquenta e um reais e quarenta centavos), sem alteração da quantidade de ações;
- da inclusão, como objeto social da ENBPar, do controle acionário da INB; e
- da exclusão do Parágrafo único do art. 113, do Estatuto Social da ENBPar.

**Composição do Conselho Administração**

| Nome                          | Órgão/Autoridade Indicante | Cargo                                         |
|-------------------------------|----------------------------|-----------------------------------------------|
| Pedro Paulo Dias Mesquita     | MME                        | Presidente                                    |
| Ney Zanella dos Santos        | MME                        | Membro                                        |
| Mauro Henrique Moreira Souza  | MME                        | Membro                                        |
| Miguel Alberto Ignatios       | MME                        | Membro Independente                           |
| Patricia Wieland              | MME                        | Membro Independente - Presidente (substituta) |
| Ricardo Moura de Araujo Faria | ME                         | Membro                                        |
| André Resende Guimarães       | ME                         | Membro                                        |

O Sr. André Resende Guimarães, em 12 de setembro, apresentou sua renúncia ao cargo de Conselheiro da ENBPar, sendo substituído, em 13 de setembro, pelo Sr. Sandro de Vargas Serpa.

O Sr. Pedro Paulo Dias Mesquita, em 09 de novembro, renunciou ao cargo de Presidente e de Conselheiro da ENBPar. Ato contínuo, a Sra. Patricia Wieland assumiu o cargo de Presidente em Exercício do Conselho de Administração da ENBPar.

O Sr. Mauro Henrique Moreira Sousa apresentou, em 06 de dezembro, a sua renúncia ao cargo de Conselheiro da ENBPar.

Em 31 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração da ENBPar conta com 5 (cinco) membros, estando duas vagas em aberto, conforme delineado abaixo:

**Composição do Conselho Administração**

| Nome             | Membros indicados | Cargo      |
|------------------|-------------------|------------|
| Patricia Wieland | MME               | Presidente |

|                               |     |                     |
|-------------------------------|-----|---------------------|
| Ney Zanella Dos Santos        | MME | Membro              |
| Miguel Alberto Ignatios       | MME | Membro Independente |
| Ricardo Moura De Araujo Faria | ME  | Membro              |
| Sandro de Vargas Serpa        | ME  | Membro              |

### Composição do Conselho Fiscal

| Nome                           | Membros indicados | Cargo           |
|--------------------------------|-------------------|-----------------|
| Leila Przytyk                  | MME               | Presidente      |
| Leonardo Martins Canuto Rocha  | ME                | Membro          |
| Manoel Humberto Lemos Da Silva | MME               | Membro Suplente |
| Christiany Salgado Faria       | MME               | Membro Suplente |
| Rodrigo Pereira Neves          | ME                | Membro Suplente |

O Conselho de Administração é assessorado por dois comitês: o Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) e o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CPESR).

O Comitê de Auditoria Estatutário, integrado por 4 (quatro) membros externos, é órgão de assessoramento do Conselho de Administração, auxiliando este, entre outros, no monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, da conformidade, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.

### Composição do COAUD \*

| Nome                                     | Cargo      |
|------------------------------------------|------------|
| Rosalía Maria Tereza Sergi Agati Camello | Presidente |
| Ney Furtado De Faria                     | Membro     |
| José Wanderley Pinheiro                  | Membro     |

Sérgio Januário De Freitas

Membro

\*eleição em 07 de junho, pelo CONSAD

O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CPESR), constituído por 3 (três) membros, e criado em 13 de setembro de 2022, em substituição à Comissão de Elegibilidade Transitória do MME (art. 5º, do Decreto nº 10.791, de 10 de setembro de 2021), presta assessoramento ao acionista e ao CONSAD nos processos de indicação, de avaliação, de sucessão e de remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e demais membros de órgãos estatutários.

**Composição do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração\***

| Nome                    | Cargo      |
|-------------------------|------------|
| Patricia Wieland        | Presidente |
| Miguel Alberto Ignatios | Membro     |
| Ney Furtado De Faria    | Membro     |

\*na forma do Estatuto Social

**1.1.1. Composição da Diretoria Executiva**

A Diretoria Executiva da ENBPar é formada por um Diretor-Presidente e por 3 (três) diretores nomeados pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão até 03 de janeiro de 2024:

**Composição da Diretoria Executiva**

| Nome                     | Cargo                |
|--------------------------|----------------------|
| Ney Zanella dos Santos   | Diretor - Presidente |
| Armando Casado de Araujo | Diretor de Finanças  |

Camilla de Andrade Gonçalves Fernandes

Diretora de Comercialização de Energia

José Roberto Bueno Junior

Diretor de Gestão Corporativa e Sustentabilidade

### **1.1.2. Seleção e Avaliação para os Órgãos Estatutários da Empresa**

Os indicados aos cargos de administradores, conselheiros fiscais e demais membros estatutários da Companhia devem preencher os requisitos exigidos pelas Leis nº 13.303/2016 e nº 6.404/1976, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelo Estatuto Social vigente, além de outros critérios legais e regulamentares aplicáveis.

Cabe ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração verificar a adequação do indicado aos requisitos e a ausência de vedações legais e estatutárias, exigidos para a indicação de administradores, conselheiros fiscais e demais membros dos comitês de assessoramento da Empresa.

### **1.1.3. Atribuições da Alta Administração da Empresa**

Constituem a alta administração da ENBPar o Conselho de Administração (CONSAD) e a Diretoria Executiva (DIREX). Suas atribuições e competências estão definidas no Estatuto Social da Empresa e demais regulamentos internos.

É responsabilidade do CONSAD a fixação de diretrizes para a administração, por iniciativa dos seus membros ou por propostas da DIREX. À Diretoria Executiva cabe a direção geral da Empresa, respeitando as diretrizes emanadas do CONSAD. As normas internas, aprovadas pela DIREX, tratam, dentre outros assuntos, da delegação de competências para autorização de gastos e assinatura de atos e contratos estabelecidos na Política de Alçadas.

### **1.1.4. Treinamento da Alta Administração e dos Empregados**

A ENBPar criou e vem aplicando um programa de aprimoramento para seus administradores e empregados que envolve diversas ações educacionais, com temas para a promoção do desenvolvimento de seu pessoal de forma consistente e continuada. Diversos temas como compliance, boas práticas

de governança corporativa, conduta, integridade, proteção de dados, entre outros, foram abordados em forma de palestras e cursos, através de videoconferência, buscando, sempre, atingir os objetivos estratégicos da Empresa e atender ao previsto na “Lei das Estatais”.

### 1.1.5. Política de Remuneração

A remuneração anual de administradores, conselheiros fiscais e membros do COAUD é aprovada em Assembleia Geral e é balizada pelas diretrizes da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

| Remuneração anual aprovada para os administradores, conselheiros fiscais e membros do COAUD em 2022: | R\$       |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Conselho de Administração                                                                            | 522.447   |
| Conselho Fiscal                                                                                      | 223.906   |
| Diretoria Executiva                                                                                  | 5.627.609 |
| Comitê de Auditoria Estatutário                                                                      | 648.000   |

\* Valores aprovados para o período de janeiro de 2022 a março de 2023

Os membros da Diretoria Executiva fazem jus a uma remuneração mensal correspondente aos honorários fixos atribuídos pelo exercício da função, acrescidos dos demais benefícios.

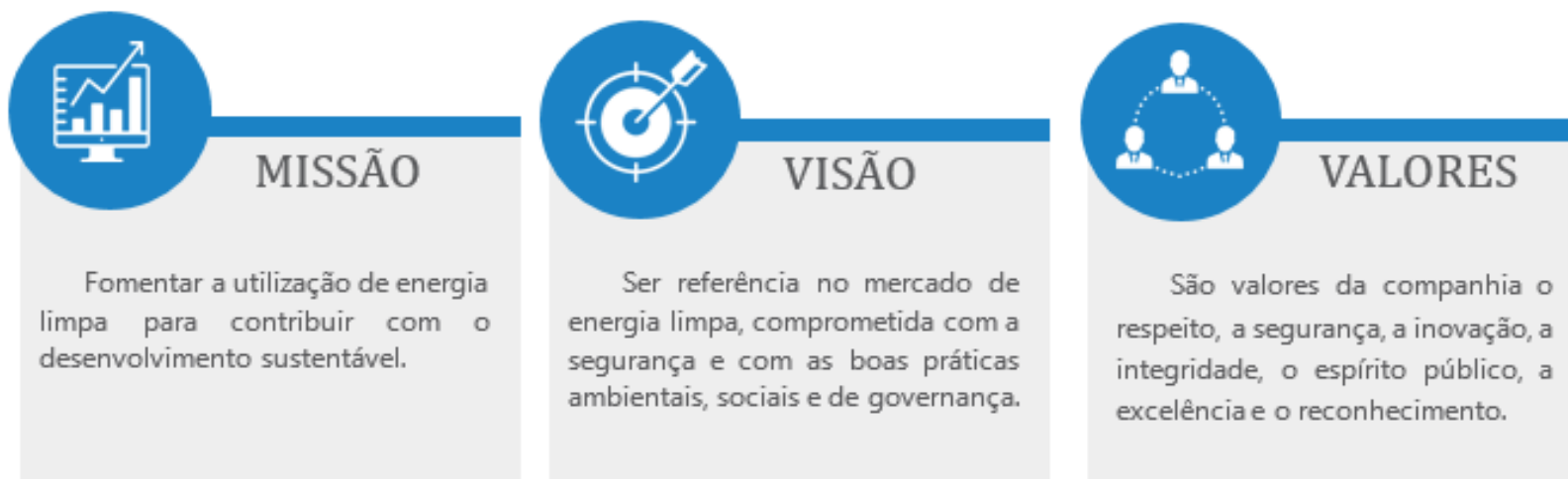
A remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal é fixada em 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores referentes aos benefícios diretos e indiretos a eles concedidos, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário fazem jus a uma remuneração fixa mensal estabelecida e aprovada pela Assembleia Geral.

Os membros do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração não são remunerados.

## 1.2. Identidade da Empresa

A Identidade Empresarial da ENBPar representa o seu papel institucional perante a sociedade e tem como parâmetros sua **missão**, **visão** e **valores**.



## 1.3. Planejamento Estratégico

A Diretoria Executiva da ENBPar considera o Planejamento Estratégico como um mecanismo que reduz incertezas e norteia os passos futuros da Empresa. As perspectivas relacionadas à estratégia empresarial da ENBPar são: Sustentabilidade, Cliente e Negócios, Financeira, Processos Internos e Recursos Humanos, propiciando-nos assim a oportunidade de atuar com objetividade, observando as melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança – ASG.

A Lei nº 13.303/2016, conhecida como a Lei das Estatais, também trouxe a nível formal e compulsório, o Planejamento Estratégico, por intermédio do Plano Diretor de Negócios e Gestão – PDNG, de cinco anos, revisto anualmente, e da Estratégia de Longo Prazo.

A seguir, o Mapa Estratégico apresenta as perspectivas, as diretrizes e os objetivos estratégicos (orientados por metas e indicadores), direcionados ao cumprimento da Missão e da Visão, pautados nos Valores institucionais assumidos:



| PERSPECTIVAS            | DIRETRIZES ESTRATÉGICAS                                                                    | OBJETIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|-------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>SUSTENTABILIDADE</b> | Atingir a excelência em governança, gestão de riscos e controles internos (GRC).           | <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Alcançar padrões de governança corporativa e integridade empresarial, alinhados às melhores práticas;</li> <li>○ Divulgar a imagem da empresa na sociedade;</li> <li>○ Promover a inclusão social com o uso sustentável de energia renovável em regiões remotas da Amazônia Legal.</li> </ul> |
|                         | Gerir os Programas de Governo, fomentando o desenvolvimento social, ambiental e econômico. | <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Promover a eficiência energética para postergar os investimentos de G&amp;T&amp;D no setor elétrico, reduzindo os impactos ambientais.</li> <li>○ Promover o desenvolvimento e a inclusão social no meio rural em todo o país.</li> </ul>                                                     |

|                            |                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|----------------------------|------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>CLIENTES E NEGÓCIOS</b> | Ampliar a matriz de geração de energia limpa.                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conclusão da construção de Angra 3.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>FINANCEIRA</b>          | Gerar resultados sustentáveis.                                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Controlar e monitorar a ENBPar e suas participadas para a manutenção da sustentabilidade financeira.</li> <li>• Controlar e monitorar os programas de governo sob o aspecto econômico-financeiro para subsidiar a gestão de contratos.</li> <li>• Viabilizar a captação de recursos com garantia da União para a conclusão de Angra 3.</li> </ul> |
| <b>PROCESSOS INTERNOS</b>  | Fomentar a criação de valor na gestão da empresa.                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a inovação e a transformação dos processos de negócio e de gestão.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>RECURSOS HUMANOS</b>    | Desenvolver a cultura de alta performance e excelência na gestão de pessoas. | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver a cultura de gestão do conhecimento e implantar programas de gestão de pessoas.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                            |

As perspectivas enfocam as atividades da organização em conformidade com as diretrizes e os objetivos estratégicos.

As diretrizes estratégicas têm por finalidade minimizar os pontos fracos e ameaças, ao mesmo tempo que exploram os pontos fortes e oportunidades identificados.

Os objetivos estratégicos e os indicadores deles decorrentes estão em consonância com as perspectivas que enfocam as atividades e os resultados a serem alcançados pela Empresa, sendo orientados pelas Diretrizes Estratégicas.

A construção dos indicadores e das metas teve como base os objetivos estratégicos. Nesse sentido, as metas estabelecidas para os indicadores da ENBPar estão alinhadas com o previsto no seu Estatuto e focadas na sustentabilidade financeira da Empresa.

Todo esse processo formata o Plano Diretor de Negócios e Gestão – PDNG, também elaborado para o período de 2023 a 2027, com revisões anuais.

#### **1.4. Gestão de Riscos**

A ENBPar instituiu a sua Política de Gestão de Riscos com a finalidade de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades, para a orientação dos processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da Empresa, incorporando essa visão ao seu Planejamento Estratégico, ao PDNG e à tomada de decisões, em conformidade com as regulamentações aplicáveis e com as melhores práticas.

É relevante considerar que o alcance das metas constantes do PDNG tem premissas econômico-financeiras, regulatórias e de negócios, para o monitoramento dos riscos inerentes ao planejamento de ações futuras em condições de incerteza.

Foram considerados dois grupos de riscos na elaboração do PDNG: os riscos associados aos negócios e os riscos associados ao ambiente, à gestão interna e às questões jurídicas. Cada um deles foi classificado quanto à probabilidade de ocorrência e quanto ao impacto que podem causar nas atividades da Empresa, as quais provocam consequências, impactando na governança, na estruturação, na imagem e/ou na sustentabilidade.

Em termos de apetites a riscos, a ENBPar não admite o não comprometimento da disciplina financeira, da sustentabilidade empresarial, dos padrões éticos e de compliance e da segurança dos nossos colaboradores e das empresas participadas.

### 1.5. Conduta, Ética e Integridade

A ENBPar, como empresa pública, adota princípios nos quais se incluem o respeito à vida em todas as suas formas, à diversidade e aos direitos humanos, e o cuidado com a qualidade de vida, a saúde, o meio ambiente e a segurança.

Nas atividades empresariais, a ENBPar, com respeito aos princípios éticos, procura garantir a coerência entre o discurso e a prática, balizando seus compromissos com eficiência, competitividade e meritocracia. Assim, a Companhia busca refletir a imagem do que de fato é, e o tipo de empresa que pretende ser.

São compromissos assumidos pela ENBPar perante a sociedade:

- Atuar em conformidade com o princípio da sustentabilidade, comprometida com o desenvolvimento social, com respeito às culturas locais, priorizando o uso de recursos naturais renováveis e com utilização responsável e eficiente dos recursos econômicos;
- Zelar pelo desenvolvimento de uma consciência socioambiental para contribuir na preservação do meio ambiente, dentro e fora da Empresa e de suas participadas;
- Zelar pela utilização, de maneira consciente, racional, responsável e sustentável, dos recursos naturais indispensáveis para o desenvolvimento dos negócios da Empresa e suas participadas, respeitando a biodiversidade;
- Fomentar a incorporação de critérios socioambientais nos processos de gestão na Empresa e nas suas participadas;
- Apoiar a participação da Empresa e participadas em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e industrial, com interação ativa com a comunidade acadêmica e científica;
- Apoiar o compartilhamento de ideais de respeito aos direitos humanos e aos princípios de justiça social e bem-estar;
- Apoiar a manutenção de canais permanentes de comunicação e diálogo com todos os públicos de forma transparente, respeitosa e construtiva;
- Incentivar o envolvimento e o comprometimento da Empresa e participadas em debates, e na formulação de propostas para viabilizar e fortalecer projetos de caráter social, em ações articuladas com órgãos ou entidades públicas e privadas;
- Apoiar a prevenção e o combate a fraudes e ilícitos no relacionamento com órgãos e entidades públicas e privadas; e

- Apoiar a prestação de serviços de forma responsável e em harmonia com o interesse público.

## **1.6. Ouvidoria**

A Ouvidoria da ENBPar é o principal canal de relacionamento entre a Empresa e seu público, sendo responsável pelo recebimento e processamento de todo tipo de manifestação, incluindo denúncias de clientes internos e externos. O objetivo é a busca por melhoria dos processos e a transparência das ações da Empresa e de suas participadas por meio da identificação de riscos e oportunidades na gestão corporativa.

Em 2022, foram recebidas sete manifestações, sendo duas denúncias mediante o sistema “FalaBR” e as demais por intermédio de correspondências endereçadas ao MME, todas referentes a fatos intrínsecos às empresas participadas. Todas as manifestações receberam o tratamento e a apuração devida, seguindo as boas práticas estabelecidas e adotadas no serviço público, sendo as conclusões de apurações comunicadas aos respectivos manifestantes.

A ENBPar está se estruturando, em especial no que diz respeito aos processos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, para conduzir por seus próprios meios as tarefas atinentes aos serviços de ouvidoria.

## **1.7. Perfil da Empresa**

A ENBPar possui uma estrutura societária conforme apresentado anteriormente (pag.12), com os destaques nos marcos abaixo apresentados:

#### Criação da ENBPar

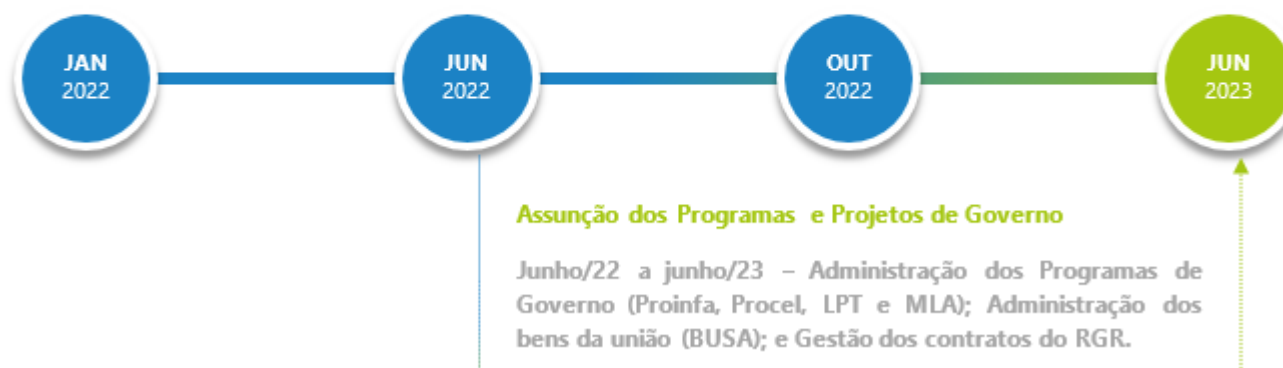
04/01 - Assembleia para constituição da ENBPar.

#### Desestatização da Eletrobras

17/06 - Assunção das operações de comercialização de Itaipu; e aquisição de ações da Eletronuclear, tornando acionista controlador.

#### Integralização na ENBPar

26/10 - Aumento de capital com aporte, pela União, das ações da INB, tornando a ENBPar acionista controlador.



## 1.8. Governança Corporativa

A área de Governança Corporativa da ENBPar adotou o que dispõe o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que conceitua governança como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle, postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e órgãos de controle.

A Governança Corporativa da ENBPar atua como um sistema pelo qual a empresa é dirigida, monitorada e incentivada, envolvendo os relacionamentos entre sócios, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas, seguindo os moldes definidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC.

Seu desempenho está pautado também nas diretrizes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que destaca a importância da boa governança das empresas de propriedade estatal, sendo essencial para haver mercados eficientes e abertos, em nível nacional e internacional, garantindo que operem em um ambiente competitivo e regulamentado, e crucial para manter um ambiente aberto de comércio e investimento que sustente o crescimento econômico.

Na ENBPar, a Governança Corporativa, além do relacionamento interno com todas as áreas técnicas (áreas meio e fim) e com os órgãos estatutários da Companhia, pode ter suas atividades resumidas como sendo a área responsável também por:

- Intermediar o diálogo da Companhia com seu Ministério Supervisor;
- Intermediar o diálogo e preparar os pleitos que são submetidos à análise da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos – MGI, e da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda – MF;
- Intermediar o diálogo e preparar os processos que são submetidos à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN;
- Supervisionar e apoiar as atividades de Governança Corporativa de suas subsidiárias; e
- Supervisionar e apoiar as atividades de Governança Corporativa de suas participadas.

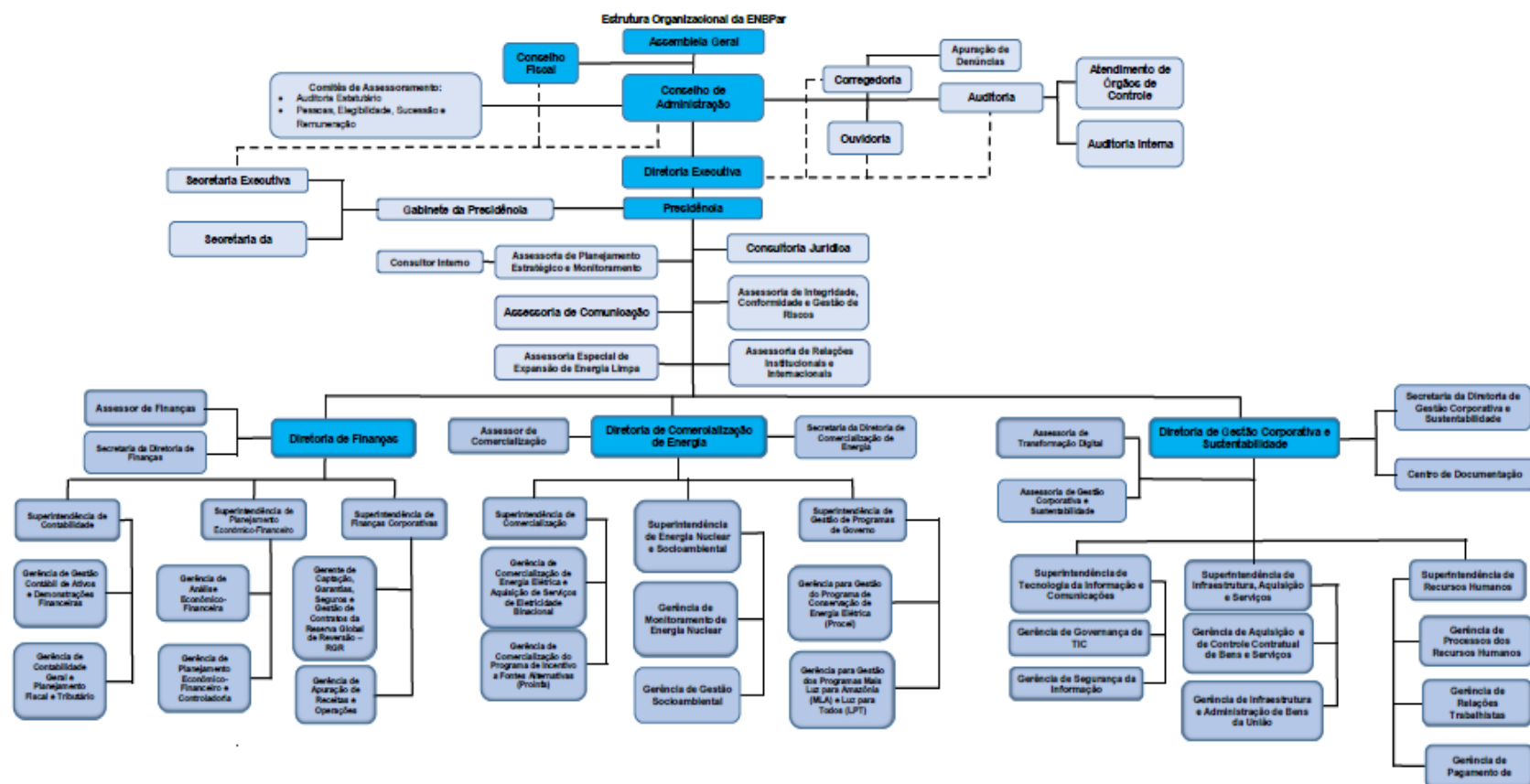
Destaque-se a dimensão da atuação da Governança Corporativa da ENBPar como controladora da Eletronuclear S.A. e da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, e pela relevante responsabilidade por:

- manter sob o controle da União a operação de usinas nucleares;

- manter a titularidade do capital social e a aquisição dos serviços de eletricidade da Itaipu Binacional por órgão ou entidade da administração pública federal, para atender ao disposto no Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, para o Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, Pertencentes em Condomínio aos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a Foz do Rio Iguaçu, promulgado pelo Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973;
- gerir os contratos de financiamento que utilizem recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, celebrados até 17 de novembro de 2016;
- administrar os bens da União sob a administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, previstos no Decreto-Lei nº 1.383, de 26 de dezembro de 1974;
- administrar a conta corrente denominada Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, de que trata a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
- gerir os contratos de comercialização da energia gerada pelos empreendimentos contratados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa, de que trata a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; e
- gerir os programas de governo para promoção da universalização da energia elétrica no País – Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos - (LPT) e Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal – Mais Luz para a Amazônia (“MLA”), na qualidade de Órgão Operacionalizador.

### **1.9. Estrutura Organizacional**

A Portaria SEST/SEDDM/ME nº4.657, de 20 de maio de 2022, aprovou o quantitativo de pessoal próprio da ENBPar, validando, por conseguinte, o Plano de Funções da Empresa que respalda a atual estrutura organizacional, conforme apresentada no organograma a seguir:



Em decorrência das necessidades, que se fazem presentes após a experiência vivida nesse primeiro ano de funcionamento da Empresa, aprimoramentos organizacionais estão sendo preparados para serem propostos em busca de uma melhora no desempenho institucional, com foco na geração de resultados para a sociedade, em especial no que diz respeito à gestão dos programas de governo que compõem políticas públicas do setor de energia, cujas responsabilidades estão sendo transferidas para esta Empresa, por força do processo de desestatização da Eletrobras.

## 1.10. Modelo de negócios

A ENBPar é, atualmente, acionista controladora de duas subsidiárias (Eletronuclear e INB) e detém 50% do capital social da Itaipu Binacional.

|                      |                   | ORDINÁRIAS            |       | PREFERENCIAIS |       |
|----------------------|-------------------|-----------------------|-------|---------------|-------|
| Eletronuclear        | UNIÃO<br>(ENBPar) | QUANTIDADE            | %     | QUANTIDADE    | %     |
|                      |                   | 141.916.224.437       | 64,1  | 0             | 0     |
| INB                  | UNIÃO<br>(ENBPar) | 140.089.096           | 99,99 | 93.392.676    | 99,99 |
| ITAIPU<br>BINACIONAL | UNIÃO<br>(ENBPar) | CAPITAL SOCIAL<br>50% |       |               |       |

Como *holding*, e com a aderência à sua missão, com a tarefa de fomentar, junto à sociedade, a utilização de energia limpa, além dos compromissos inerentes ao objeto social da Empresa (art. 4º do Estatuto Social), os quais orientam o desenvolvimento de atividades de modo a contribuir para o interesse público que justificou a criação da Empresa, a ENBPar tem o seu negócio construído em direção a negócios sociais, para os quais se busca algo além de lucro, com foco na manutenção de suas operações, revertendo ganhos para, de alguma forma, atender a sociedade.

A ENBPar foi criada com o objetivo de assumir as atividades da Eletrobras que não podiam ser privatizadas, como as empresas Itaipu Binacional e Eletronuclear, e a gestão de políticas públicas, nos termos da Lei nº 14.182/2021, que dispôs sobre a desestatização da Eletrobras.

Também, a ENBPar será responsável pelos bens da União (BUSA) e contratos do Fundo de Reserva Global de Reversão (RGR), assinados antes de 17 de novembro de 2016, sob administração da Eletrobras (reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica).

As políticas públicas a cargo da ENBPar são a universalização da energia elétrica (“Luz para Todos” e “Mais Luz para Amazônia”), os contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e os projetos do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel). São elas que definem o negócio da ENBPar construído em direção a negócios sociais.

Com 64,1% das ações ordinárias da Eletronuclear, a ENBPar é sua acionista controladora, estando diretamente envolvida na governança daquela empresa.

Em outubro de 2022, a ENBPar teve seu capital social aumentado com o aporte de todas as ações que a União detinha no capital da INB, assumindo o controle acionário dessa empresa.

### **1.11. Cadeia de valor**

A responsabilidade da ENBPar pela gestão dos programas estratégicos do governo brasileiro no setor de energia elétrica, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), os Programas de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos e Mais Luz para a Amazônia) e o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), confere à Empresa a geração de valor à sociedade com o provimento da energia elétrica limpa e renovável, vetor de desenvolvimento de todos os setores produtivos, às relações das pessoas e ao desenvolvimento socioeconômico.

### **1.12. Materialidade**

A materialidade consiste na identificação, avaliação e priorização de temas relevantes que podem afetar, de maneira significativa, a capacidade da Empresa de gerar valor em curto, médio e longo prazo.

Foi na análise dos cenários prospectivos, levada a efeito na construção do Planejamento Estratégico da Empresa, que foram identificados os temas para a matriz de materialidade da ENBPar. Foram considerados relevantes, a nível mundial, a descarbonização, com a geração de energia com menor emissão de gases do efeito estufa (GEE); a digitalização crescente do Estado, da economia e da sociedade, com impactos na geração e comercialização da energia elétrica; a disrupção tecnológica nos modelos de negócios e no consumo sustentável de energia; a mudança nos padrões de consumo, com maior protagonismo do cliente; e a expansão na demanda por energia nuclear e elétrica.

Além do mais, a nível nacional, identifica-se como relevante a diversificação da matriz energética brasileira; a aceleração nas mudanças tecnológicas; a expansão dos sistemas de transmissão de energia elétrica; e o redimensionamento dos *players* no mercado.

## 2. GESTÃO DE NEGÓCIOS

### 2.1. Energia Limpa

A ENBPar, como controladora da Eletronuclear e titular de 50% do capital social da Itaipu Binacional, ambas empresas geradoras de energia elétrica, consolida-se como uma Empresa que fomenta a utilização da energia limpa: por meio da fonte hídrica – Itaipu Binacional – e por meio da fonte nuclear – Eletronuclear (Angra 1 e Angra 2). Ademais, a partir de junho de 2023, será a responsável pela comercialização de energia proveniente de fontes renováveis (eólica, hídrica e biomassa), por meio do PROINFA, e Agente Operacionalizador dos Programas LPT e MLA, que promovem acesso à energia elétrica por meio de fontes renováveis.

Grande parte da energia elétrica gerada no Brasil vem de usinas hidrelétricas. A Itaipu é responsável por cerca de 10% da energia elétrica consumida no Brasil. Referida usina é a líder mundial na produção de energia limpa, tendo produzido 69.873.095 MWh, no ano de 2022. O escoamento da energia produzida pela Itaipu para o Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado por concessionárias de transmissão, sob a coordenação do Operador Nacional do Sistema (ONS).

A Itaipu paga *royalties* pelo aproveitamento dos recursos hídricos pertencentes ao Brasil e ao Paraguai. Esse pagamento está previsto no Anexo C, do Tratado de Itaipu. Em 2023, após 50 anos da celebração do Tratado de Itaipu, o pagamento do financiamento da construção da citada usina foi finalizado. Conforme disciplina o Tratado, as disposições do Anexo C que estabelecem as Bases Financeiras e de Prestação dos Serviços da Itaipu “serão revistas, após o decurso de um prazo de cinquenta anos a partir da entrada em vigor do Tratado, tendo em conta, entre outros aspectos, o grau de amortização das dívidas contraídas pela ITAIPU para a construção do aproveitamento e a relação entre as potências contratadas pelas entidades de ambos os países”.

A ENBPar, enquanto responsável pela comercialização da energia gerada pela Itaipu e consumida pelo Brasil, e como parte impactada nessa possível revisão, está atenta ao seu curso.

Com respeito à energia nuclear, com a crescente preocupação mundial com as mudanças climáticas e a busca pela segurança de suprimento energético, essa fonte pode se destacar. É possível que esse tipo de energia tenha importante papel a ser cumprido nas próximas décadas, na geração de energia elétrica do Brasil e do mundo. Assim sendo, a construção de Angra 3, quando concluída, contribuirá de modo relevante para a matriz energética brasileira, com perspectivas para a criação de benefícios significativos para o sistema elétrico.

A ENBPar, como controladora da Eletronuclear, tem o desafio de contribuir com a construção de Angra 3 e o prolongamento da vida útil de Angra 1 e 2.

## **2.2. Mercado**

A ENBPar atua no mercado de energia brasileiro como *holding* da Itaipu Binacional, da Eletronuclear S.A. (Eletronuclear) e da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB); como Agente Comercializador da Energia de Itaipu; e atuará, a partir de 2023, como gestora de programas de governo relacionados, entre outros temas, à universalização de acesso à energia elétrica, à eficiência energética e ao incentivo às fontes renováveis de geração de energia elétrica.

## **2.3. Itaipu Binacional**

A Itaipu Binacional é uma entidade de direito público internacional, criada e regida pelo Tratado Internacional de 26 de abril de 1973, firmado entre a República do Paraguai e a República Federativa do Brasil, para o aproveitamento hidrelétrico, em comum, dos recursos hídricos do rio Paraná, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaira até a Foz do rio Iguaçu. Possui 14.000 MW de potência instalada e atende parte relevante da demanda por energia elétrica no Brasil.

A administração e o direito de aquisição da energia produzida são compartilhados igualmente pelos governos brasileiro e paraguaio, por meio da ENBPar e da Administración Nacional de Eletricidade - ANDE.

Graças ao Decreto nº 11.027, de 31 de março de 2022, a ENBPar foi designada como Agente Comercializador da Energia de Itaipu consumida no Brasil. Com a efetiva ocorrência da desestatização da Eletrobras em 17 de junho de 2022, a ENBPar assumiu as tarefas relativas à Itaipu Binacional, entre elas, a aquisição dos serviços de eletricidade, sua representação perante o Sistema Elétrico Nacional, no que diz respeito ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, ao Ministério de Minas e Energia – MME, entre outros.

Em abril de 2022, foi assinado um contrato de Suporte e Assessoramento com a Eletrobras, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, para garantir que a transição dos serviços, anteriormente efetuados pela Eletrobras, passassem a ser executados pela ENBPar, de maneira que os riscos de descontinuidade fossem mitigados.

Desde a efetivação da capitalização da Eletrobras, em 17 de junho de 2022, a ENBPar vem realizando, exitosamente, a comercialização dos serviços de eletricidade da Itaipu no Brasil. Outrossim, tornou-se membro efetivo dos Órgãos Colegiados da Itaipu: Comitê de Administração e Operação dos Contratos de Compra e Venda dos Serviços de Eletricidade da Itaipu (CADOP), Comissão de Estudos de Critérios de Contabilização dos Suprimentos de Energia Elétrica da Itaipu (CECOI), Grupo de Trabalho da Programação Mensal de Suprimentos (GTPMS) e Comissão Mista de Operação (CMO).

Em 2022, conforme dados da Itaipu Binacional, a produção da usina atingiu 69.873 GWh, correspondente a 7.976 MW médios, tendo sido o suprimento de energia de 69.492 GWh. Foram providos ao mercado brasileiro, por meio da Eletrobras e da ENBPar, 52.527 GWh, equivalentes a 5.996 MW médios. Tal montante de energia foi, comercialmente, repassado às Distribuidoras Cotistas das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, conforme regulamentação vigente.

Os valores pagos pela Eletrobras e ENBPar pela aquisição dos serviços de eletricidade da Itaipu, no ano de 2022, foram da ordem de US\$ 2,570 bilhões (dois bilhões e quinhentos e setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), referentes à potência contratada pelo Brasil, além de US\$ 81 milhões (oitenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América) pela cessão de energia do Paraguai ao Brasil, e US\$ 376 mil (trezentos e

setenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América) pelo pagamento de *royalties* e ressarcimentos, dentre outros relacionados, por exemplo, ao fator de ajuste do dólar. Da potência repassada às Distribuidoras Cotistas da Itaipu, houve o faturamento de US\$ 3,064 bilhões, sendo US\$ 1,798 bilhões já sob a responsabilidade da ENBPar.

Em 2022, foram pagos US\$ 674,7 milhões a título de encargos do Anexo C - *royalties*, remuneração por cessão de energia, rendimentos de capital e ressarcimento dos encargos de administração e supervisão.

Além disso, foram cumpridos todos os compromissos de juros e de amortização da dívida por empréstimos e financiamentos de 2022, os quais totalizaram US\$ 1.443,7 milhões, no exercício.

Ao longo de 2022, a ENBPar registrou ressalvas ao faturamento da energia vinculada da Itaipu Binacional não suprida ao Brasil, dando continuidade aos registros que vinham sendo realizados pela Eletrobras desde 2018.

Para mais, foram negociados entre a ENBPar, a ANDE e a Itaipu, os termos para contratação dos serviços de eletricidade da Itaipu para o ano de 2023. Em 09 de agosto de 2022, foram assinadas, entre as partes, a Carta Compromisso e a Carta Convênio, que estabelecem os valores de suprimentos de potência e energia a serem faturados no ano de 2023.

## **2.4. Eletronuclear S.A**

A criação da Eletronuclear S.A. – Eletronuclear foi autorizada por meio do Decreto nº 76.803, de 16 de dezembro de 1975, com a finalidade de explorar, em nome da União, as atividades nucleares no País – operação e construção – para fins de geração de energia elétrica, nos termos do Decreto nº 2.233, de 23 de maio de 1997, ano efetivo de sua criação. A Eletronuclear é subsidiária da ENBPar e responde por cerca de 3% da energia elétrica consumida no Brasil, por meio das usinas termonucleares Angra 1 e 2.

A Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, em alteração à Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, determinou que as concessionárias, permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica deveriam garantir o atendimento de seu mercado por meio da contratação, dentre outras, da energia produzida pelas usinas Angra 1 e Angra 2, em regime de cotas-partes, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013. Para

operacionalizar a aludida legislação, a ANEEL define anualmente as proporções destas cotas e os montantes anuais de energia a serem alocados a cada distribuidora, de acordo com o seu mercado consumidor. Além da atividade de comercialização, as demais atividades da Eletronuclear também são submetidas à regulamentação e fiscalização da ANEEL.

Em 2022, houve avanços para a retomada das obras civis de Angra 3, sendo uma delas a assinatura, em fevereiro, de contrato com o consórcio que está atuando na execução do Plano de Aceleração da Linha Crítica de Angra 3.

Além disso, definições importantes foram tomadas visando a segunda etapa do projeto, relacionadas à modelagem financeira e de contratações. As Usinas Angra 1 e Angra 2 possuem potências nominais de 640 MW e 1.350MW, respectivamente. Ainda, está em andamento a construção da terceira unidade nucleoe elétrica, a Usina Angra 3, prevista a operar com potência nominal de 1.405 MW. As três usinas compõem o que o Brasil denomina de “Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto”, localizada no município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

## **2.5. Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB**

A INB é uma empresa pública, subsidiária da ENBPar e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, em consonância com as Leis nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971, nº 6.189 de 16 de dezembro de 1974, e o Decreto-Lei nº 2.464, de 31 de agosto de 1988. Conforme dispõe o artigo 2º, da Lei nº 14.514, de 29 de dezembro de 2022, a INB tem a finalidade principal de executar o monopólio da União sobre as atividades previstas no inciso XXIII, do caput do art. 21, e no inciso V, do caput do art. 177, da Constituição Federal.

A INB atua no setor nuclear como executora da atividade monopolizada do Ciclo do Combustível Nuclear, englobando as etapas industriais de produção e comercialização de materiais nucleares, relacionadas à exploração de urânio, desde a etapa de mineração e beneficiamento do concentrado de urânio, até a fabricação de componentes e montagem final dos elementos combustíveis que acionam os reatores nas usinas nucleares.

O principal cliente da INB é a Eletronuclear, que recebe os elementos combustíveis produzidos e utilizados na operação das usinas de Angra 1 e 2.

O Decreto nº 11.235, de 13 de outubro de 2022, autorizou o aumento de capital social da ENBPar, por meio do aporte das ações da União no capital da INB, implicando na assunção do controle acionário desta pela ENBPar.

Essa alteração acionária trouxe maior autonomia orçamentária e financeira e mais eficiência na gestão da empresa. A nova INB conquistou maior flexibilidade para estabelecer parcerias com a iniciativa privada, uma vez que já é permitido, pela nova legislação (Lei nº 14.514/2022), que novos modelos de associação entre a INB e parceiros privados sejam adotados para a exploração de jazidas minerais que possuem minérios nucleares.

Com essa conquista, o país tem o potencial de ser um dos atores mais importantes no mercado nuclear mundial. A prospecção de urânio tende a crescer com a nova gestão da INB que, tendo passado ao controle acionário da ENBPar e conquistado a independência dos recursos orçamentários da União, prepara-se para iniciar, em parceria com o Grupo Galvani, no Consórcio Santa Quitéria, a exploração da jazida de Itataia, no município de Santa Quitéria, no Ceará.

## **2.6. Políticas Públicas**

Em abril de 2022, foi celebrado entre a ENBPar e a Eletrobras o Contrato de Transição e Transferência da Gestão dos Programas Setoriais e dos BUSA, com o objetivo de disciplinar as regras que deveriam ser observadas durante todo o período de transição até a efetiva transferência, pela Eletrobras à ENBPar, das competências relacionadas à gestão, administração e operacionalização dos Programas Governamentais:

- Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel;
- Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz Para Todos;
- Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Mais Luz Para a Amazônia;
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA;
- Reserva Global de Reversão – RGR;
- Bens da União sob Administração – BUSA.

De acordo com tal contrato, para assunção definitiva da gestão pela ENBPar, faz-se necessário o cumprimento de atividades listadas nos Planos de Transição específicos de cada programa, incluindo, entre outros: a celebração de termos de cessão e/ou aditamento, de modo a substituir a Eletrobras em todos os contratos vigentes; a transferência de informações, documentos e outras formas de conhecimento; e a realização de treinamentos.

A fim de operacionalizar tal transição, foi instituído o Comitê de Transição da Gestão dos Programas Setoriais e dos BUSA com representantes da ENBPar e da Eletrobras. O Comitê coordena a execução das atividades em andamento para a transição dos Programas.

### 2.6.1. Programas Setoriais

A ENBPar passará a ser a gestora dos programas governamentais do setor elétrico, que serão transferidos da Eletrobras, que foi privatizada em junho de 2022. Tais programas descrevemos a seguir:

#### 2.6.1.1.



#### Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica

O Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) é um programa do Governo Federal, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Foi instituído em 30 de dezembro de 1985, pela Portaria Interministerial nº 1.877, para promover o uso eficiente da energia elétrica e combater o seu desperdício. Desde então, as ações do Procel contribuem para o aumento da eficiência dos bens e serviços, para o desenvolvimento de hábitos e conhecimentos sobre o consumo eficiente da energia. A eficiência energética é um vetor de desenvolvimento técnico, econômico, ambiental e social do país, contribuindo para o uso racional dos recursos naturais, para a redução da emissão de gases de efeito estufa e para a segurança energética.

O Procel está estruturado nos subprogramas, a seguir listados, em diversas áreas de atuação/macrocessos, com as respectivas atividades: (i) **Reluz**, que tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população; (ii) **Gestão Energética Municipal (GEM)**, que atua para colaborar com o administrador municipal na gestão e uso eficiente de energia elétrica, bem como na identificação de outras oportunidades; (iii) **Procel Edifica**, que promove o uso racional da energia elétrica em edificações; (iv) **Procel Indústria**, que atua em parceria com as entidades que representam o setor industrial; (v) **Procel Marketing**, que visa o engajamento e sensibilização, no tema da eficiência energética, além do alinhamento com hábitos de consumo responsável e a preservação do meio ambiente; (vi) **Projetos Estruturantes**, que são as atividades capitaneadas que buscam mitigar barreiras à implementação de ações de eficiência

energética, por meio da promoção de um ambiente regulatório, tecnológico e técnico favorável; (vii) **Selo Procel de Economia de Energia, ou Selo Procel**, que tem como finalidade ser uma ferramenta simples e eficaz que permite ao consumidor conhecer os equipamentos e eletrodomésticos mais eficientes e que consomem menos energia; (viii) **Procel Educação**, que objetiva agregar ao processo pedagógico, informações sobre os temas de geração, consumo residencial e sustentabilidade no uso dos equipamentos elétricos.

Os projetos do Procel se materializam em cerca de 95 (noventa e cinco) instrumentos jurídicos em execução, que serão objeto de aditivos de sub-rogação. Adicionalmente, cerca de 52 (cinquenta e duas) novas celebrações deverão ocorrer, das quais 22 (vinte e duas) serão realizadas pela Eletrobras com cláusula de sub-rogação e 30 (trinta) serão realizadas pela ENBPar. Junta-se a este volume mais 3 (três) chamadas públicas nas áreas de iluminação pública, edificações e saneamento.

O Programa conta com recursos oriundos da Lei nº 13.280, de 03 de maio de 2016, e a ENBPar passará a ser responsável por sua administração e utilização. O recurso é recolhido por meio das distribuidoras de energia elétrica e representa 0,1% da Receita Operacional Líquida (ROL) das empresas distribuidoras de energia elétrica. Os investimentos são feitos em projetos de eficiência energética nos segmentos público e privado com recursos oriundos dessa lei.

A partir da efetiva transferência da gestão do Procel, a ENBPar será responsável pela administração da conta corrente do Procel e gestão de todos os contratos de prestação de serviços administrativos, financeiros, de consultoria e de engenharia, convênios de cooperação técnica e financeira, termos e acordos de cooperação técnica em vigência, celebrados no âmbito do Procel e seus subprogramas.

#### **2.6.1.2. Programas Luz para Todos (LPT) e Mais Luz para Amazônia (MLA)**

Com vistas a promover a universalização da energia elétrica no Brasil, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “Luz para Todos” (LPT) e o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal – “Mais Luz para a Amazônia” (MLA), respectivamente, por meio do Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, e do Decreto nº 10.221, de 05 de fevereiro de 2020.

Ao longo dos anos, com a ampliação do atendimento do acesso ao serviço público de energia elétrica, o prazo de vigência do Programa LPT foi, sucessivamente, prorrogado por meio dos Decretos nº 6.442, de 25 de abril de 2008, nº 7.324, de 05 de outubro de 2010, nº 7.520, de 08 de julho de 2011, nº 8.387, de 30 de dezembro de 2014, nº 9.357, de 27 de abril de 2018, e, por fim, nº 11.111, de 29 de junho de 2022, sendo que este último também prorrogou a vigência do Programa MLA. Cabe registrar que, o Decreto nº 11.111/2022 prorrogou até o ano de 2025 o prazo do LPT, e até o ano de 2029 o prazo do MLA.

Instituído em novembro de 2003, o LPT foi concebido como instrumento de inclusão social, estimulando o desenvolvimento da população rural do Brasil, por meio do uso da energia elétrica, tendo ainda como objetivo a aceleração do processo de universalização e mitigação do impacto tarifário.

Instituído em fevereiro de 2020, o MLA foi concebido para promover energia elétrica à população brasileira residente em regiões remotas da Amazônia Legal, além de ter como objetivo beneficiar as famílias e as respectivas unidades de apoio socioeconômico. As Regiões Remotas são definidas como pequenos agrupamentos de consumidores situados em Sistema Isolado, afastados das Sedes Municipais, e caracterizados pela ausência de economias de escala ou de densidade.

Importante ressaltar que, os recursos para custeio dos Programas LPT e MLA são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438/2002, cujo Agente Gestor designado é a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e ainda conta com outros agentes do setor elétrico.

O Ministério de Minas e Energia (MME), enquanto Agente Gestor dos citados programas, designou a Eletrobras como Agente Operacionalizador e estabeleceu uma série de obrigações relativas ao processo, bem como definiu a taxa de ressarcimento dos custos administrativos, bloqueada pela CCEE no ato de liberação da primeira parcela da CDE para o Agente Executor (distribuidoras de energia elétrica), cujo montante é de 1% (um por cento), incidente sobre o custo total de cada Contrato Específico de Operacionalização dos Programas LPT e MLA.

Cabe destacar que, segundo dados do MME, no mês de agosto de 2022, cerca de 17 milhões de pessoas, residentes em regiões remotas da Amazônia Legal e em áreas rurais do País, tinham conseguido acessar a energia elétrica, representando quase 3,6 milhões de famílias contempladas com o serviço público de distribuição de energia.

Para operacionalização desses Programas, a ENBPar terá que exercer diversas competências transversais, na qualidade de Agente Operacionalizador, tais como: (i) análise técnico-orçamentária dos Programas de Obras de forma prévia ao encaminhamento ao MME (Agente Gestor); (ii) assinatura e gestão dos contratos e aditivos firmados com as distribuidoras (Agentes Executores); (iii) análise para aprovação de ajustes nas metas de ligações; (iv) acompanhamento físico e inspeção física das obras (pré e pós); (v) contratações junto às distribuidoras; (vi) liberação de recursos; (vii) prestação de contas; e (viii) supervisão financeira, dentre outras questões igualmente complexas.

A partir da efetiva transferência da gestão dos programas, a ENBPar será responsável pela operacionalização do LPT e MLA, conforme atribuições definidas no respectivo manual de operacionalização de cada programa, e pela gestão de todos os termos de compromisso, acordos de cooperação técnica, contratos de operacionalização e de financiamento, em vigência, e aqueles em encerramento de crédito celebrados no âmbito do LPT e MLA.

#### **2.6.1.3. Proinfa - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica**

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, em seu artigo 3º, dispõe sobre a criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas ("PCH") e usinas termelétricas movidas a biomassa, no SIN – Sistema Interligado Nacional.

Em 30 de março de 2004, o Decreto nº 5.025 regulamentou o Proinfa, estabelecendo as responsabilidades inerentes ao MME, relativas à administração do programa, planejamento de ações, estabelecimento dos valores econômicos e elaboração das Guias de Habilitação por fonte, além de criar a Conta Proinfa. Ademais, foi transferido para a Eletrobras a responsabilidade pela celebração dos contratos com os geradores, representação desses empreendimentos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), elaboração do Plano Anual do Proinfa (PAP) e gerenciamento da Conta Proinfa.

Conforme estabelecido no Decreto nº 5.025/2004, o Programa não deve acarretar vantagens ou prejuízos econômicos e financeiros para o gestor. Para que isso se verifique, o aludido Decreto determina a elaboração dos Planos Anuais do Proinfa (PAP), por meio dos quais são calculados os montantes

de energia, bem como os custos de sua aquisição, que, acrescidos dos custos administrativos, financeiros e tributários do gestor, são rateados entre os consumidores do SIN.

Das condições estabelecidas para a desestatização da Eletrobras, instituídas na disposição do § 1º, do art.1º, da Lei nº 14.182/2021, está consignada a prorrogação dos contratos do Proinfa por 20 (vinte) anos, mediante e, previamente, conforme disposto no art. 23 da mesma Lei, à manifestação de interesse pelo gerador e posterior apuração dos benefícios tarifários pela ANEEL. Para tanto, foi editado o Decreto nº 10.798, de 17 de setembro de 2021, regulamentando a questão.

O Plano Anual do Proinfa para o ano de 2023 (PAP-2023) foi homologado pela ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.147, de 06 de dezembro de 2022, que estabeleceu as quotas de energia e de custeio do Programa para 2023. O montante de energia a ser rateado é de 11.202.147 MWh, com um custo previsto de R\$ 5,45 bilhões.

Para operacionalizar as atividades relacionadas a essa gestão, a ENBPar assumirá, em junho/2023, a responsabilidade de gerir 140 contratos do Proinfa, incluindo as atividades administrativas e judiciais de comercialização da energia de todas as usinas participantes do programa, representando-as no aspecto contratual e de comercialização de energia perante a Câmara de Comercialização de Energia – CCEE e a agência Reguladora - CCEE.

Para mais, a ENBPar se tornará, em breve, responsável pelas atividades complexas do Proinfa, incluindo, mas não se limitando, à (i) gestão dos contratos; ao (ii) controle da energia suprida pelas usinas do Proinfa aos agentes cotistas compradores; à (iii) interação com os agentes geradores participantes do Proinfa; à (iv) elaboração do Plano Anual do Proinfa, nos termos da regulação vigente; à (v) elaboração de análises e subsídios afetos ao custo e tarifa da energia do Proinfa; à (vi) divulgação e disponibilização pública de informações do Proinfa, relativas aos contratos e aditivos; aos (vii) montantes de geração, contratação e comercialização de energia, nos termos da regulação vigente; à (viii) participação em atividades normativas e institucionais relativas ao Proinfa, junto a entidades governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, bem como universidades, centros de pesquisas e outros públicos; e à (ix) elaboração de análises e subsídios necessários à participação e posicionamento empresarial em Consultas e Audiências Públicas afetas ao Programa.

A partir da efetiva transferência do Proinfa, a ENBPar será responsável pela gestão de todos os contratos de compra e venda de energia elétrica em vigência, celebrados no âmbito do Programa.

#### **2.6.1.4. RGR - Reserva Global de Reversão**

Criada, originalmente, pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957 e, posteriormente, regulada pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, e suas alterações, a RGR constitui recursos arrecadados por meio de encargos setoriais pagos pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica. Tal arrecadação tem como objetivo prover recursos para a reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Os recursos são depositados em conta que, até o advento da publicação da Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, eram administrados pela Eletrobras e, posteriormente à sua publicação, passaram a ser administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A partir da efetiva transferência da RGR, a ENBPar será responsável pela gestão de todos os contratos de financiamento em vigência, que utilizem recursos da RGR e tenham sido celebrados até 17 de novembro de 2016.

#### **2.6.1.5. BUSA – Bens da União sob Administração da Eletrobras**

Atualmente, o conjunto patrimonial da União sob administração conta com 2.010 (dois mil e dez) bens, os quais os servíveis, que são os utilizados na produção, na transmissão e na distribuição de energia elétrica, encontram-se transferidos sem ônus à administração das concessionárias, permissionárias ou autorizadas do setor elétrico, incumbidas pelo registro, conservação e gestão dos mencionados bens, conforme dispõe o Decreto-Lei nº 1.383, de 26 de dezembro de 1974, alterado pela Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021. O Decreto-Lei supracitado ainda prevê outras formas de destinação, quais sejam, a transferência à gestão da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, ou a alienação dos bens não utilizados na produção, na transmissão e na distribuição de energia elétrica, desde que autorizada pela ANEEL e preenchidos os requisitos estabelecidos na referida lei.

As atividades relacionadas com a transição dos BUSA para a ENBPar constam do Cronograma de Transição e estão dentro do marco temporal planejado. Para citar alguns exemplos, até a conclusão dessa transição, serão realizados treinamentos sobre o tema, transferências de acervo físico e digital e atualização dos instrumentos contratuais.

Ao assumir em definitivo a administração dos BUSA, a ENBPar implantará seu próprio plano de ação contendo atividades voltadas para a gestão dos bens, destacando-se o aprimoramento do *software* de informações gerenciais, que contará com instrumentos de tecnologia relativa à Inteligência Territorial. Serão utilizadas soluções inovadoras de TIC que facilitarão sobremaneira a atuação da Empresa à distância, tais como, Internet das Coisas (IoT) e sensoriamento remoto.

A partir da efetiva transferência da gestão dos BUSA, a ENBPar será responsável pela administração de todos os BUSA encampados e desapropriados com recursos da RGR, e gestão de todos os convênios e contratos em vigência, relacionados aos bens.

### 3. DESEMPENHO E RESULTADOS DA GESTÃO

#### 3.1. Destaques

A desestatização da Eletrobras ocorreu em 17 de junho de 2022, com isso foi transferido para a ENBPar as atividades e o controle acionário da Itaipu, Eletronuclear e INB:

- Agente de Comercialização de Energia elétrica da Itaipu Binacional

Por meio do Decreto nº 11.027, de 31 de março de 2022, a ENBPar foi designada como Agente Comercializador da Energia de Itaipu consumida no Brasil. Com a efetiva ocorrência da desestatização da Eletrobras em 17 de junho de 2022, a ENBPar assumiu as tarefas relativas à Itaipu Binacional, dentre elas, a aquisição dos serviços de eletricidade, sua representação perante o Sistema Elétrico Nacional, no que diz respeito ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, ao Ministério de Minas e Energia – MME, entre outros.

- Acionista controlador da Itaipu Binacional

O Contrato de Aquisição e Transferência da Participação Societária da Itaipu foi celebrado entre a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPar e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, em 22 de abril de 2022, devendo a Eletrobras, transferir a totalidade de sua participação societária no capital social da Itaipu (“Participação Societária”) à ENBPar (“Transação”). Ambas as partes concordaram que a contraprestação justa para aquisição da Participação Societária, a ser paga pela ENBPar à Eletrobras, será de R\$ 1.212.148.151,65 (um bilhão duzentos e doze milhões cento e quarenta e oito mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos), preço equivalente a US\$ 233.253.440,00 (duzentos e trinta e três milhões duzentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e quarenta dólares norte-americanos), na data-base de 31 de dezembro de 2020.

- Acionista controlador da Eletronuclear

A aquisição do controle da Eletronuclear pela ENBPar foi implementada por meio de uma transação que envolveu o aumento de capital pela Eletronuclear com a emissão de novas ações ordinárias (“ONs”), pelo valor total de R\$ 3,5 bilhões. A Eletrobras cedeu a totalidade de seu direito de preferência na subscrição de tais ONs para a ENBPar, que integralizou um aporte de capital no mesmo montante, diluindo a Eletrobras no capital da Eletronuclear. Esse aporte, somado à conversão de ONs de emissão da Eletronuclear, detidas pela Eletrobras, em ações preferenciais (“PNs”), tornaram a ENBPar a acionista controladora da Eletronuclear, com a titularidade de mais da metade do capital votante da companhia.

- Acionista controladora da INB

Ademais, em 31 de outubro de 2022, foi efetivado o aumento do capital social da ENBPar, por meio das ações detidas pela União na Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (“INB”), passando ao valor de R\$ 5.111.344.151,40 (cinco bilhões cento e onze milhões trezentos e quarenta e quatro mil cento e cinquenta e um reais e quarenta centavos), representado por 4.000.000.000 (quatro bilhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e o valor correspondente a R\$ 1.111.344.151,40 (um bilhão cento e onze milhões trezentos e quarenta e quatro mil cento e cinquenta e um reais e quarenta centavos), decorrente do disposto no Decreto nº 11.235, de 13 de outubro de 2022. Referido movimento societário importou na assunção do controle acionário da INB pela ENBPar.

## **3.2. Gestão Orçamentária e Financeira**

### **3.2.1. Orçamentária**

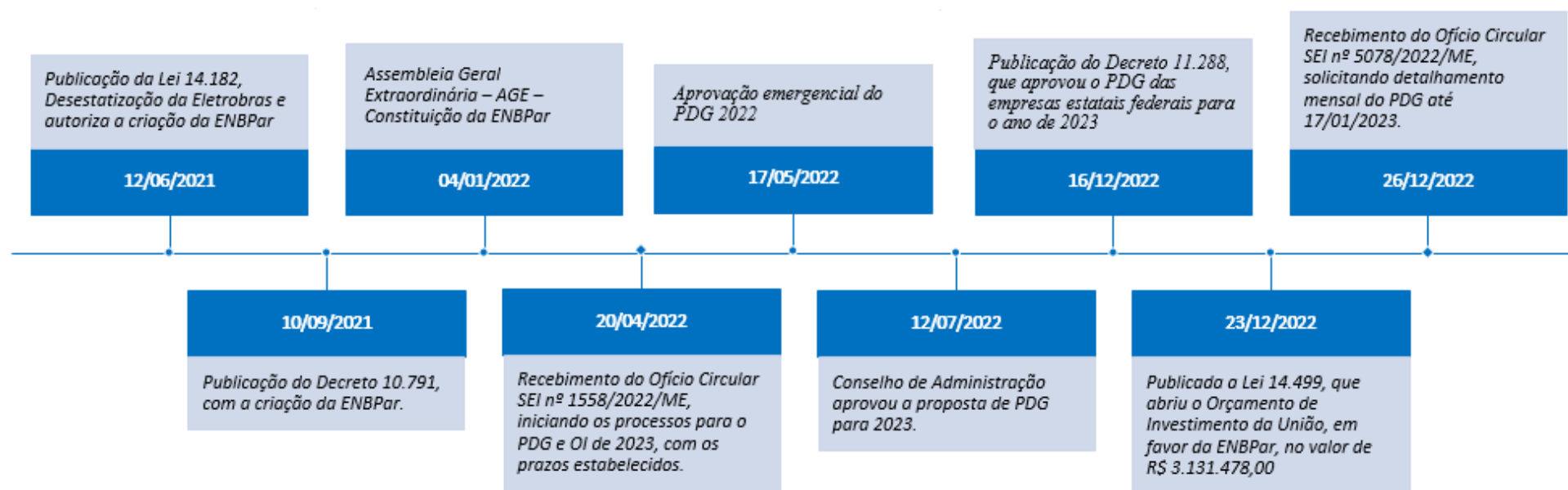
#### **3.2.1.1. Elaboração do Plano de Dispêndios Globais – PDG para os anos-exercícios de 2022 e 2023**

O Programa de Dispêndios Globais – PDG é a peça orçamentária das empresas estatais federais não dependentes, que compreende as fontes de recursos e os dispêndios previstos para o ano de referência, mantendo o alinhamento com os registros contábeis das respectivas empresas. As informações econômico-financeiras apresentadas no PDG permitem verificar a convergência das receitas e das despesas dessas empresas com as metas de política econômica governamental, bem como sua consonância com os objetivos e diretrizes de médio e longo prazos, respectivamente, a aderência em relação ao Plano Plurianual – PPA vigente e a promoção da equidade, da eficiência e da efetividade, por meio das atividades das empresas estatais federais não dependentes.

A elaboração do PDG segue o calendário do Orçamento da União tendo em vista que o gasto das empresas estatais federais não dependentes com ativo imobilizado corresponde ao Orçamento de Investimento, previsto no Inciso II, do § 5º, do art. 165, da Constituição Federal. A partir do PDG também é gerado o demonstrativo “Usos e Fontes”. Esse demonstrativo, contendo as fontes de recursos que financiarão os investimentos propostos pelas empresas estatais federais não dependentes, segue anexo à Mensagem Presidencial que encaminha o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA.

Excepcionalmente, para o ano-exercício de 2022, a ENBPar elaborou o PDG, em caráter emergencial, e obteve sua aprovação em 17 de maio de 2022. Já o Orçamento de Investimento para o mesmo ano, foi aprovado somente em 23 de dezembro de 2022. Em paralelo, foi recebido o Ofício Circular SEI nº 1558/2022/ME, o qual informava o início dos processos para elaboração do pleito para o Programa de Dispêndio Globais - PDG e Orçamento de Investimento - OI de 2023, com prazos desafiadores, uma vez que a ENBPar não tinha nenhuma dimensão das necessidades orçamentárias para o ano de 2023. O quadro a seguir demonstra em ordem cronológica os principais eventos relacionados ao PDG e OI de 2022 e 2023.

Quadro 01 – Histórico cronológico de atividades relacionadas ao PDG e OI de 2022 e 2023.



### 3.2.1.2. Análise econômico-financeira da INB, antecedendo à alteração do controlador (finalizado em outubro de 2022)

A Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB é constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado nas Leis nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971, nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, e atualmente vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME. Em virtude da publicação da Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, a INB promoveu o resgate de todas as ações de propriedade dos acionistas privados, tornando-se empresa pública, tendo como acionista majoritária a União que possui 99,99% das ações da empresa.

Diante do cenário de deterioração orçamentária da União, o maior desafio da INB consistiu na sua reclassificação para estatal não dependente de recursos do Tesouro e na respectiva saída do Orçamento Fiscal, pois as dificuldades decorrentes da insuficiência do Orçamento Fiscal representavam um grande obstáculo para o bom desempenho operacional e financeiro da INB e, conseqüentemente, ao cumprimento das metas do País de redução do índice de dependência internacional em produtos e serviços da área nuclear, previsto na Lei nº 13.971, Lei do PPA (Plano Plurianual da União), de 27 de dezembro de 2019, e no Decreto nº 9.600, de 05 de dezembro de 2018, que consolida as diretrizes da Política Nuclear Brasileira.

O Plano de Sustentabilidade Econômico-Financeira da INB é composto pelo Relatório GT 030/2020, atualizado pelo seu Apêndice, o qual foi aprovado pelas Resoluções do Conselho de Administração da INB – RCA nº 026/20 e 019/21, respectivamente, e sua base de equilíbrio consiste nas projeções de resultado econômico-financeiro da INB, a partir de ações que já vêm sendo implantadas pela empresa desde 2017, em especial, a redução de gastos e os novos preços dos contratos de fornecimento de combustível nuclear para as Usinas de Angra 1 e 2, assinados entre a INB e a Eletronuclear.

O pleito de saída do orçamento fiscal foi colocado ao Ministério da Economia cumprindo o estabelecido no Decreto nº 10.690, de 29 de abril de 2021, e na Portaria ME nº 6425, de 07 de junho de 2021, e, principalmente a determinação dada pela Resolução do Conselho de Administração da INB - RCA nº 026/2020, por meio das cartas CE PR nº 043/21 e 053/21 ao Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, das cartas CE PR nº 044/21 e 054/21 ao Secretário Especial de Fazenda, e das cartas CE PR nº 045/21 e 055/21 à Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia, apresentando o Plano de Sustentabilidade Econômica e Financeira da INB.

Em resposta, em 20/07/2021, a INB recebeu o Ofício SEI Nº 191038/2021/ME com o posicionamento da Secretaria Especial de Fazenda, negando o pleito da INB, sob a alegação do não cumprimento dos quesitos exigidos no art. 4º, do Decreto 10.690, de 29 de abril de 2021, o que impediu a análise do Plano de Sustentabilidade da Empresa, porém, autorizando que a INB possa apresentar, a qualquer momento, uma versão atualizada do seu Plano de Sustentabilidade Financeira para nova análise do Ministério da Economia.

Os novos contratos com a Eletronuclear foram assinados em fevereiro de 2022, com demanda contratada até, no mínimo, 2028, e já preveem eventos de faturamento no ano corrente com os novos preços negociados.

Esse trabalho levou a INB a conseguir suportar, já em 2022, a maior parte de suas despesas com recursos próprios, apresentando condições financeiras que apontam para sua não dependência de Recursos do Tesouro, o que permitiu pleitear sua saída do Orçamento Fiscal ao Ministério da Economia.

### **3.2.1.3. Aumento do Capital Social da ENBPar (finalizado em 18 de novembro de 2022)**

Em 31 de outubro de 2022, foi efetivado o aumento do capital social da ENBPar, por intermédio das ações detidas pela União na Indústrias Nucleares do Brasil S.A. ("INB"), passando ao valor de R\$ 5.111.344.151,40 (cinco bilhões cento e onze milhões trezentos e quarenta e quatro mil cento e cinquenta e um reais e quarenta centavos), representado por 4.000.000.000 (quatro bilhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e o valor correspondente a R\$ 1.111.344.151,40 (um bilhão cento e onze milhões trezentos e quarenta e quatro mil cento e cinquenta e um reais e quarenta centavos), decorrente do disposto no Decreto nº 11.235, de 13 de outubro de 2022. Referido movimento societário importou na assunção do controle acionário da INB pela ENBPar.

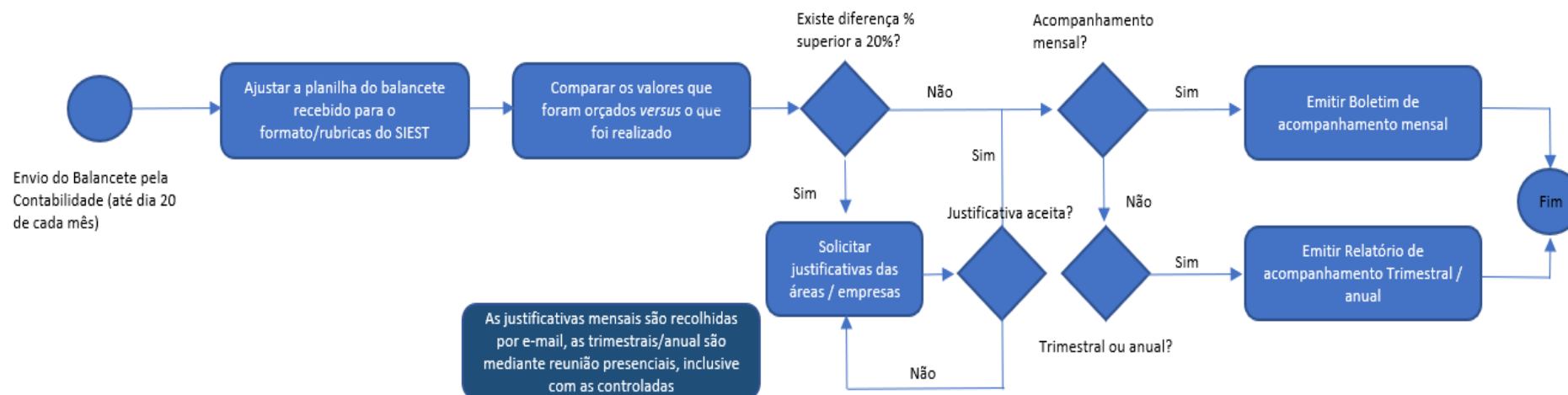
### **3.2.1.4. Acompanhamento do PDG 2022 junto aos órgãos de controle (SEST do ME)**

A execução orçamentária é realizada ao longo da vigência do PDG. As empresas estatais federais não dependentes apresentam mensalmente informações relativas à sua execução e ao quantitativo de pessoal. Tais informações são encaminhadas diretamente à SEST, sem a participação do Ministério Supervisor, até o dia 20 do mês subsequente ao de referência.

A fase de acompanhamento é realizada com base nas informações enviadas mensalmente. Nessa etapa, o desempenho dos principais itens orçamentários é avaliado com base nos seguintes parâmetros:

- Valores aprovados no decreto anual do PDG;
- Detalhamento mensal realizado após a aprovação do PDG;
- Compatibilização do item orçamentário "Imobilizado" (2.107.010.000) com os valores informados no OI (Orçamento de Investimento), quando for o caso; e

- Quantitativo de Pessoal das Estatais, atualizado periodicamente pela Coordenação-Geral de Política de Pessoal de Estatais –CGPPE/SEST.



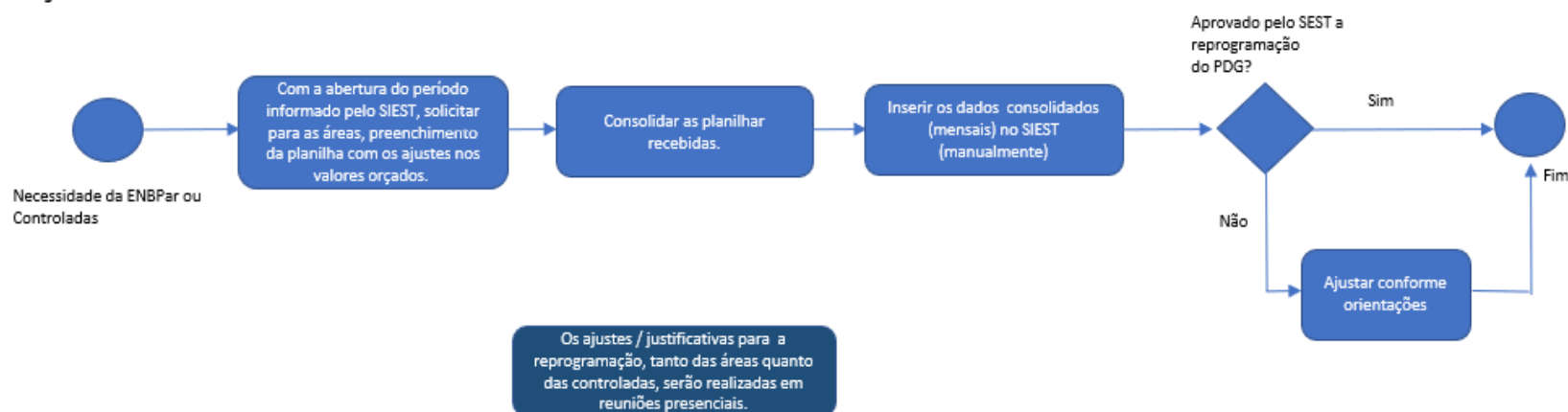
### 3.2.1.5. Reprogramação (outubro do ano de 2022) e Remanejamento (novembro do ano de 2022) do PDG 2022

Consiste na fase de apresentação de propostas de alteração dos limites de recursos e dispêndios globais inicialmente aprovados. A modificação de valores dos itens orçamentários pode ser realizada mediante remanejamento ou reprogramação.

O remanejamento consiste na transferência de valores entre itens orçamentários, mantidos o limite global de dispêndios e de recursos aprovados para cada empresa e a meta de resultado primário estabelecida. Ressalte-se que, no item orçamentário “Imobilizado” (2.107.010.000) a transferência de valores é permitida apenas entre os subitens orçamentários que o compõem e desde que não alterem o valor total do item.

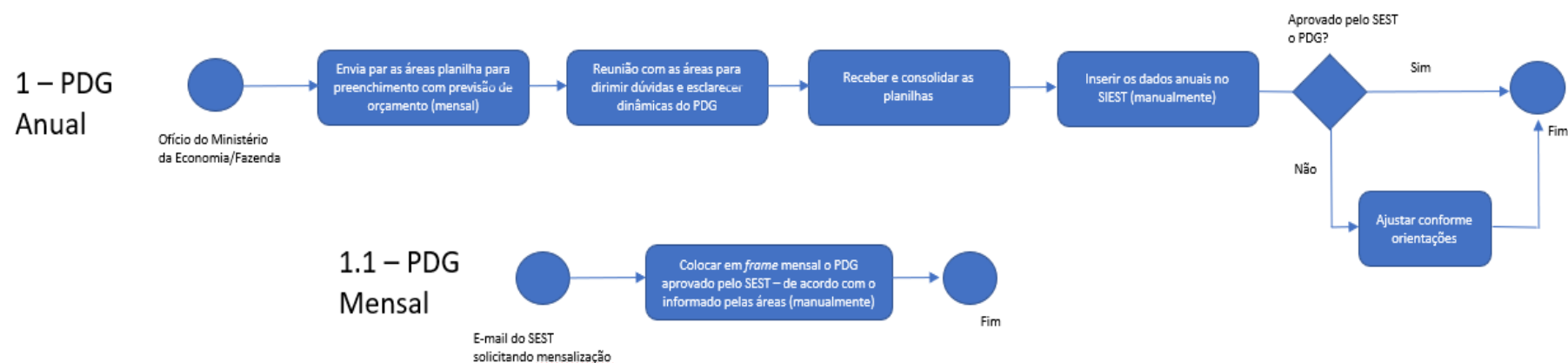
A reprogramação difere do remanejamento por permitir alterações no limite global de dispêndios e de recursos aprovados para cada empresa, bem como na meta de resultado primário estabelecida. Nesse caso é possível a modificação nos valores do item orçamentário “Imobilizado” (2.107.010.000). Contudo, a alteração deve, necessariamente, ser compatibilizada com o limite das ações constantes do OI, incluídos créditos adicionais aprovados por meio de portaria, decreto ou projeto de lei no exercício.

## Reprogramação PDG



A Portaria ME Nº 10.284, de 1º de dezembro De 2022, alterou o Anexo ao Decreto nº 10.892, de 13 de dezembro de 2021, que aprovou o Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais para o exercício financeiro de 2022.

### 3.2.1.6. PDG 2023 (Início com o Ofício circular SEI nº 1558/2022/ME de 20/04/2022)



A SEST, por meio do OFÍCIO SEI Nº 116888/2022/ME, informou que as empresas deveriam incluir as propostas orçamentária do PDG e do Orçamento de Investimento - OI, no Sistema de Informação das Estatais - SIEST e no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, respectivamente, até 01 de julho de 2022.

### 3.2.2. Elaboração do Plano de Ações de Controladoria

A atuação da área de controladoria é voltada para a avaliação e compreensão da empresa como um todo, provendo e fornecendo informações úteis para os gestores em tempo hábil para auxiliar na tomada de decisão. A controladoria gera informações sobre os ambientes internos e externos da empresa, úteis na tomada de decisão pela administração e surge da necessidade de otimizar os resultados das decisões que são tomadas em relação à empresa.

A controladoria é a área da empresa que deve coordenar todo o processo de controle orçamentário-financeiro, desde o planejamento estratégico e operacional até o controle orçamentário, numa definição funcional e direta, que consiste nas seguintes etapas:

- Diagnóstico financeiro: essa etapa consiste em avaliar a situação financeira atual da empresa. É necessário analisar os fluxos de caixa, o balanço patrimonial, a demonstração de resultados e outros indicadores financeiros para entender a saúde financeira da organização;
- Definição de objetivos: com base no diagnóstico financeiro, é possível estabelecer objetivos para a controladoria.
- Identificação de indicadores de desempenho: para medir o progresso em relação aos objetivos estabelecidos, é necessário definir indicadores de desempenho que permitam monitorar a saúde financeira da empresa. Alguns exemplos de indicadores são: fluxo de caixa, rentabilidade, margem de lucro, entre outros;
- Definição de políticas financeiras: é preciso definir políticas financeiras que permitam controlar os gastos e maximizar os lucros. Algumas das políticas mais importantes são: gestão de ativos, gestão de custos, gestão de investimentos e gestão de passivos/dívidas;
- Estabelecimento de metas e ações: com base nas políticas financeiras definidas, é possível estabelecer metas e ações para alcançar os objetivos traçados. Essas metas e ações devem ser claras, mensuráveis e estar alinhadas com a missão e visão da empresa;
- Monitoramento e controle: por fim, é importante estabelecer mecanismos de monitoramento e controle que permitam acompanhar o desempenho financeiro da empresa e tomar medidas corretivas, caso necessário. Isso pode ser feito por meio de relatórios financeiros, análises periódicas e outras ferramentas de gestão.

### 3.2.3. Financeira

A área financeira é responsável pela Gestão do Contas a Receber, Gestão do Contas a Pagar, Gestão do Fluxo de Caixa e Gestão da Captação de Recursos e Tesouraria. Nesse contexto, em 2022, foram realizadas diversas atividades para, entre outros fins, dar sustentabilidade à operação da área financeira, bem como para atender as necessidades da própria Companhia. Entre elas destacamos:

- Abertura de Contas no Banco do Brasil e Bradesco;
- Cadastro Fiscal no GDF (Governo do Distrito Federal) para obtenção da Inscrição (CF/DF);

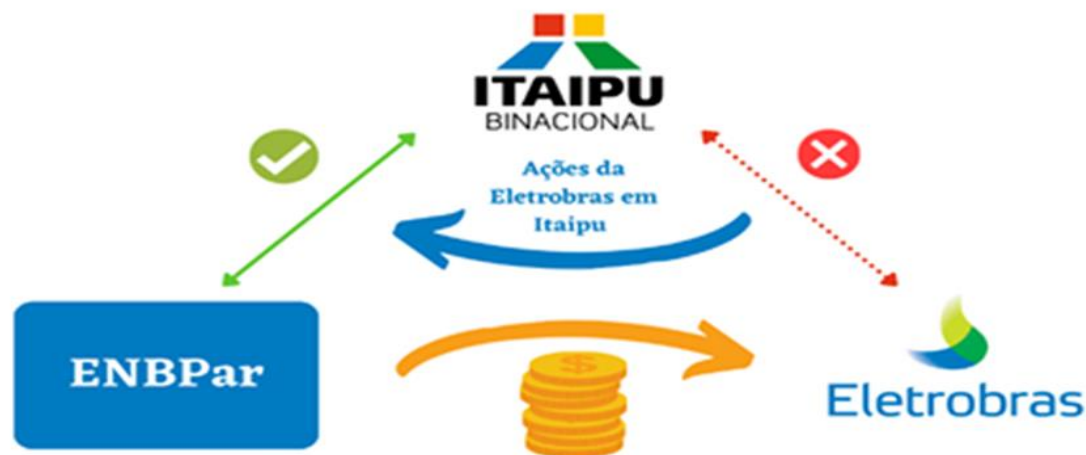
- Arquivamento das Atas na Junta Comercial;
- Elaboração e Acompanhamento do Fluxo de Caixa;
- Registros Contábeis em Planilha Excel desde a constituição da ENBPar até o mês de maio de 2022;
- Transmissão das Obrigações Acessórias de 2021, de janeiro a maio de 2022;
- Primeira Versão do PDG;
- Diversas Reuniões com SEST/Itaipu/Eletronbras/CCEE/ Taticca/ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico);
- Contratação de Serviços da Eletronbras;
- Emissão do Faturamento para as 31 (trinta e uma) Distribuidoras desde o mês de junho de 2022;
- Emissão de Notas Fiscais de acordo com a Legislação Vigente da Compra de Energia da Itaipu desde o mês de junho de 2022;
- Controle e Acompanhamento do Contas a Pagar e Receber;
- Controle e Acompanhamento Diário das duas Contas Correntes e aplicação mantidas no Banco do Brasil;
- Controle e Acompanhamento da Conta Corrente mantida no Bradesco;
- Preparação de toda Documentação Financeira e disponibilização para Contabilidade;
- Atendimento Financeiro da Auditoria/CGU – Controladoria - Geral da União;
- Aproximação da Equipe Financeira da ENBPar com os Responsáveis Financeiros das Distribuidoras (Inadimplência "Zero" em 2022).

### **3.2.3.1. Integralização do Capital Inicial**

Em 4 de janeiro de 2022, foi votado e aprovado pela União a constituição do capital social da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPar, no montante de R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), representado por 4.000.000.000 (quatro bilhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado pela União, em moeda corrente do País, com recursos oriundos de dotações consignadas no Orçamento Geral da União, mediante depósito em conta corrente e da descentralização de crédito para integralização inicial do capital social da empresa, nos termos do Art. 80, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e do Decreto 10.791, de 10 de setembro de 2021, do Processo nº 48300.000862/2021-17, da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia - SE/MME.

### **3.2.3.2. Aquisição e Transferência da Participação Societária de ITAIPU**

O Contrato de Aquisição e Transferência da Participação Societária da Itaipu foi celebrado entre a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPar e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, em 22 de abril de 2022, devendo a Eletrobras, transferir a totalidade de sua participação societária no capital social da Itaipu (“Participação Societária”) à ENBPar (“Transação”).



Ambas as partes concordaram que a contraprestação justa para aquisição da Participação Societária, a ser paga pela ENBPar à Eletrobras, será de R\$ 1.212.148.151,65 (um bilhão duzentos e doze milhões cento e quarenta e oito mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos), preço equivalente a US\$ 233.253.440,00 (duzentos e trinta e três milhões duzentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e quarenta dólares norte-americanos), na data-base de 31 de dezembro de 2020, subdivididos nos seguintes componentes:

- I) R\$1.082.275.135,40 (um bilhão oitenta e dois milhões duzentos e setenta e cinco mil cento e trinta cinco reais e quarenta centavos), equivalentes a US\$208.262.000,00 (duzentos e oito milhões e duzentos e sessenta e dois mil dólares norte-americanos), considerada a PTAX de R\$5,1967, na data-base de 31 de dezembro de 2020 ("Principal"); e
- II) R\$129.873.016,25 (cento e vinte e nove milhões oitocentos e setenta e três mil dezesseis reais e vinte e cinco centavos), equivalentes a US\$24.991.440,00 (vinte e quatro milhões novecentos e noventa e um mil e quatrocentos e quarenta dólares norte-americanos), considerada a PTAX de R\$5,1967, na data-base de 31 de dezembro de 2020 ("Remuneração 2021").

Como o rendimento sobre o capital da Itaipu referente ao exercício social de 2021 foi pago à Eletrobras antes da Transação, o item II (Remuneração 2021) deixou de compor o Preço. Ficou acordado que o pagamento da parcela Principal do Preço, será feito em 240 (duzentas e quarenta) parcelas mensais, todas denominadas em reais ("Parcelas"), corrigidas pela variação da cotação do dólar norte-americano.

Parcelas quitadas em 2022:

| PARCELA | DATA       | JUROS | VALOR PARCELA S/<br>VAR. CAMBIAL | AMORTIZAÇÃO      | JUROS            | SALDO DEVEDOR        |
|---------|------------|-------|----------------------------------|------------------|------------------|----------------------|
| 1       | 17/07/2022 | 0,39% | R\$ 8.234.200,80                 | R\$ 3.246.906,90 | R\$ 4.987.293,90 | R\$ 1.280.483.826,93 |
| 2       | 17/08/2022 | 0,39% | R\$ 8.234.200,80                 | R\$ 3.259.521,13 | R\$ 4.974.679,67 | R\$ 1.277.224.305,80 |
| 3       | 17/09/2022 | 0,39% | R\$ 8.234.200,80                 | R\$ 3.272.184,37 | R\$ 4.962.016,43 | R\$ 1.273.952.121,43 |
| 4       | 17/10/2022 | 0,39% | R\$ 8.234.200,80                 | R\$ 3.284.896,81 | R\$ 4.949.303,99 | R\$ 1.270.667.224,63 |
| 5       | 17/11/2022 | 0,39% | R\$ 8.234.200,80                 | R\$ 3.297.658,63 | R\$ 4.936.542,17 | R\$ 1.267.369.566,00 |
| 6       | 17/12/2022 | 0,39% | R\$ 8.234.200,80                 | R\$ 3.310.470,03 | R\$ 4.923.730,76 | R\$ 1.264.059.095,96 |

Cálculo das parcelas contrato - Método Price.

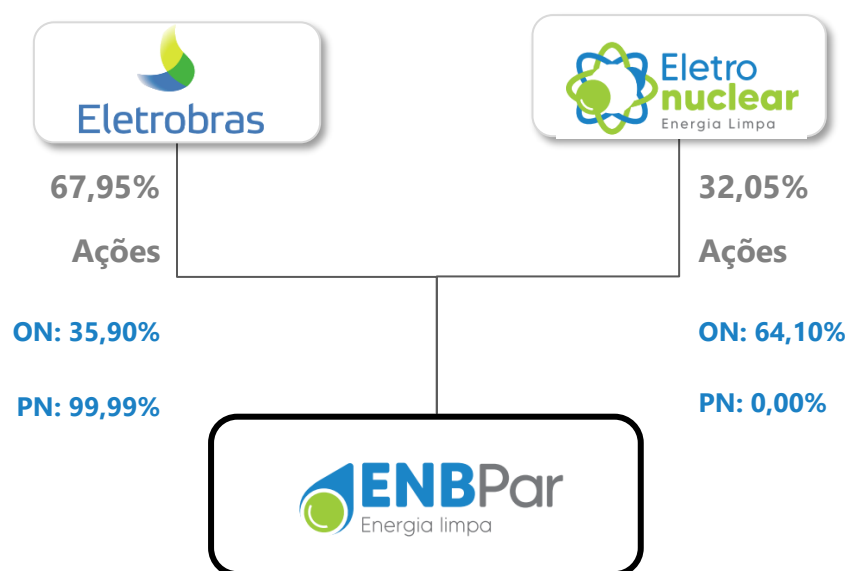
Por meio do Decreto nº 11.027, de 31 de março de 2022, foi regulamentada a comercialização de energia da Itaipu Binacional, por meio da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPar, dessa forma, os dispositivos que eram vinculados à Eletrobras, passaram a ser direcionadas à ENBPar, sem alteração de mérito quanto à contabilização ou demais previsões, pelo Decreto nº 11.027/2022.

A operação de comercialização da Itaipu Binacional, foi iniciada na competência de junho de 2022, realizando o primeiro faturamento da empresa no valor de US\$ 266.465.750,00 (duzentos e sessenta e seis milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil e setecentos e cinquenta dólares norte-americanos), sendo atualizados pela PTAX 800 do dia anterior ao faturamento (5,2179), totalizando assim o valor de R\$ 1.390.391.636,93 (um bilhão trezentos e noventa milhões trezentos e noventa e um mil seiscentos e trinta e seis reais e noventa e três centavos).

### 3.2.3.3. Aquisição da Eletronuclear

A Eletronuclear S.A. é uma companhia de capital fechado, controlada pela nova *holding* Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. ("ENBPar"), após o concluído processo de desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras" ou "ELB"), que tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME").

A aquisição do controle da Eletronuclear pela ENBPar foi implementada por intermédio de uma transação que envolveu o aumento de capital pela Eletronuclear com a emissão de novas ações ordinárias ("ONs"), pelo valor total de R\$ 3,5 bilhões. A Eletrobras cedeu a totalidade de seu direito de preferência na subscrição de tais ONs para a ENBPar, que integralizou um aporte de capital no mesmo montante, diluindo a Eletrobras no capital da Eletronuclear. Esse aporte, somado à conversão de ONs de emissão da Eletronuclear, detidas pela Eletrobras, em ações preferenciais ("PNs"), tornaram a ENBPar a acionista controladora da Eletronuclear, com a titularidade de mais da metade do capital votante da companhia. Assim, a estrutura acionária após a desestatização da Eletrobras está sendo ilustrada a seguir:



#### 3.2.3.4. Captação de Recursos Financeiros

Em 25 de outubro de 2019, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") foi contratado pela Eletronuclear S.A, atual denominação social da Eletrobras Termonuclear S/A – Eletronuclear ("Eletronuclear" ou "Companhia"), com o intuito de avaliar soluções na estruturação de um modelo operacional, jurídico e financeiro para a implementação da Usina Nuclear de Angra 3 ("Angra 3", "A3" ou "Projeto").

Localizada em Angra dos Reis (RJ), Angra 3 é uma usina de geração de energia nuclear que terá potência instalada nominal prevista de 1.405 MW, cuja construção se iniciou em 1984, mas foi interrompida por duas vezes, tendo ocorrida a última interrupção em 2015. Durante esse período, estima-se que o Projeto tenha alcançado um progresso total de obra de aproximadamente 66% até junho de 2022.

No dia 10 de junho de 2020, foi aprovado pela Resolução do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos ("CPPI") nº 139/2020 o modelo operacional, jurídico e financeiro, elaborado pelo BNDES para a implementação do Projeto, contemplando a estruturação que prevê a segregação do risco financeiro e de construção, alocando-os nos agentes que melhor sejam capazes de gerenciá-los.

O modelo conceitual recomendado consiste na separação da seleção do ente privado entre dois parceiros: um parceiro EPCista e um parceiro financeiro, conforme definido a seguir:

- Parceiro EPCista: empresa ou consórcio de empresas, a ser contratado pela Eletronuclear, com experiência comprovada na construção, montagem e comissionamento de usinas nucleares, capaz de tomar, ao menos em parte, o risco de construção e finalização do projeto, por meio de um contrato de Engenharia, Compras e Construção ("EPC"). O valor da(s) contratação(ões) deverá(ão) ser definido(s) após a finalização dos processos de *due diligence*; e
- Parceiro financeiro: grupo de credores capazes de tomar o risco financeiro e investir no projeto, na forma de um financiamento, representativos de parte relevante do *capex* remanescente, seguindo uma estrutura parecida com um *Project Finance*. Os valores de captação deverão ser definidos de maneira exata após a conclusão dos processos de *due diligence*, da contratação do EPCista, e da definição da forma e valores de equacionamento do *equity* e da dívida atual.

Dando prosseguimento à estruturação do empreendimento, o BNDES dividiu as atividades necessárias para a implementação do Projeto em três grupos distintos – os Serviços A, B e C –, e de entregáveis específicos, os denominados Produtos e Serviços Contínuos. Os escopos de trabalho de cada um dos serviços são resumidos a seguir:

- O Serviço A tem por objeto a contratação de serviços de Avaliação Técnico-Operacional, Escopo Preliminar de Engenharia, Compras e Construção, Escopo Definitivo de EPC e Assessoria de Engenharia para a execução do Projeto de estruturação e implementação do modelo aprovado pelo CPPI;
- O Serviço B, que engloba a prestação dos serviços de Avaliação de Recursos Humanos e Atuarial/Previdenciária; *Due Diligence* Jurídica; *Due Diligence* Contábil-Patrimonial; e Avaliação Socioambiental e de Licenciamento Nuclear necessários à estruturação do Projeto;
- Por fim, o Serviço C, que tem por objeto os serviços de Projeções Financeiras, Avaliação Econômico-Financeira, Assessoria Jurídica, Assessoria Financeira e outros produtos e serviços relacionados, necessários para a execução da estruturação e implementação do modelo aprovado pelo Comitê de Parcerias para a construção, manutenção e exploração de Angra 3.

### **3.2.3.5. Acompanhamento e análise dos produtos financeiros relacionados às obras de Angra 3**

O Acordo de Investimentos celebrado entre a Eletrobras e a ENBPar, no âmbito da reestruturação da Eletronuclear, prevê que a Eletrobras e a ENBPar devem prover recursos para a conclusão de Angra 3 por meio de garantias, mútuos ou *equity* na proporção do capital votante detido na Eletronuclear, em montantes a serem definidos pelos estudos do BNDES. O Acordo de Investimentos prevê também que, no caso de concessão de garantia, a ENBPar deve buscar obter a garantia da União para cobrir a sua parcela. Tendo em vista as limitações de caixa da ENBPar, um aporte de *equity* na Eletronuclear pelos acionistas dependeria de um aporte equivalente da União na ENBPar, o que esbarra em restrições de orçamento da União. Portanto, a modelagem proposta pelo BNDES considera que todos os recursos remanescentes necessários para a conclusão de Angra 3 serão obtidos sob a forma de dívida.

Nos âmbitos dos estudos do BNDES, foi realizado um processo de consulta ao mercado, com o objetivo de identificar os potenciais provedores de soluções financeiras para Angra 3 e receber as propostas indicativas e não vinculantes para financiamento do projeto ("*Market Sounding* financeiro").

No âmbito das discussões acerca das garantias das novas linhas de financiamento do projeto, os participantes do *Market Sounding* financeiro indicaram ser essencial a prestação de garantia soberana da União e garantia corporativa da Eletrobras, durante todo o período dos novos financiamentos de Angra 3, em virtude principalmente dos seguintes fatores:

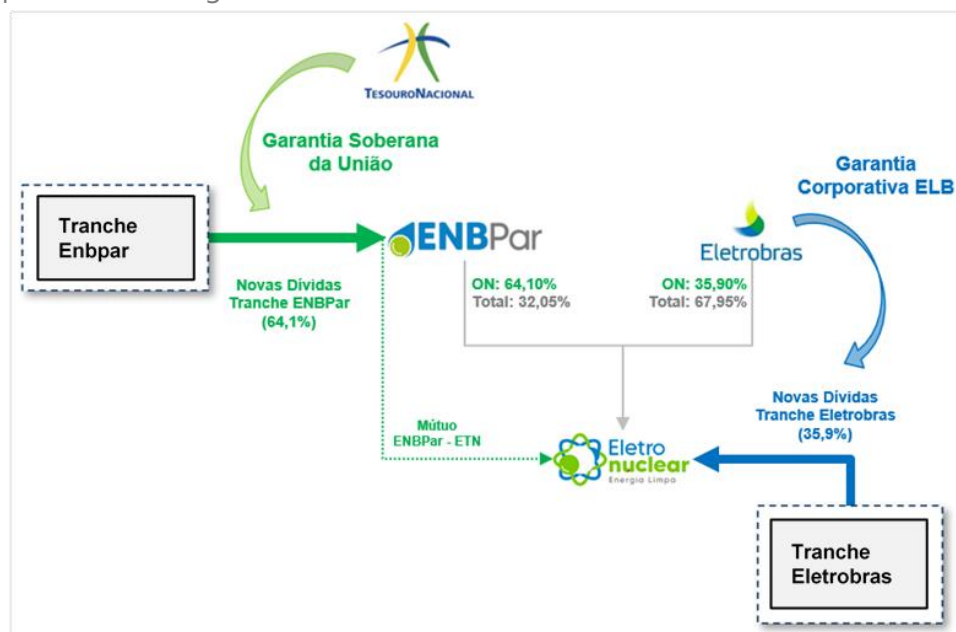
- O elevado montante de recursos necessários para conclusão do Projeto enseja a necessidade de esforços além do convencional na captação por diversas fontes de financiamento locais e internacionais, a fim de acessar uma base diversificada de credores com diferentes perfis de risco, uma vez que é improvável que um único financiador tenha apetite para absorver todo o montante de dívida do Projeto;
- Os contratos de financiamento vigentes do BNDES e da CEF- Caixa Econômica Federal, relacionados à Angra 3, possuem garantias corporativas da Eletrobras e soberana da União, respectivamente, até as datas de vencimento, sendo que tais credores já manifestaram a necessidade da manutenção de tais garantias. Tal posicionamento, proveniente de dois bancos públicos controlados pela própria União, estabelece um precedente relevante no pacote de garantias a ser exigido por quaisquer novos financiadores que venham a participar do Projeto;
- Indicações de bancos comerciais locais e internacionais de que instrumentos de mercados de capital, tais como debêntures de infraestrutura e *bonds* internacionais, demandariam um pacote de garantias mais robusto, de forma a atingir os montantes necessários para conclusão do Projeto;
- Histórico inconclusivo do Projeto, que conta com duas paralisações ao longo de mais de três décadas desde seu início, o que aumenta a percepção de risco dos potenciais credores; e
- Natureza do Projeto com diversos elementos de risco soberano, tais como monopólio estatal na geração de energia nuclear e no suprimento de combustível nuclear para o Projeto.

A estrutura proposta para os novos financiamentos prevê captações em dois níveis, proporcionais ao capital votante dos acionistas, conforme definido em Acordo de Investimentos, sendo que: (i) a ENBPar realizaria a modalidade “Financiamento por Repasse”, ou seja, captaria novas dívidas, em volume representando 64,1% do total para conclusão de Angra 3 e, conseqüentemente, realizaria mútuo para a Eletronuclear, repassando os recursos captados nas mesmas condições, com eventual *gross-up* de custos e impostos incidentes (“Tranche ENBPar”); e (ii) a participação da Eletrobras se daria na

modalidade de “Financiamento Garantido”, na qual a Eletronuclear realizaria captação de novas dívidas com garantia corporativa da Eletrobras, em volume representando 35,9% do total para conclusão do Projeto (“Tranche Eletrobras”).

O pacote de garantia consiste em: (i) para a “Tranche ENBPar”, será solicitado ao Tesouro Nacional a prestação de garantia soberana da União para 100% do saldo devedor; e (ii) para “Tranche Eletrobras”, a Eletrobras oferecerá garantia corporativa para 100% do saldo devedor, conforme mencionado.

A estrutura de captação está representada a seguir:



Atualmente, a modelagem indica a necessidade de captações, na forma de dívida de longo prazo, em montante de cerca de R\$ 26,8 bilhões para a finalização das obras, sendo que R\$ 17,5 bilhões seriam denominados em reais e R\$ 9,3 bilhões, para fazer frente aos investimentos em moeda estrangeira. Respeitada a proporção no capital votante da Eletronuclear, a parcela correspondente às Tranches ENBPar e à Eletrobras equivale a cerca de R\$ 17,2 bilhões e R\$ 9,6 bilhões, respectivamente.

Esses números podem sofrer alterações em função de uma série de fatores, alguns dos quais elencados a seguir:

- Verificação de deságio na seleção do EPC que irá finalizar as obras, o que reduzirá o *capex* total do projeto e o montante da dívida a ser captada;

- Ajustes e atualizações da modelagem e *do cost-to-complete* do empreendimento, em função de determinações de órgãos de controle;
- Variação cambial até a efetiva captação das dívidas em moeda estrangeira;
- Percentual do Contrato de EPC em moeda estrangeira. Quanto maior é esse percentual, maior é o volume de dívida a ser captado em moeda estrangeira em relação à opção de captação em reais;
- Mudança nas condições de financiamento em relação ao que foi considerado na modelagem. É importante destacar que as condições consideradas na modelagem se basearam no *Market Sounding* realizado com potenciais credores, a partir de respostas não vinculantes dos participantes, e que as condições definitivas só serão definidas futuramente, no momento das contratações das dívidas.

Em discussões entre as equipes técnicas do BNDES, seus assessores e representantes do Tesouro Nacional, estes indicaram que o Tesouro teria dificuldade em aprovar a concessão de garantia soberana a instrumentos de financiamento que possam ser securitizados. A Resolução CGR nº 7, de 23 de junho de 2020, do Grupo Estratégico do Comitê de Garantias, da STN, veda a aprovação de prestação de garantias soberanas caso o contrato de financiamento em questão não vede expressamente a opção de securitização.

Em função dessa vedação, emissões de debêntures de infraestrutura e *bonds* internacionais distribuídos nos mercados de capitais local e internacional não seriam passíveis de obtenção de garantia da União. Portanto, no desenho final, considerou-se que a garantia da União seria viável apenas para os empréstimos e contratos de financiamentos bilaterais, como é o caso da contratação com bancos públicos (i.e. BNDES e CEF) ou ECAs – Export Credit Agencies, compondo a Tranche ENBPar. Já as dívidas securitizáveis, como *bonds* e debêntures, serão garantidas pela Eletrobras, compondo a Tranche Eletrobras.

De acordo com o cronograma atual do projeto, as captações das dívidas de longo prazo estão previstas para ocorrer a partir de março de 2024. No entanto, a obra já foi retomada desde 2022, o que faz com que a companhia já realize investimentos para a conclusão do Projeto, utilizando os recursos disponíveis em caixa. Seguindo-se o cronograma atual de investimentos previsto pela Eletronuclear, estima-se que o caixa atual do Projeto será integralmente consumido em 2023. Nesse caso, a Eletronuclear precisará levantar recursos para a continuidade dos investimentos, com o apoio dos

acionistas, na proporção definida no Acordo de Investimentos, enquanto não ocorre a captação de longo prazo. Atualmente, a solução em estudo é a captação de empréstimos-pontes de curto prazo, a serem quitados com os recursos das dívidas de longo prazo.

### **3.2.3.6. Reunião de monitoramento com MME, ME, BNDES, Eletronuclear, Tesouro e Caixa para tratar do financiamento das obras de Angra 3**

Acordo de Acionistas da Eletronuclear celebrado entre a ENBPar e a Eletrobras, tem como, no mínimo, as obrigações das partes de:

- participar na captação dos novos financiamentos para a Usina Termonuclear Angra 3, operada pela Eletronuclear ("Angra 3"), por meio da concessão de garantias fidejussórias, bem como de repasse de financiamentos, na forma de mútuos para a Eletronuclear, no volume total necessário para a conclusão da Angra 3, nos termos dos estudos conduzidos pelo BNDES, previstos no Decreto nº 9.915, de 16 de julho de 2019, e na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, e na proporção de suas participações no capital social votante da Eletronuclear, devendo, para fins do cômputo da proporção, ser desconsideradas as garantias, mútuos e obrigações
- observar as condições contratuais de suporte já existentes entre a União ou a Eletrobras e a Eletronuclear, sendo certo que essas garantias, mútuos e obrigações contratuais de suporte deverão ser mantidos; e
- realizar todos os atos de sua competência para fins de subscrever novas emissões de ações da Eletronuclear, na forma a ser determinada pelos estudos por ela contratados junto ao BNDES, na proporção de suas participações no capital social votante da Eletronuclear;
- manter em funcionamento o COANGRA (conforme definido abaixo e nas Resoluções);
- manter o direito de preferência da ENBPar sobre a alienação de ações de emissão da Eletronuclear detidas pela Eletrobras; e
- manter o direito de indicação, pela Eletrobras, do Diretor Financeiro da Eletronuclear.

Dessa forma, visando atender as condições especificadas no Acordo entre Acionistas, a ENBPar participa das reuniões executivas semanais do Projeto que envolvem os representantes do BNDES, Eletronuclear, ENBPar, Eletrobras e MME que, normalmente, ocorrem nas sextas-feiras, às 14h, de forma virtual, com duração de 90 a 120 minutos. Seu objetivo é promover alinhamentos, discussões e direcionamentos em alto nível para as principais decisões

referentes à implementação do Projeto na Fase 2. Além disso, são relatados os principais acontecimentos e realizações do Projeto a cada semana. Por isso, trata-se de recorte significativo das atividades desempenhadas no âmbito do Projeto.

### 3.2.3.7. Estrutura Acionária após a Desestatização da Eletrobras

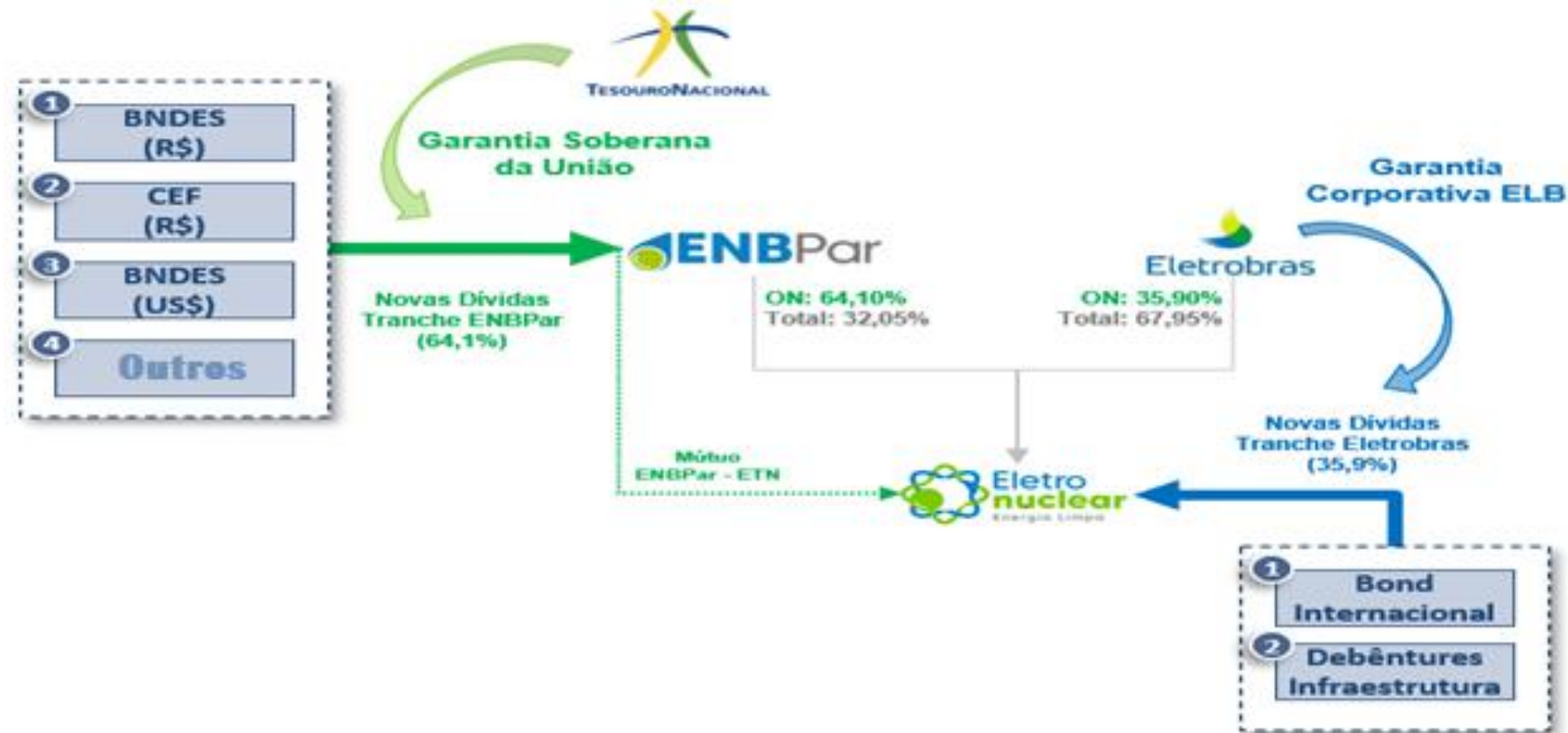


Tabela 1: Cost-to-Complete de Angra 3

| R\$ Milhões        | 2022         | 2023           | 2024           | 2025           | 2026           | 2027           | 2028           | 2029         | Total           |
|--------------------|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|-----------------|
| <b>Local</b>       | 152,2        | 1.134,8        | 2.152,0        | 2.288,6        | 1.920,0        | 1.770,0        | 821,7          | 91,6         | 10.331,0        |
| <b>Estrangeiro</b> | 214,8        | 1.060,2        | 2.017,1        | 2.305,4        | 1.593,1        | 1.233,7        | 572,3          | 115,9        | 9.112,4         |
| <b>Total</b>       | <b>367,1</b> | <b>2.195,0</b> | <b>4.169,0</b> | <b>4.594,0</b> | <b>3.513,1</b> | <b>3.003,7</b> | <b>1.394,0</b> | <b>207,6</b> | <b>19.443,5</b> |

A estrutura de captação das novas dívidas, ilustrada a seguir e apresentada em maiores detalhes no P4-C, contempla levantamento de recursos em dois (2) níveis distintos: (i) captação na ENBPar e repasse por meio de mútuos para a Eletronuclear das dívidas não securitizáveis (BNDES em R\$, CEF em R\$, BNDES em US\$ e ECA) para parcela garantida pela União (64,1%); e (ii) captação direta na Eletronuclear das dívidas securitizáveis (debêntures de infraestrutura e *bond* internacional) para parcela garantida pela Eletrobras (35,9%).

Figura 1: Estrutura de Captação dos Novos Recursos



### Usos e Fontes Anuais de Angra 3 (R\$ milhões)

| Usos & Fontes (R\$ milhões)       | 2021         | 2022         | 2023         | 2024         | 2025         | 2026         | 2027         | 2028         | 2029       |
|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|
| <b>Total de Dívida</b>            | -            | -            | -            | <b>7.459</b> | <b>6.829</b> | <b>5.702</b> | <b>4.681</b> | <b>2.107</b> | <b>311</b> |
| BNDES/CEF (R\$)                   | -            | -            | -            | -            | 3.144        | 3.388        | 2.782        | 1.252        | 185        |
| BNDES (US\$)                      | -            | -            | -            | -            | 850          | 1.399        | 1.148        | 517          | 76         |
| Outros                            | -            | -            | -            | -            | 556          | 915          | 751          | 338          | 50         |
| Debêntures de Infraestrutura #1   | -            | -            | -            | 2.280        | -            | -            | -            | -            | -          |
| Debêntures de Infraestrutura #2   | -            | -            | -            | -            | 2.279        | -            | -            | -            | -          |
| Bond Internacional                | -            | -            | -            | 5.179        | -            | -            | -            | -            | -          |
| <b>Capital Próprio</b>            | <b>1.417</b> | <b>3.293</b> | -            | -            | -            | -            | -            | -            | -          |
| <b>Total de Fontes do Projeto</b> | <b>1.417</b> | <b>3.293</b> | -            | <b>7.459</b> | <b>6.829</b> | <b>5.702</b> | <b>4.681</b> | <b>2.107</b> | <b>311</b> |
| <b>Total de Usos do Projeto</b>   | -            | <b>1.060</b> | <b>3.041</b> | <b>5.849</b> | <b>7.226</b> | <b>5.608</b> | <b>5.272</b> | <b>3.295</b> | <b>450</b> |
| <b>Total CapEx</b>                | -            | <b>358</b>   | <b>2.231</b> | <b>4.469</b> | <b>5.109</b> | <b>4.038</b> | <b>3.559</b> | <b>1.711</b> | <b>277</b> |
| Itens Locais em R\$               | -            | 154          | 1.188        | 2.343        | 2.573        | 2.231        | 2.114        | 1.017        | 123        |
| Itens Importados US\$ em R\$      | -            | -            | 39           | 64           | 76           | 51           | 36           | 30           | 3          |
| Itens Importados € em R\$         | -            | 204          | 1.004        | 2.062        | 2.460        | 1.756        | 1.410        | 665          | 151        |
| Crédito PIS/COFINS                | -            | <b>12</b>    | <b>119</b>   | <b>276</b>   | <b>313</b>   | <b>240</b>   | <b>210</b>   | <b>88</b>    | -          |
| Custos Financeiros                | -            | -            | <b>1</b>     | <b>431</b>   | <b>1.136</b> | <b>660</b>   | <b>832</b>   | <b>824</b>   | <b>4</b>   |
| Serviço da Dívida (BNDES/CEF)     | -            | <b>690</b>   | <b>689</b>   | <b>673</b>   | <b>668</b>   | <b>669</b>   | <b>670</b>   | <b>672</b>   | <b>168</b> |

### 3.2.3.8. Recebimento de Recursos do Tesouro Nacional

A Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPar, recebeu do Tesouro Nacional, em dezembro de 2022, o valor de R\$ 1,2 bilhão pertinente ao “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC”.

### 3.2.4. Contábil

- Na área contábil, em 2022, foram realizadas diversas atividades para, entre outros fins, dar sustentabilidade à operação da área contábil, bem como atender as necessidades da própria Companhia, entre elas destacamos:
- Registro da ENBPar na Junta Comercial (finalizado em janeiro);
- Cadastro Fiscal da ENBPar (finalizado em março e revisado em julho);
- Opção do regime de Tributação da ENBPar (finalizado em março);
- Contratação de empresa, em junho, para *Outsourcing*, de forma emergencial (período de 180 dias), e na forma de serviço contínuo, em dezembro; (Essa contratação visou, entre outros objetivos, suprir a necessidade de um sistema de gestão integrado para operacionalização das obrigações contábeis/fiscais da ENBPar);
- Transferência das operações contábeis de Comercialização de Energia da Itaipu e da Eletrobras para a ENBPar, a partir de junho de 2022;
- Coordenação da Análise econômico-financeira da INB, antecedendo à alteração do controlador, bem como à avaliação da independência financeira da INB (Notas Técnicas/DF 05, 06 e 07 de 2022 e Nota Técnica INB/ENBPar nº 001/2022), tendo o processo finalizado em outubro/22;
- Aumento do capital social da ENBPar em duas oportunidades, sendo a primeira na transferência de controle acionário da INB detido pela União para a ENBPar, e a segunda no aporte financeiro de R\$ 1,2 bilhão em dezembro;
- Formalização dos processos internos da Contabilidade (Criação de Planos de Contas; Regramentos Tributários, Apuração e Classificação das Aquisições dos Investimentos – Eletronuclear e Itaipu, por meio de aquisições, e INB pela transferência de seu controle da União), entre outros. (finalizado em outubro de 2022);
- Acompanhamento, suporte e fornecimento de informações acerca da conta de comercialização de energia da Itaipu para a ANEEL, durante todo o exercício de 2022;
- Participação de Comissão Multidisciplinar para avaliação de contrato sob a ótica de partes relacionadas dos contratos firmados com a Itaipu Binacional e EMGEPRON – Empresa Gerencial de Projetos Navais, conforme determinado na política de partes relacionadas da Companhia;
- Apoio à asseguarção da empresa Taticca na transferência dos saldos da conta de comercialização de energia da Itaipu e da Eletrobras para a ENBPar, tendo o processo finalizado em dezembro de 2022;

- Revisão dos processos contábeis, tributários e fiscais realizados pela Empresa contratada para *outsourcing*;
- Fornecimento de dados contábeis relativos ao planejamento econômico-financeiro da Empresa;
- Supervisão e coordenação das atividades econômico-financeiras no que diz respeito à contabilidade, controle patrimonial e de custos, gestão contábil de ativos, tributos e afins;
- Realização de apresentações dos números contábeis da ENBPar no Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração;
- Apuração das horas-homens e custos associados, para reembolso, da Conta de Comercialização de Energia da Itaipu e Programas de Governo, quando aplicável;
- Acompanhamento dos registros fiscais da Receita Federal no e-CAC (acompanhamento das solicitações e pendências fiscais);
- Definição e implementação dos centros de custos da Companhia;
- Elaboração de relatório gerencial fornecido mensalmente para o COAUD, CONSAD e CONFIS;
- Fechamento contábil dos meses de janeiro a dezembro;
- Contratação de empresa de auditoria independente em dezembro, referente ao exercício de 2022, tendo sido seus relatórios entregues da seguinte forma: Primeiro Trimestre em 26 de janeiro de 2023, segundo e terceiro Trimestres em 08 de fevereiro de 2023, e Exercício findo de 2023 em 23 de março de 2023;
- Modelagem financeira da ENBPar para suprir a necessidade do Plano de Negócios e Planejamento Estratégico da Companhia (finalizado em novembro de 2022).

### **3.2.5. Situação e desempenho orçamentário, financeiro e patrimonial (Situação orçamentária Orçado X Realizado)**

Com objetivo de melhoria na administração dos recursos financeiros da Companhia, foram elaborados diversos procedimentos de gestão orçamentária. O planejamento das ações, que resultam na disponibilidade orçamentária, é fundamental para uma boa gestão dos recursos financeiros e para uma otimização de despesas, além de proporcionar à Companhia previsibilidade de pagamentos e de processos decorrentes.

Além dos recursos financeiros oriundos da operação, Programas Luz para Todos (LPT) e Mais Luz para a Amazônia (MLA) não representam investimentos da ENBPar, uma vez que a tipificação dos seus recursos destaca como sua principal fonte a subvenção econômica da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), principalmente por meio da CDE-USO, que são quotas anuais pagas pelos consumidores de energia elétrica, mediante encargo (R\$/MWh) incluído nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão.

Por outro lado, a ENBPar é ressarcida de seus custos operacionais na gestão de ambos os programas, de acordo com as diretrizes contidas nos Manuais de Operacionalização aprovados para os Programas Luz para Todos e Mais Luz para a Amazônia, vigentes até dezembro de 2022, que destacam que a ENBPar receberá 1% (um por cento) do valor total de cada Contrato de Operacionalização assinado com um Agente Executor, a título de Taxa de Administração, na qualidade de Agente Operacionalizador, por designação específica do MME.

O quadro a seguir demonstra o orçado e realizado para o ano de 2022:

| DESCRIÇÃO                                              | ORÇADO                | REALIZADO             | Realização |
|--------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|------------|
| RECEITAS DE CAPITAL (APORTE DO TESOIRO e AÇÕES DA INB) | 5.403.839.197         | 6.408.136.147         | 119%       |
| RECEITAS CORRENTES (COMERCIALIZAÇÃO DA ITAIPU)         | 11.641.727.430        | 10.426.861.842        | 90%        |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES                              | 17.298.392            | 16.828.662            | 97%        |
| <b>Total DICOR</b>                                     | <b>17.062.865.019</b> | <b>16.851.826.651</b> | <b>99%</b> |
| INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL        | 3.131.478             | 0                     | 0%         |
| INVERSÕES FINANCEIRAS (ELTRONUCLEAR, ITAIPU e INB)     | 4.763.206.104         | 4.662.439.236         | 98%        |
| OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL (EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL)  | 22.600.166            | 132.961.635           | 588%       |
| DESPESAS DE PESSOAL                                    | 12.589.869            | 12.443.382            | 99%        |
| DESPESAS COM DIRIGENTES                                | 2.477.312             | 2.378.913             | 96%        |
| DESPESAS COM CONSELHOS E COMITÊS ESTATUTÁRIOS          | 627.961               | 709.423               | 113%       |
| MATERIAIS E PRODUTOS (COMERCIALIZAÇÃO DA ITAIPU)       | 10.025.188.220        | 10.286.732.517        | 103%       |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS                                  | 6.088.973             | 5.382.353             | 88%        |
| TRIBUTOS                                               | 344.601.188           | 327.789.758           | 95%        |

|                           |                       |                       |             |
|---------------------------|-----------------------|-----------------------|-------------|
| DESPESAS FINANCEIRAS      | 200.971.419           | 66.390.104            | 33%         |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 1.713.436             | 1.360.633             | 79%         |
| DEMAIS DESPESAS CORRENTES | 26.705                | 57.700                | 216%        |
| <b>Total DICAR</b>        | <b>15.383.222.831</b> | <b>15.498.645.654</b> | <b>101%</b> |

O PDG 2022 foi aprovado em caráter de urgência, e previa um total de arrecadação (DICOR – Discriminação das Origens de Recursos) no valor de R\$ 17,06 bilhões, sendo que foi realizado um valor de R\$ 16,85 bilhões, perfazendo uma realização de 99% do valor orçado. Essa diferença se deve a dois acontecimentos, positivo e negativo. O positivo foi o recebimento, não previsto, pela ENBPar, das ações da INB no valor de R\$ 1,11 bilhão. Já o negativo foi em função da frustração das receitas com a comercialização de energia da Itaipu (venda de energia) no valor de R\$ 1,13 bilhão, frustração essa explicada pela variação cambial do período.

Já com relação as aplicações dos recursos (DICAR – Discriminação das Aplicações dos Recursos), a ENBPar havia previsto um valor de R\$15,38 bilhões e realizou um valor de R\$ 15,49 bilhões, uma realização de 101% do orçado. Essa variação, assim como na arrecadação, deve-se à variação cambial na comercialização da Itaipu (lado da compra de energia para revenda) que teve uma variação de 103% entre orçado e realizado.

Com relação às contas do PMSO – Pessoal, Material, Serviço de Terceiros e Outros, temos:

| DESCRIÇÃO                    | ORÇADO                | REALIZADO             | Realização  |
|------------------------------|-----------------------|-----------------------|-------------|
| <b>Pessoal</b>               | 15.695.142            | 15.531.718            | 99%         |
| <b>Material</b>              | 10.025.188.220        | 10.286.732.517        | 103%        |
| <b>Serviços de Terceiros</b> | 6.088.973             | 5.382.353             | 88%         |
| <b>Outros</b>                | 1.740.141             | 1.418.333             | 82%         |
| <b>Total PMSO</b>            | <b>10.048.712.476</b> | <b>10.309.064.921</b> | <b>103%</b> |

Como se observa as contas de Pessoal, Serviço de Terceiros e Outros, tiveram um comportamento dentro do esperado, no qual somente a conta "Outros" teve uma variação próxima de 20% a menor que o planejado. A conta de "Material" fica distorcida, pois é conta da Energia Comprada para Revenda (Comercialização de Itaipu), e conforme mencionado anteriormente, a variação cambial fez com que essa conta tivesse uma variação 3% superior ao que havia sido orçado.

### 3.2.5.1. Orçamento de Investimento 2022 – orçado x realizado

| Receita                      |                                                                                        | Planejado            | Realizado       |
|------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-----------------|
| 61100000                     | Geração Própria                                                                        | 3.131.478            | 0               |
| 62110000                     | Direto                                                                                 | 0                    | 0               |
| 62130000                     | Saldo de Exercícios Anteriores                                                         | 0                    | 0               |
| 62200000                     | Controladora                                                                           | 0                    | 0               |
| 62300000                     | Outras Estatais                                                                        | 0                    | 0               |
| 62900000                     | Outras Fontes                                                                          | 0                    | 0               |
| 63100000                     | Internas                                                                               | 0                    | 0               |
| 63200000                     | Externas                                                                               | 0                    | 0               |
| 69100000                     | Debêntures                                                                             | 0                    | 0               |
| 69200000                     | Controladora                                                                           | 0                    | 0               |
| 69300000                     | Outras Estatais                                                                        | 0                    | 0               |
| 69900000                     | Outras Fontes                                                                          | 0                    | 0               |
| <b>Total de Receitas (A)</b> |                                                                                        | <b>3.131.478</b>     | <b>0</b>        |
| <b>Despesa</b>               |                                                                                        | <b>Dotação Atual</b> | <b>Execução</b> |
| <b>Ação</b>                  | <b>4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos</b> |                      |                 |

|                       |                                                                                        |           |   |
|-----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|-----------|---|
| Localizador           | 0001 – Nacional                                                                        | 2.189.094 | 0 |
| Ação                  | 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento |           |   |
| Localizador           | 0001 – Nacional                                                                        | 942.384   | 0 |
| Total de Despesas (B) |                                                                                        | 3.131.478 | 0 |
| Diferença (A-B)       |                                                                                        | 0         | 0 |

O Orçamento de Investimento da ENBPar para 2022, assim como o PDG, foi realizado em caráter de urgência, tanto que a Lei nº 14.499, de 23 de dezembro de 2022, que abriu o Orçamento de Investimento da União, em favor da ENBPar, no valor de R\$ 3.131.478,00 (três milhões cento e trinta e um mil e quatrocentos e setenta e oito reais), foi publicada na Edição Extra do Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 2022, o que resultou em apenas cinco dias úteis no ano de 2022 para a aplicação desse orçamento.

Para a aquisição de bens permanentes, é necessária rubrica com dotação orçamentária para iniciar o processo licitatório, e somente após o recebimento do orçamento é possível abrir o certame. Deste modo, considerando o pouco tempo verificado entre a publicação da Lei nº 14.499/2022 e o encerramento do exercício de 2022, foi esse o fator preponderante para a não aplicação do orçamento de 2022 pela ENBPar.

### 3.2.5.2. Situação Financeira

O Saldo Inicial do Fluxo de Caixa Executivo da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPar aplicado para abertura da Companhia foi de R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais).

Através do Decreto nº 11.027, de 31 de março de 2022, foi regulamentado a comercialização de energia da Itaipu Binacional, por meio da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPar. Dessa forma, os dispositivos que eram vinculados à Eletrobras, passaram a ser direcionadas à ENBPar, sem alteração de mérito quanto à contabilização ou demais previsões, pelo Decreto nº 11.027/2022. Desse modo, em 17 de

junho, foi concluída a desestatização da ELETROBRAS e efetuamos o nosso primeiro faturamento para a Itaipu a partir de julho de 2022. Nesse contexto, utilizamos as seguintes premissas:

- ANEXO C, do Tratado de Itaipu, que trata das bases financeiras e da Prestação de Eletricidade da UHE ITAIPU (Usina Hidrelétrica Itaipu);
- A Itaipu estabelece, anualmente, o percentual (%) de Potência Contratada da UHE Itaipu disponível à ENBPar; e
- Todos os valores são fixados em dólar (US\$) e convertidos em reais (R\$) pela cotação do dólar do dia útil anterior à data do faturamento.

**FLUXO DE CAIXA EXECUTIVO - ENBPar**
**Acumulado 2022**

|                                                                               |                           |
|-------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| <b>SALDO INICIAL</b>                                                          | <b>4.000.000</b>          |
| <b>1 - RECEITAS</b>                                                           | <b><u>1.410.041</u></b>   |
| 1.1 - Receita Operacional (Ressarcimento de encargos Adm. e Sup. - Principal) | 16.659                    |
| 1.2 - Rendimento Líquido - Ativo (Aplicação Financeira)                       | 163.951                   |
| 1.3 - Ressarcimento de encargos de Adm. e Supervisão (Ajuste do valor Dolar)  | 16.011                    |
| 1.4 - Aumento de Capital (Recebimento Tesouro Nacional)                       | 1.212.148                 |
| 1.5 - Outras Receitas                                                         | 1.271                     |
| <b>2 - DESPESAS OPERACIONAIS</b>                                              | <b><u>(46.602)</u></b>    |
| 2.1 - Pessoal e Encargos                                                      | (8.241)                   |
| 2.2 - Material                                                                | -                         |
| 2.3 - Serviços Terceiros                                                      | (1.414)                   |
| 2.4 - Outras Despesas                                                         | (2.007)                   |
| 2.5 - Tributos                                                                | (34.940)                  |
| <b>3 - DESPESAS FINANCEIRAS</b>                                               | <b><u>(1.967)</u></b>     |
| 3.1 - Rendimento Líquido - Passivo (Aplicação Financeira)                     | (1.967)                   |
| <b>4 - INVESTIMENTOS</b>                                                      | <b><u>(3.551.095)</u></b> |
| 4.1 - Aquisição de ações de Itaipu                                            | (51.095)                  |
| 4.2 - Aquisição de ações Da Eletronuclear                                     | (3.500.000)               |
| <b>5 - SUBTOTAL</b>                                                           | <b><u>1.810.374</u></b>   |
| <b>6 - APLICAÇÃO FINANCEIRA</b>                                               | <b>1.810.374</b>          |
| <b>7 - SALDO FINAL</b>                                                        | <b>-</b>                  |

| FLUXO DE CAIXA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA DE ITAIPU | ACUMULADO 2022   |
|--------------------------------------------------------|------------------|
| <b>SALDO INICIAL</b>                                   | -                |
| <b>1 - RECEBIMENTO ELETROBRÁS/ENBpar</b>               | <b>1.415.269</b> |
| <b>2 - RENDIMENTO LÍQUIDO</b>                          | <b>50.491</b>    |
| <b>3 - RECEITAS</b>                                    | <b>6.625.531</b> |
| 3.1 - Venda de Energia                                 | 6.548.757        |
| 3.2 - CCEE                                             | 19.473           |
| 3.3 - Celg - Distribuição S/A                          | 57.301           |
| <b>4 - DESPESAS</b>                                    | <b>7.540.635</b> |
| 4.1 - Compra de Energia                                | 5.443.675        |
| 4.2 - Ativo Regulatório - Tesouro (5)                  | 700.818          |
| 4.3 - Ativo Regulatório - Eletrobrás (5)               | 193.536          |
| 4.4 - Variação Cambial (Passiva)                       | -                |
| 4.5 - Repasse de Potência Contratada de Itaipu - Bonus | 947.769          |
| 4.6 - CCEE                                             | 2.194            |
| 4.7 - ONS                                              | 275              |
| <b>4.8 - Custo Administração no Brasil</b>             | <b>3.990</b>     |
| 4.8.1 - TATICCA                                        | 804              |
| 4.8.2 - Contrato 0001/22 - Eletrobrás                  | 1.921            |
| 4.8.3 - Time Sheet ( Custos Internos )                 | 1.265            |
| 4.8.3 - Taxas                                          | 0                |
| <b>4.9 - Tributos</b>                                  | <b>248.378</b>   |
| 4.9.1 - PIS                                            | 41.338           |
| 4.9.2 - COFINS                                         | 206.884          |
| 4.9.3 - IRRF                                           | 111              |
| 4.9.4 - OUTROS                                         | 45               |
| <b>5 - SALDO</b>                                       | <b>550.657</b>   |
| <b>6 - APLICAÇÕES</b>                                  | <b>550.657</b>   |
| <b>7 - SALDO FINAL</b>                                 | -                |

### 3.2.5.3. Situação Contábil

A empresa iniciou as suas operações em 4 de janeiro de 2022 e, dessa forma, não possui histórico e comparações das informações contábil e financeira.

Com menos de um ano de criação, a ENBPar já pode apresentar grandes conquistas, dentre elas, um Lucro Consolidado de R\$ 41,2 milhões:

| DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONSOLIDADO                      | 31/12/2022    |              |
|-------------------------------------------------------------|---------------|--------------|
|                                                             | (R\$ mil)     | AV%          |
| Receita operacional líquida                                 | 2.302.807     | 100,00%      |
| Custos operacionais                                         | (1.561.924)   | (67,83)%     |
| Receitas / (Despesas) operacionais                          | (646.453)     | (28,07)%     |
| Resultado da equivalência patrimonial/Combinação de negócio | 31.136        | 1,35%        |
| Compra vantajosa                                            | 88.510        | 3,84%        |
| Resultado Financeiro                                        | 22.916        | 1,00%        |
| Imposto de renda e contribuição social                      | (195.773)     | (8,50)%      |
| <b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>                                   | <b>41.219</b> | <b>1,79%</b> |

O Lucro da ENBPar, individual, foi de R\$ 105,9 milhões, gerado, predominantemente, pelo rendimento das aplicações financeiras.

### 3.2.5.4. Receita Operacional Bruta

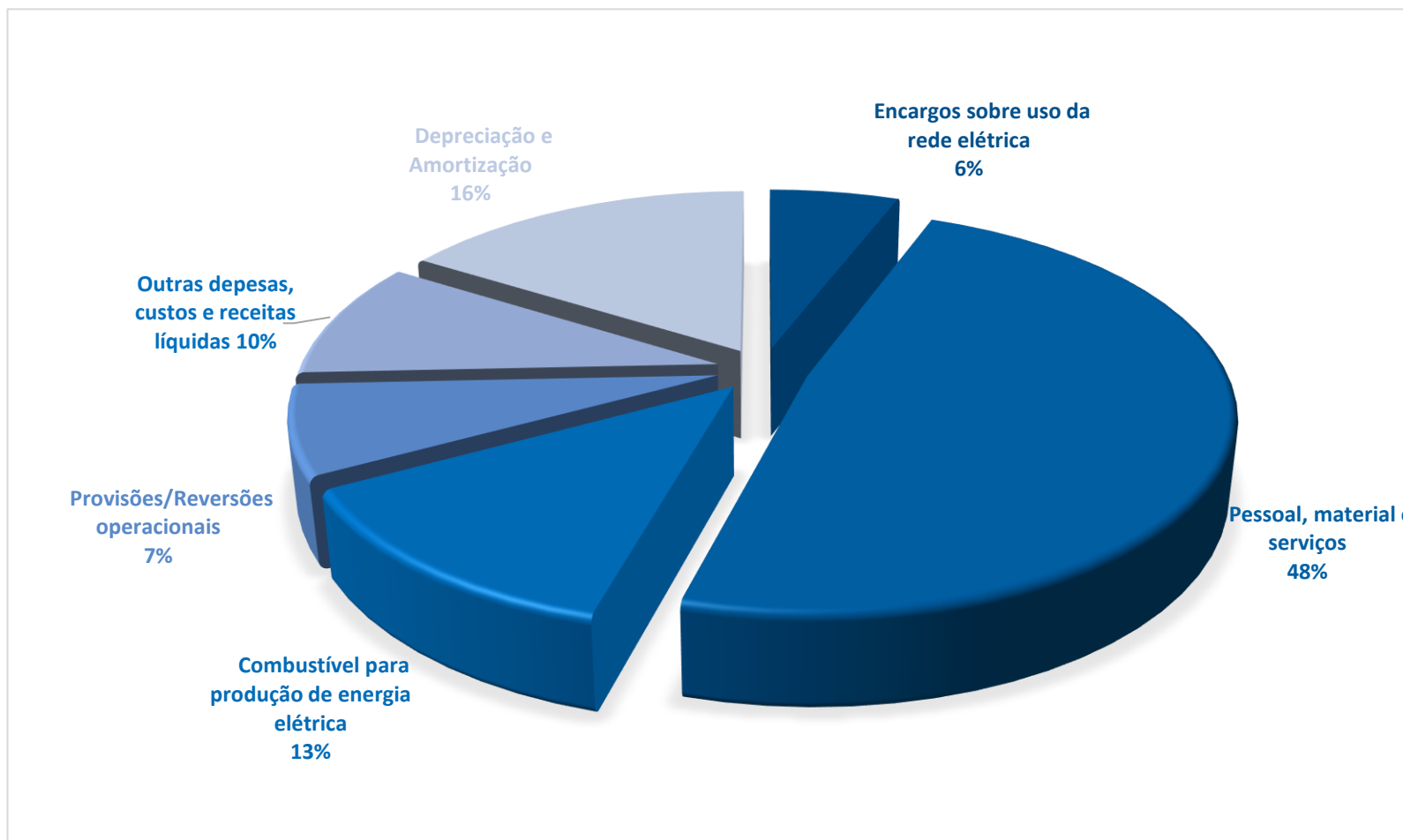
A receita operacional bruta consolidada foi de R\$ 2,6 Bilhões, composta, principalmente, pelo suprimento de energia elétrica da Eletronuclear, que representa 98% desse montante.

A ENBPar, individualmente, apresentou receita bruta de R\$ 21,8 milhões referente ao ressarcimento de encargos, administração e supervisão por comercializar energia da Itaipu. Após deduções, a Receita Líquida foi totalizada em R\$ 2,3 milhões.

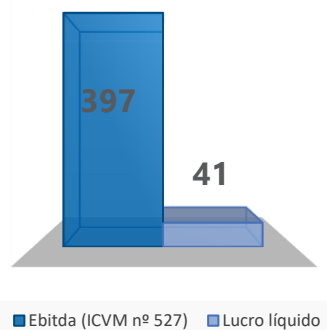
| <b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>                                        |                  | <b>31/12/2022</b>  |
|---------------------------------------------------------------------|------------------|--------------------|
|                                                                     | <b>(R\$ mil)</b> | <b>Consolidado</b> |
| Receita com suprimento de energia elétrica                          |                  | 2.557.078          |
| Receita com ressarcimento de encargos de administração e supervisão |                  | 21.844             |
| Receita com venda de produtos e serviços                            |                  | 34.657             |
| Outras receitas                                                     |                  | 5.471              |
| Impostos sobre a receita e encargos setoriais                       |                  | (316.243)          |
|                                                                     |                  | <b>2.302.807</b>   |
| <b>TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA</b>                                     |                  | <b>2.302.808</b>   |

### 3.2.5.5. Custos e despesas operacionais

Em 2022 os custos e despesas operacionais somados apresentam o valor de R\$ 2,2 Bilhões, dos quais os principais gastos são com pessoal, material e serviços, que atingiram 48% do montante:



### 3.2.5.6. EBITDA



| 31/12/2022                                          |                |
|-----------------------------------------------------|----------------|
| EBITDA                                              |                |
|                                                     | (R\$ mil)      |
| Consolidado                                         |                |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | 214.076        |
| (+) Depreciação e amortização                       | 356.210        |
| <b>Ebitda (ICVM nº 527)</b>                         | <b>570.286</b> |
| Margem Ebitda                                       | 25%            |
| <b>Lucro líquido</b>                                | <b>41.219</b>  |

### 3.2.5.7. Resultado financeiro

Em 2022, o resultado financeiro líquido na controladora foi de R\$136,001 milhões, enquanto o resultado consolidado foi de R\$ 22,916 milhões. O resultado consolidado foi impactado, principalmente, pelas despesas com juros e encargos da dívida da Eletronuclear referentes às construções de Angra 1 e 2 (operacionais) e Angra 3 (construção em andamento).

|                                          | (R\$ mil) Consolidado |
|------------------------------------------|-----------------------|
| Aplicações Financeiras                   | 439.365               |
| Ganhos sobre fundo de descomissionamento | 182.062               |
| Outras receitas financeiras              | 15.434                |

|                                                                           |               |
|---------------------------------------------------------------------------|---------------|
| Encargos da dívida                                                        | (319.483)     |
| Ajuste a Valor Presente - AVP da obrigação para desmobilização dos ativos | (145.382)     |
| Outras despesas financeiras                                               | (98.734)      |
| Variações cambiais líquidas                                               | (50.346)      |
| <b>Resultado Financeiro</b>                                               | <b>22.916</b> |

### 3.2.5.8. Endividamento

O endividamento consolidado se refere, predominantemente, aos empréstimos e financiamentos para as usinas de Angra 1 e 2 (em operação) e Angra 3 (obras em andamento).

| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTO | 31/12/2022             |                    |
|-----------------------------|------------------------|--------------------|
|                             | Dívida Bruta (R\$ mil) |                    |
|                             |                        | <b>7.132.619</b>   |
|                             | <b>Curto prazo</b>     | <b>Longo prazo</b> |
| Angra 1 e 2                 | 100.155                | 416.431            |
| Angra 3                     | 314.280                | 6.301.753          |
|                             | <b>414.435</b>         | <b>6.718.184</b>   |

A ENBPar, individualmente, possui uma dívida pela aquisição do investimento em Itaipu no valor de R\$ 1,3 Bilhões, porém, em dezembro de 2022, foi liberado um crédito especial, através da Lei nº 14.491, publicada em 23 de dezembro de 2022, com a destinação específica de liquidação dessa dívida em 2023. Em 29 de dezembro de 2022, o valor foi disponibilizado financeiramente, através de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

### 3.2.5.9. Outros indicadores financeiros

| BALANÇO PATRIMONIAL                                |                      | (R\$ mil) Consolidado |
|----------------------------------------------------|----------------------|-----------------------|
| Ativo Circulante                                   |                      | 11.956.986            |
| Ativo realizável a longo prazo                     |                      | 6.661.411             |
| Investimento, imobilizado e intangível             |                      | 15.668.608            |
|                                                    | <b>Total Ativo</b>   | <b>34.287.005</b>     |
| Passivo Circulante                                 |                      | 7.307.225             |
| Passivo Não Circulante                             |                      | 13.261.087            |
| Patrimônio Líquido (Controlador e não controlador) |                      | 13.718.693            |
|                                                    | <b>Total Passivo</b> | <b>34.287.005</b>     |
| <b>Índice de Liquidez Corrente</b>                 |                      | <b>1,64</b>           |
| <b>Índice de Liquidez Geral</b>                    |                      | <b>0,91</b>           |

Fazemos a gestão de nossos resultados financeiros monitorando os objetivos estratégicos e os indicadores inseridos no PNDG - Plano Diretor de Negócios e Gestão, e no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial.

Nosso compromisso agora é continuar evoluindo sobre a qualidade do endividamento e a captação de recursos com foco no custo, adicionando o componente ESG (*Environmental, Social and Governance*) como mais um elemento na gestão de dívidas, atendendo outros mecanismos de financiamento que já têm a performance atrelada a compromissos ESG.

### 3.2.5.10. Principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos e ocorrências relativos à atuação e à situação financeira

Em junho de 2022, foi efetivado o Contrato de Transferência de Participação Societária e Outras Avenças, que transferiu a totalidade da participação societária do capital social da Itaipu e da Eletrobras à ENBPar. A transferência da Itaipu foi notificada pela Eletrobras, em conjunto com a União, à ANDE e ao Governo do Paraguai. O preço acordado, a ser pago pela ENBPar à Eletrobras, pela aquisição da participação societária foi de R\$ 1.212.148 (um

milhão duzentos e doze mil e cento e quarenta e oito reais), equivalente a US\$ 233.253 (duzentos e trinta e três mil e duzentos e cinquenta e três dólares norte-americanos), na data base de 31 de dezembro de 2020. Conforme previsto no Anexo "C", a ENBPar recebe, como forma de remuneração, valores fixos por ser proprietária desse investimento. No referido contexto, qualquer alteração nos números contábeis dessa investida não impactam a ENBPar.

Ainda em junho de 2022, o controle societário detido pela Eletrobras na Eletronuclear foi transferido para a ENBPar, mediante aquisições de novas ações ordinárias, realizadas, financeiramente, por aporte de capital, no montante de R\$ 3.500.000.000 (três bilhões e quinhentos milhões de reais). Esse valor consta no Acordo de Investimento, celebrado entre a Eletrobras e a ENBPar, no âmbito do processo de desestatização da Eletrobras, e com isso a ENBPar passou a ser a controladora da Eletronuclear.

O controle acionário da INB foi transferido da União para a ENBPar, autorizado pela Medida Provisória nº 1.133, de 12 de agosto de 2022, convertida na Lei nº 14.514, de 29 de dezembro de 2022, por meio do aporte da totalidade das ações que a União detinha no capital social da INB, resultando no aumento do capital social da ENBPar, no valor de R\$ 1.111.344 (um milhão cento e onze mil e trezentos e quarenta e quatro reais), autorizado com a edição do Decreto nº 11.235, de 13 de outubro de 2022. A partir da modificação no controle acionário, a INB se tornou uma estatal não dependente da União, passando a arcar com a integralidade das despesas com pessoal ou de custeio geral ou de capital, sem receber recursos financeiros do Tesouro. Uma das condicionantes impostas pelo Tesouro Nacional à ENBPar e à INB, quanto a sua saída do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – ("OFSS"), foi o compromisso de continuar empreendendo ações de descomissionamento e desmobilização em suas unidades industriais. O principal cliente da INB é a Eletronuclear, a qual representa 95% das receitas da INB.

| <b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO</b>                           | Nota      | <b>Controladora</b><br><b>31/12/2022</b> | <b>Consolidado</b><br><b>31/12/2022</b> |
|-------------------------------------------------------------|-----------|------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Receita operacional bruta                                   |           | 21.844                                   | 2.619.050                               |
| (-) Deduções sobre a receita                                |           | (2.021)                                  | (316.243)                               |
| <b>Receita operacional líquida</b>                          | <b>24</b> | <b>19.823</b>                            | <b>2.302.807</b>                        |
| Custos operacionais                                         | 25        | -                                        | (1.561.924)                             |
| <b>RESULTADO BRUTO</b>                                      |           | <b>19.823</b>                            | <b>740.883</b>                          |
| Receitas / (Despesas) operacionais                          | 26        | (16.969)                                 | (646.453)                               |
| Resultado da equivalência patrimonial/Combinação de negócio | 12        | (43.921)                                 | 31.136                                  |
| Compra vantajosa                                            |           | 88.510                                   | 88.510                                  |
|                                                             |           | <b>27.620</b>                            | <b>(526.807)</b>                        |
| <b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>  |           | <b>47.443</b>                            | <b>214.076</b>                          |
| Receitas financeiras                                        |           | 195.602                                  | 636.861                                 |
| Despesas financeiras                                        |           | (32.059)                                 | (563.599)                               |
| Variações cambiais                                          |           | (27.542)                                 | (50.346)                                |
| <b>Resultado Financeiro</b>                                 | <b>27</b> | <b>136.001</b>                           | <b>22.916</b>                           |
| <b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS</b>             |           | <b>183.444</b>                           | <b>236.992</b>                          |
| Imposto de renda e contribuição social corrente             | 8         | (56.228)                                 | (174.452)                               |
| Imposto de renda e contribuição social diferido             | 8         | (21.321)                                 | (21.321)                                |
| <b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>                                   |           | <b>105.895</b>                           | <b>41.219</b>                           |
| Atribuível a:                                               |           |                                          |                                         |
| Acionistas controladores                                    |           | 105.895                                  | 105.895                                 |
| Participação dos não controladores                          |           | -                                        | (64.676)                                |
|                                                             |           | <b>105.895</b>                           | <b>41.219</b>                           |
| <b>Lucro básico e diluído por ação em (R\$)</b>             | <b>29</b> | <b>0,02647375</b>                        |                                         |

### 3.2.5.11. Conclusões da Auditoria Independente

#### a. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“Companhia” ou “ENBPar”), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas supramencionadas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### b. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas participadas, de acordo com os princípios éticos relevantes, previstos no Código de Ética Profissional do Contador, e as normas profissionais, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas em conformidade com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### c. Ênfases

##### 1. Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional da Controlada Eletronuclear

Chamamos a atenção para a nota explicativa 31.3.5.1, que menciona que a posição financeira da Controlada Eletronuclear está afetada, substancialmente, pelos financiamentos das obras da usina Angra 3, cuja entrada em operação depende do êxito na implementação do plano de ação estabelecido pela Controlada. Essa questão indica a existência de incerteza relevante, que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional desta. O seu plano de ação, que considera, entre outros aspectos, a necessidade de suporte financeiro dos acionistas e de terceiros, está descrito na Nota 31.3.5.1. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## **II. Subvenção do Tesouro para Investimentos – Controlada – Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 13.2.1, que menciona que, a partir do exercício de 2010, a Controlada INB recebeu recursos do Tesouro para investimentos no Projeto de Enriquecimento de Urânio, os quais foram tratados como subvenções no Ativo Não Circulante – Imobilizado, como forma de demonstração da dedução dos ativos adquiridos com os recursos destinados para esse fim, sendo apropriado ao resultado com base na depreciação, ou por baixa dos ativos adquiridos com os respectivos recursos.

Esse procedimento ocorre em função da consulta formulada pelo Conselho Fiscal da INB à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN/CAS/nº 2.332/2010. A Procuradoria, naquela época, foi contrária à classificação como “Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC”, por entender que a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN não era a responsável pelas transferências financeiras a título de subvenção para Investimento para a INB, mas sim o Tesouro Nacional (União), através da Fonte 100.

Após a última alteração societária, a INB, com a finalidade de representar, adequadamente, a nova realidade empresarial, tratará do tema no exercício de 2023. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## **III. Outros Assuntos**

### **a. Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada pela administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. A fim de formarmos uma opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do

Valor Adicionado. Em nossa opinião, a Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalva”, segundo os critérios definidos na norma, e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### **b. Valores Correspondentes**

A Companhia foi constituída em 4 de janeiro de 2022 (Nota Explicativa nº 01). Logo, não existem valores correspondentes ao exercício de 2021 apresentados para fins de comparabilidade.

#### **c. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, temos a responsabilidade de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se ele está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, com o conhecimento obtido durante a auditoria, ou, de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, devemos comunicar esse fato. Não temos nada a relatar.

#### **d. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional; e usar essa base contábil na elaboração das

demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **e. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis supracitadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Outrossim:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas participadas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas – inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos, de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou das atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 23 de março de 2023.  
RUSSEL BEDFORD GM  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

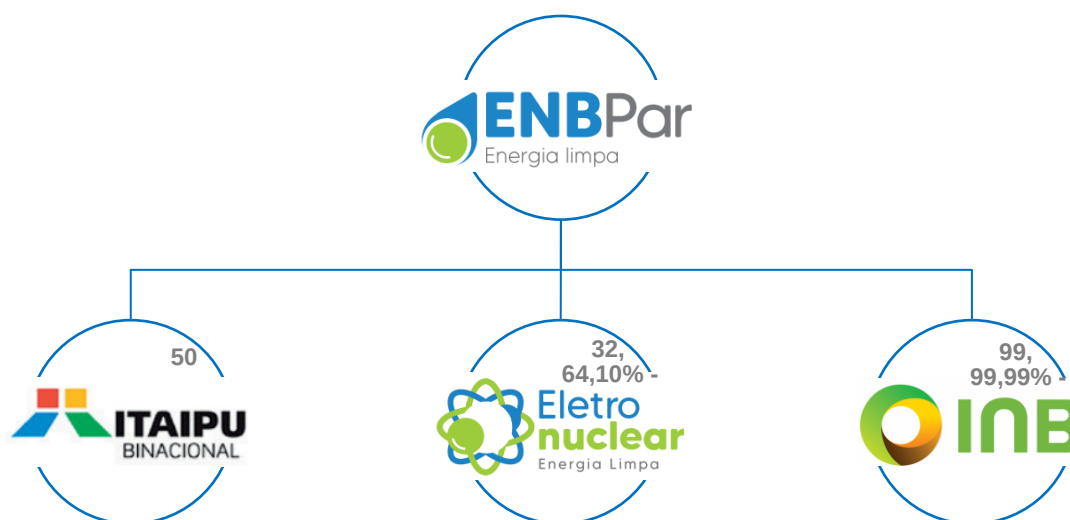
Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico

#### f. Endereço eletrônico das demonstrações contábeis e notas explicativas da ENBPAR

As demonstrações contábeis da Companhia, referente ao exercício de 2022, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2023. Após as devidas formalidades, as demonstrações financeiras foram disponibilizadas ao público no link (<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/orgaos-vinculados/enbpar/demonstracoes-financeiras-2>).

#### g. Esclarecimento sobre a forma como foram elaboradas as demonstrações contábeis sob a ótica de grupo econômico

O Grupo ENBPar é formado por 4 (quatro) empresas, a própria ENBPar, as controladas INB e Eletronuclear, e a controlada em conjunto Itaipu Binacional, conforme organograma abaixo:



Para fins de emissão das demonstrações financeiras foi observado o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas – que estabelece princípios para a apresentação e elaboração de demonstrações consolidadas, isso quando a entidade controla uma ou mais empresas.

Nesse caso, de acordo com o referido pronunciamento técnico, a ENBPar, que possui duas empresas controladas, apresenta suas demonstrações financeiras também, de forma consolidada.

A Companhia elaborou todas as peças de suas demonstrações contábeis e notas explicativas em observância aos critérios técnicos definidos no aludido CPC.

Cabe destacar que estas empresas controladas também apresentam suas demonstrações financeiras de forma individual, inclusive, assim como as da ENBPar, auditadas por auditores independentes, que em seus relatórios anuais, tanto na INB quanto na Eletronuclear, apresentaram modificações, com os conhecidos no mercado “parágrafos de ênfase”. Após análise da empresa de auditoria independente da ENBPar, estes parágrafos de ênfase dos relatórios dos auditores independentes foram transferidos para o relatório da ENBPar.

#### **h. Declaração do contador**

A Superintendência de Contabilidade compõe a estrutura da Diretoria Financeira da ENBPar e exerce a responsabilidade de coleta de dados, registro, elaboração das demonstrações contábeis e produção de relatórios gerenciais. O escopo desta declaração tem por base as demonstrações contábeis da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações contábeis da ENBPar foram elaboradas em observância à Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das SAs”), e suas posteriores alterações, à Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, à Resolução CFC nº. 1.328, de 18 de março de 2011, a qual regulamenta a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade; aos regulamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), criado pela Resolução CFC n.º 1.055, de 07 de outubro de 2005; aos normativos emitidos pelo *International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro, em tradução livre); e à Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

O processo de preparação objetiva a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações manifestadas nas demonstrações elaboradas com os dados extraídos dos Sistemas Informatizados, nos quais são registrados os atos e fatos da gestão financeira e contábil, bem como os respectivos reflexos tributários e fiscais.

A avaliação independente e de conformidade sobre as demonstrações contábeis é realizada pela empresa de auditoria Russel Bedford GM Auditores Independentes S/S, de acordo com o previsto no § 3º, do Art. 177, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para empresas de grande porte (ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões), indicada no art. 3º da Lei nº 11.638/2007, de 28 de dezembro de 2007; e por determinação estatutária da própria ENBPar. As demonstrações contábeis foram analisadas pela referida empresa de auditoria e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia sem apontamentos ou ressalvas à ENBPar.

As demonstrações contábeis da ENBPar, conforme exigida pela Lei nº 6.404/76, apresentam as seguintes peças:

- Balanço Patrimonial (BP) – é estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, e evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial ao CFC – Conselho Federal de Contabilidade;
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) – Demonstra o resultado apurado pela Companhia no exercício apontado;

- Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) – Demonstra uma alteração no patrimônio líquido de uma sociedade durante um período, decorrente de transações e outros eventos e circunstâncias não originados dos sócios. Isso inclui todas as mudanças no patrimônio durante o período, exceto aquelas resultantes de investimentos dos sócios e distribuições aos sócios;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) – demonstra a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) – apresenta as entradas e saídas de caixa e as classificam em fluxos operacional, de investimento e de financiamento;
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA) - tem por finalidade evidenciar a riqueza que foi gerada pela companhia em um período de tempo e a forma como ela foi distribuída entre diversos setores envolvidos no processo;
- Notas Explicativas – fazem parte das demonstrações contábeis e nela estão evidenciados os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos, bem como as evidenciações necessárias sobre os números da Companhia.

Os demonstrativos estão publicados no site da ENBPar “ENBPar no gov.br”. Para maiores informações, acesse: (<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/orgaos-vinculados/enbpar/demonstracoes-financeiras-2>).

## **i. Desafios**

Inúmeros são os desafios para uma empresa que nasceu em 2022, mas entre as prioridades para 2023, podemos destacar as estruturas dos controles contábeis, ferramenta de monitoramento, tanto no âmbito da própria ENBPar quanto de suas participadas, principalmente no que tange à unificação das práticas contábeis adotadas pelas empresas do grupo, visando melhorias e agilidade nas análises das empresas investidas. A implementação do sistema de gestão integrado, que será contratado ainda em 2023, é outro desafio que será implementado, e visa garantir confiabilidade e lisura nos controles, com a internalização dos serviços contábeis na própria ENBPar. Esses são, sem dúvidas, os principais desafios a serem superados em 2023.

## j. Declaração

Considerando que os normativos trazem orientações quanto aos procedimentos a serem adotados para elaboração do processo de criação das demonstrações financeiras, e que a documentação apresentada para registro está alinhada aos procedimentos internos de controles. Declaro que as informações constantes das demonstrações contábeis regidas pela Lei n.º 6.404/1964 ("Lei das SA's") e suas posteriores alterações, Lei nº 11.638, de 2007, Resolução CFC nº. 1.328/11 (a qual regulamenta a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade); regulamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), criado pela Resolução CFC n.º 1.055/2005; normativos emitidos pelo *International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro, em tradução livre); e Lei 13.303/2016, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Federal Contabilidade.



**Stênio Schneider Cardona Rocha**

**CRC – DF 019744/O**

### 3.3. Gestão de Licitações e Contratos

O processo de licitações e contratos está estruturado com um rigoroso cumprimento das leis e normas. As aquisições e contratos são realizados de acordo com as leis e normas vigentes, como a Lei de Licitações e Contratos, e há documentação adequada para comprovar a conformidade. Outro ponto importante é a verificação se os prazos estabelecidos nos contratos são cumpridos, tanto pela empresa contratada quanto pela empresa contratante. Orienta-se e diligencia-se quanto à necessidade de criteriosa pesquisa de preços, para verificar se o custo dos produtos ou serviços é compatível com o mercado e se há economia no processo de aquisição. Cumprimento dos objetivos: verificar se os objetivos estabelecidos para a contratação estão sendo alcançados.

Embora não haja um mapeamento formal do processo, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos descreve de maneira detalhada as etapas, responsabilidades, documentos de produção obrigatória e controles do processo, sendo possível afirmar que as etapas de planejamento da contratação, de seleção de fornecedor e de gestão de contratos mostraram-se aderentes à Lei nº 13.303/2016 e ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar.

A futura aprovação do Manual de Fiscalização de Contratos auxiliará e trará orientações aos fiscais de contratos, e demais envolvidos, nos procedimentos de gestão e fiscalização de bens e de serviços contratados pela ENBPar.

### 3.4. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

É uma área que ainda carece de atenção pois ainda está se estruturando. Recentemente, foi realizado o primeiro inventário físico, para garantir que todos os ativos estão em conformidade com os registros contábeis. Oportunamente, serão definidos e implementados os controles internos adequados para reduzir o risco de fraude, desvio ou perda de ativos, por meio da adoção de ferramentas digitais. Além do inventário, estão em estudos a adoção de ferramentas para gerência de manutenções preventivas e corretivas e, nesse viés, a adoção de sistemas de gestão de *facilities* que ajudem a gerenciar

toda a infraestrutura das salas da ENBPar, incluindo o controle do uso de recursos físicos, manutenção, segurança, limpeza, alimentação e outras áreas relacionadas.

### 3.5. Gestão da Tecnologia da Informação

Em 2022, a ENBPar iniciou as suas atividades no mês de janeiro. As atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC só vieram a tomar corpo após a capitalização da Eletrobras, no mês de junho.

No início de suas operações, a ENBPar contou com o apoio do MME, no sentido de compartilhar não apenas as suas instalações, como também o compartilhamento da sua infraestrutura de TIC, a partir da qual foi possível a utilização da solução MS 365 e todas suas ferramentas de automação de escritório, assim como o compartilhamento de computadores do tipo *desktops* e *laptops*.

Nesse contexto, e visando oferecer os instrumentos básicos de governança de TIC, foi elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, Automação e Comunicações – PDTIC, o qual teve por objetivo definir um direcionamento a ser seguido para a Tecnologia da Informação e Telecomunicações da ENBPar, uma vez que a empresa iniciava suas atividades sem Processos, Pessoas e Tecnologia. Iniciava-se naquele momento uma nova empresa pública, sem a herança de quaisquer infraestruturas de outras empresas públicas, em especial da sua originária Eletrobras.

O PDTIC 2022 – 2024 procurou, antes mesmo do Planejamento Estratégico Empresarial – PEE, definir as diretrizes estratégicas para a Tecnologia da Informação e Comunicações da ENBPar, em especial o direcionamento para a adoção de soluções em nuvem “cloud” (SaaS), eliminando-se a necessidade de *Datacenter* e todas as demais infraestruturas diretas e auxiliares de instalações, contratos de suporte, equipes especializadas, dentre outras, necessárias para a manutenção e suporte de um ambiente dessa natureza, além do fato de não deter espaço físico e orçamento para essa finalidade.

Para viabilizar a Governança de TIC da ENBPar foram executadas as seguintes ações:

- Aprovação do PDTIC 2022 – 2024;
- Aprovação da Política de Segurança da Informação e Telecomunicação da ENBPar;
- Apresentação à Diretoria Executiva da minuta da Política Integrada de Tecnologia da Informação, Automação e Telecomunicação da ENBPar;
- Aprovação no âmbito das Empresas ENBPar (ENBPar, Eletronuclear, Itaipu e INB) do COTITE – Comitê de Tecnologia da Informação, Telecomunicações e Automação das Empresas ENBPar e seu Estatuto de funcionamento;
- Aprovação do CETICE – Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, Automação e Comunicações da ENBPar, fundamental para a gestão e acompanhamento do Plano de Ação de TIC, vinculado ao PDTIC 2022 – 2024, assim como a priorização de projetos e controle orçamentário de TIC do ano em curso; e
- Elaboração o Plano de Continuidade de TIC da ENBPar (ainda em andamento).

Foram planejados e adotados os Projetos Estratégicos e Estruturantes de TIC para a ENBPar:

- Contratação emergencial do *Outsourcing* para o processamento das atividades diretas e acessórias da comercialização da energia da Itaipu;
- Licitação e Contratação de *Outsourcing* em serviço contínuo para o processamento das atividades diretas e acessórias da comercialização da energia da Itaipu e da gestão dos Programas Setoriais de responsabilidade da ENBPar; e
- Projeto de migração do SAP IU da Eletrobras Eletronuclear com a respectiva contratação conjunta da SAP Brasil para o fornecimento de Licenças de uso do ERP RISE S/4 HANA em nuvem, visando a construção de novo ambiente IU da *Holding* ENBPar com a Eletronuclear e futuras empresas do Grupo.

Para compor a tecnologia na nova sede da Empresa, foram planejados e tiveram suas execuções iniciadas os Projetos de Infraestrutura de TIC:

- Licitação e contratação da solução de automação de escritórios e aplicativos integrados MS 365 E5 na nuvem AZURE, conforme Catálogo de Soluções da SGD/ME - Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia;
- Licitação e contratação de Suporte *OnSite* de 2 (dois) profissionais especializados na solução MS 365 E5 para sustentação do ambiente;
- Licitação e contratação dos links redundantes de alta velocidade, com operação paralela, para oferecer o suporte às soluções em nuvem, na nova Sede da ENBPar;
- Licitação e contratação da telefonia VOIP para a Sede da ENBPar e representação no Rio de Janeiro;
- Integração do MS TEAMS à Telefonia VOIP;
- Licitação para a contratação de *Outsourcing* de Impressão para a Sede da ENBPar;
- Licitação e contratação das soluções ADOBE ACROBAT PRO e CLOUD CREATE para os empregados da ENBPar, conforme Catálogo de Soluções da SGD/ME;
- Aquisição de *Nobreak* para segurança energética do escritório sede da ENBPar;
- Licitação e contratação de computadores do tipo *desktop*, *laptop* e monitores de vídeo para os empregados da ENBPar;
- Licitação para a contratação de *software* de gestão de projetos e contratos, visando o atendimento às demandas dos Programas Setoriais herdados pela ENBPar;
- Licitação para a contratação de *softwares* de engenharia e de produção e de uso específico das atividades de gestão técnica dos programas setoriais.

Para a implantação de outras necessidades da TIC, foram firmados os seguintes Acordos de Cooperação:

- Acordo de Cooperação com a Eletronuclear, visando a transferência dos Sistemas de Informação proprietários da Eletrobras, cedidos para uso da ENBPar, por força do Decreto de Capitalização;

- Acordo de Cooperação com a Eletronuclear, visando a contratação conjunta e proporcional do licenciamento de uso do SAP, em Nuvem RISE S/4 HANA, com o compartilhamento de infraestrutura de processamento e SLA da SAP;
- Acordo de Cooperação com o Parque Tecnológico Itaipu, visando a execução conjunta de projetos de tecnologia que venham a transformar digitalmente processos e sistemas da ENBPar; e
- Acordo e comodato com a Itaipu, visando a cessão de infraestrutura de TIC para atendimento emergencial ao escritório sede da ENBPar em Brasília, em uso compartilhado com o escritório de representação regional da Itaipu, instalado na mesma localização do escritório da ENBPar.

Foram implantados os seguintes Projetos de Transformação Digital:

- Projeto do Barramento *BlockChain*, na nuvem, para o Programa do Selo PROCEL (Projeto migrado da Eletrobras para a ENBPar);
- Projeto do Portal PROCEL, integrado ao Barramento *BlockChain*, em substituição aos Sites em uso com provedores (Projeto migrado da Eletrobras para a ENBPar);
- Projeto do Site ENBPar em plataforma AZURE na nuvem; e
- Projeto de contratação do Sistema de Gestão de Documentos em plataforma governamental SUPER-SEI da DATAPREV.

Adicionalmente aos Projetos implantados, em execução e planejados, foram identificadas as melhores alternativas para a tecnologia, treinamento de equipe e definição de estratégias de atuação, imediata e futura.

Face aos desafios que se apresentaram na área de TIC, foram adotados processos e ações disruptivas, baseados em soluções modernas e, principalmente, na tecnologia de SaaS, transferindo para os SLAs (*Service Level Agreement*) a garantia de disponibilidade, suporte e manutenção da sua infraestrutura contratada na nuvem.

O planejamento na área de TIC tem como metas de futuro próximo:

- a contratação do licenciamento do ERP/SAP RISE, com a licitação do projeto de *Blueprint*, visando mapear os processos e definir o fluxo de funcionamento do ERP (*Enterprise Resource Planning*) para a ENBPar, procurando aproveitar as customizações padrão da Eletronuclear; e
- com o *Blueprint* concluído, a implantação da sua customização, em conjunto com as melhorias desejadas pela Eletronuclear para o seu ambiente específico, por meio de uma contratação conjunta, com base no Acordo de Cooperação firmado.

Os processos de negócio e as operações de comercialização dependem, significativamente, da implementação e manutenção de infraestrutura de tecnologia e de sistemas da informação, assim como de serviços de telecomunicações.

Interrupções causadas por obsolescência, falhas técnicas ou atos intencionais ou mesmo a descontinuidade de soluções tecnológicas como o ERP, podem causar alto impacto e, até mesmo, paralisar as operações, afetando, negativamente, os negócios e a reputação da Empresa. Além disso, falhas de segurança relacionadas à quebra de confidencialidade de informações devido a ações intencionais ou não, como ataques cibernéticos ou ações internas, incluindo negligência ou má conduta de empregados, podem causar um impacto negativo sobre a imagem, o relacionamento com autoridades governamentais e reguladoras, parceiros e fornecedores, dentre outros, e sobre o posicionamento estratégico em relação aos concorrentes e nos resultados da Empresa.

A ENBPar está atuando no sentido de implementar algumas ações de mitigação associadas às soluções informatizadas, tais como: adoção de criptografia nas comunicações; gerenciamento da segurança da informação em nuvem; a manutenção de *backups* em nuvem; adoção de um sistema integrado de gestão empresarial padronizado em integrado com suas empresas participadas; estruturação de áreas específicas para a gestão da segurança da informação, governança de TIC e gestão de sistemas de informação; estruturação de área formal para a gestão da privacidade de dados pessoais em consonância com a LGPD; soluções de monitoramento e registro de incidentes; utilização de SOC (*Security Operation Center*) na nuvem para o ambiente de rede local e automação de escritório; análise de riscos de TIC e a identificação de vulnerabilidades; e política de gestão de perfis de acesso na nuvem, dentre outras.

Na visão da ENBPar, a inovação e as transformações tecnológicas são essenciais para a busca do desenvolvimento sustentável. Os projetos de tecnologia e inovação devem se destacar pela busca de resultados que impactam na eficiência operacional dos ativos ou processos, ou que alcancem domínio tecnológico para novos negócios.

Junta-se à essa visão o apreço da Administração da Empresa pela cultura da inovação: trabalhar na disseminação do conceito de inovação vai muito além da tecnologia; o objetivo da Empresa é que os seus empregados, de qualquer nível hierárquico e de qualquer área de atuação, compreendam que a inovação está ao alcance de todos.

### **3.6. Sustentabilidade Ambiental**

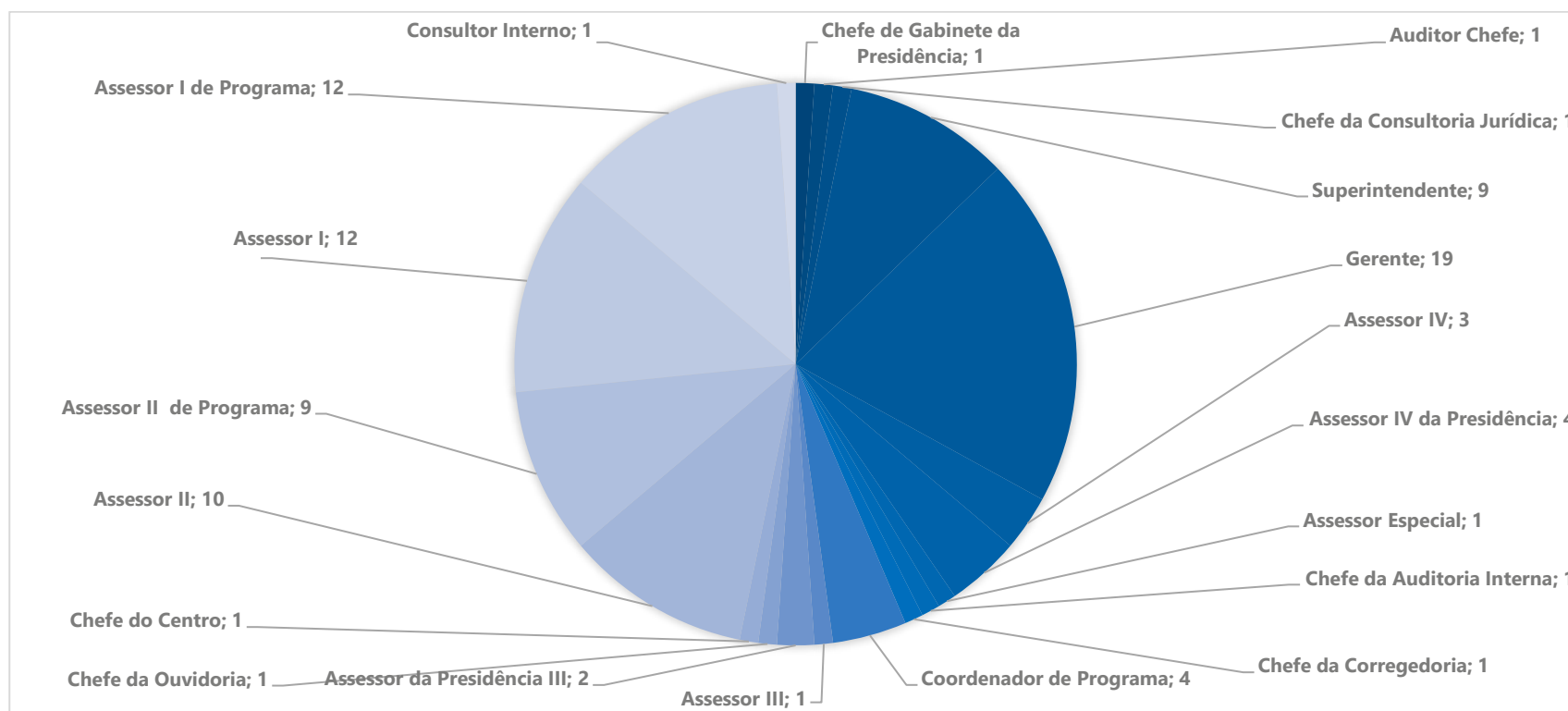
No âmbito da gestão interna da Empresa, são adotados critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de obras e serviços, de acordo com o previsto na IN SL TI/MPOG nº 01/2010. Todos os editais para aquisições de bens e contratação de obras e serviços preveem os “critérios de sustentabilidade”, conforme modelos disponibilizados pela AGU – Advocacia Geral da União, em conformidade com o Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012.

São adotadas práticas diárias de sustentabilidade e racionalização dos gastos em processos de aquisição de bens, na contratação de serviços ou obras, além de realizar ações com vistas à economia da manutenção e operacionalização predial, redução do consumo de energia e água, utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. Para a redução de resíduos poluentes realiza-se, também, a separação dos resíduos recicláveis, conforme determinado no Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, a fim de proceder à destinação adequada dos resíduos.

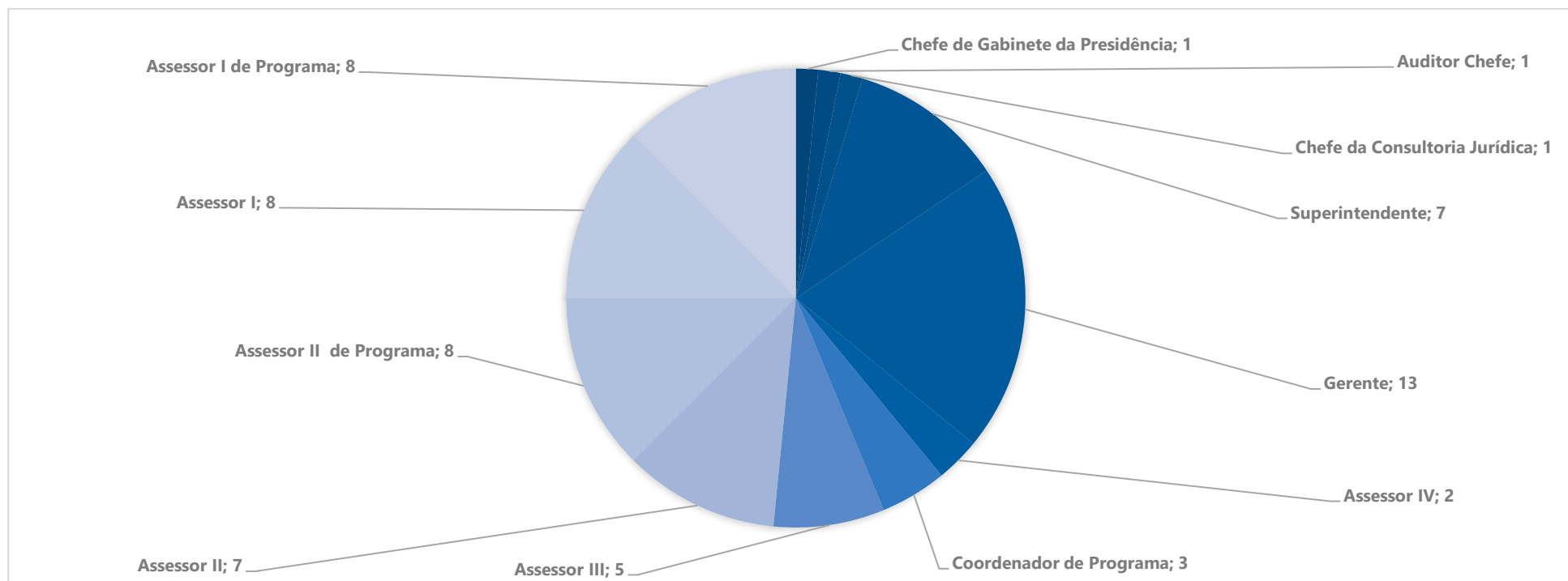
Entre as ações realizadas para a redução de resíduos poluentes, cabe destacar a metodologia para o descarte de lâmpadas e de outros resíduos perigosos (pilhas, baterias e material eletrônico) em recipientes apropriados, para a coleta realizada por meio de empresas especializadas. Foram implementadas ações para a separação adequada de resíduos sólidos (papel, copos e metais). Foram utilizados copos de vidro para consumo de água nas estações de trabalho e reuniões.

### 3.7. Gestão de Pessoas

O quadro de pessoal da ENBPar é temporário, composto exclusivamente por cargos de livre provimento, com estrutura de 94 (noventa e quatro) postos de trabalho. Os profissionais estão lotados na Sede da Empresa, em Brasília, e o regime que rege as relações de trabalho é o previsto na CLT.

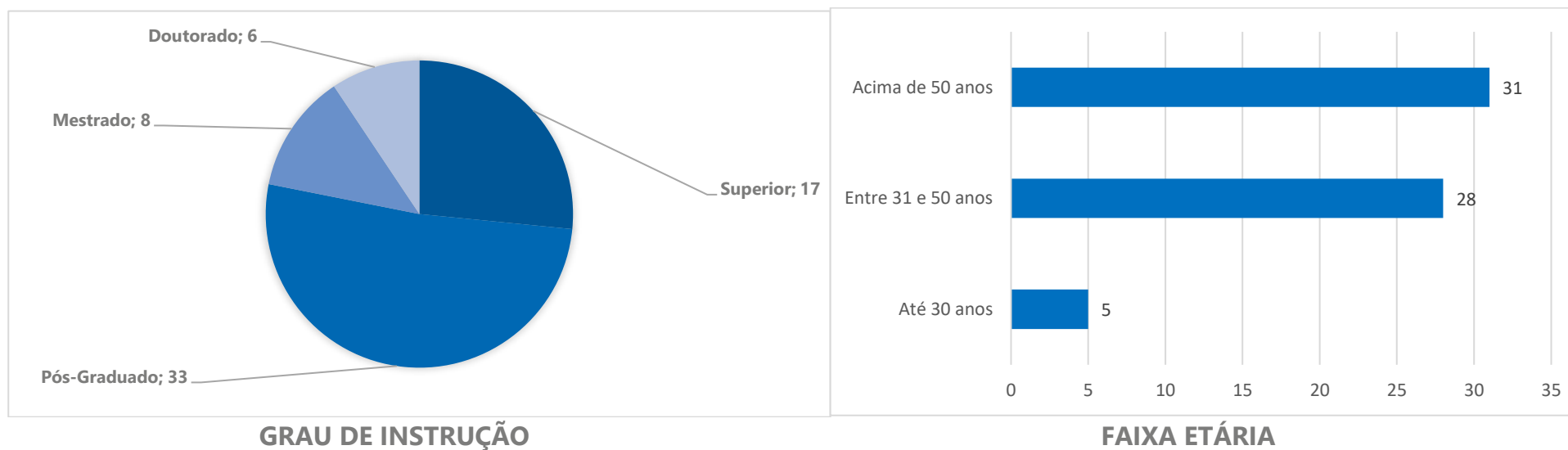


## 94 CARGOS APROVADOS

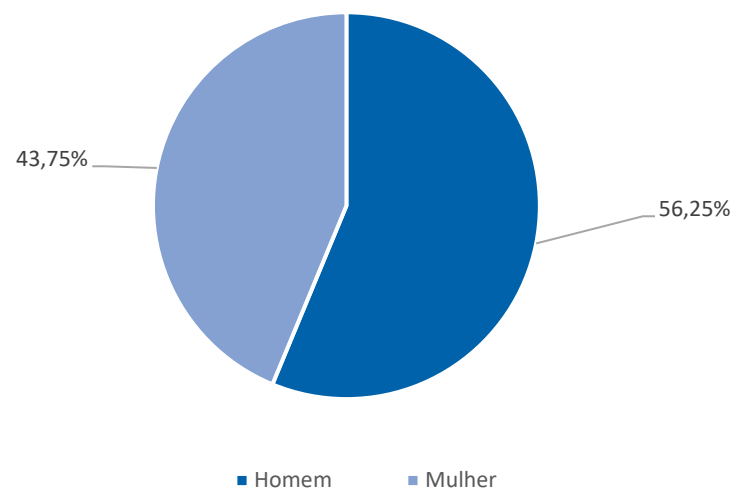


## 64 CARGOS OCUPADOS

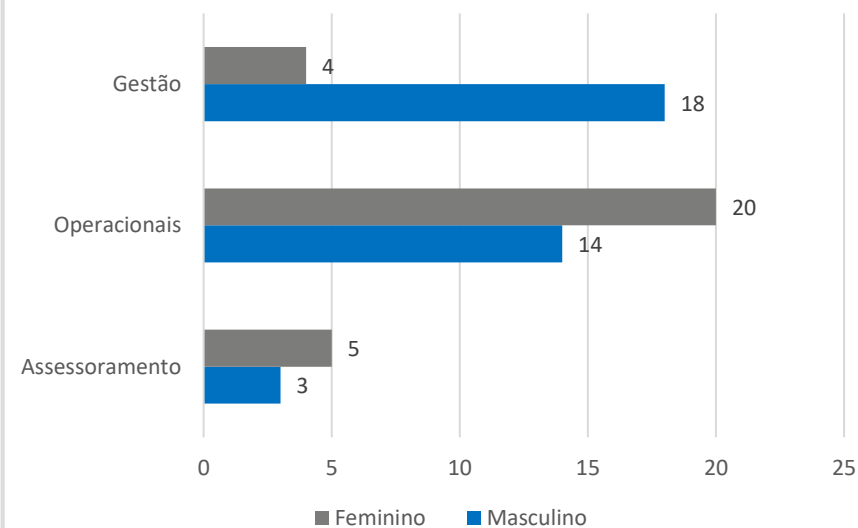
A ENBPar, ao final de 2022, possuía, em sua composição, 47 funcionários com alto grau de instrução (73% da equipe com Pós-Graduação Completa/Mestrado), sendo que cerca de 44% da força de trabalho são na Faixa Etária entre 31 e 50 anos, e 48% acima de 50 anos. O quadro de funcionários, em sua maioria, é formado por profissionais de nível sênior, uma vez que a execução das atividades da Empresa necessita de um elevado nível técnico de conhecimento.



O perfil das equipes da ENBPar é composto por 43,75% de profissionais do sexo feminino e 56,25% do sexo masculino.

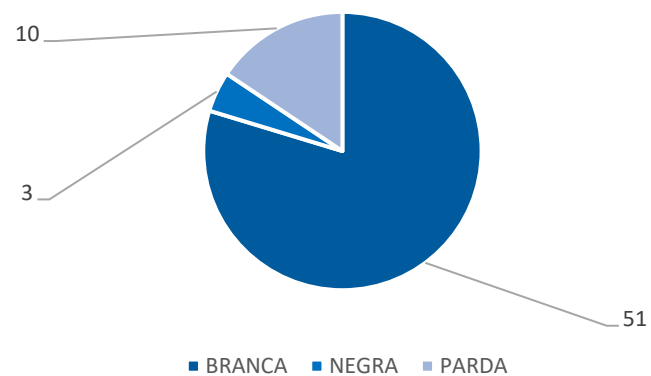


**GÊNERO**



**OCUPAÇÃO DE CARGOS - GÊNERO**

A etnia é distribuída da seguinte forma:



**ETNIA**

A ENBPar não possui profissionais com deficiência declarada no seu quadro temporário de pessoal.

A faixa salarial é distribuída da seguinte forma:

1(um) profissional: R\$ 8.897,00 (profissional cedido por outro órgão recebendo proporcionalmente),

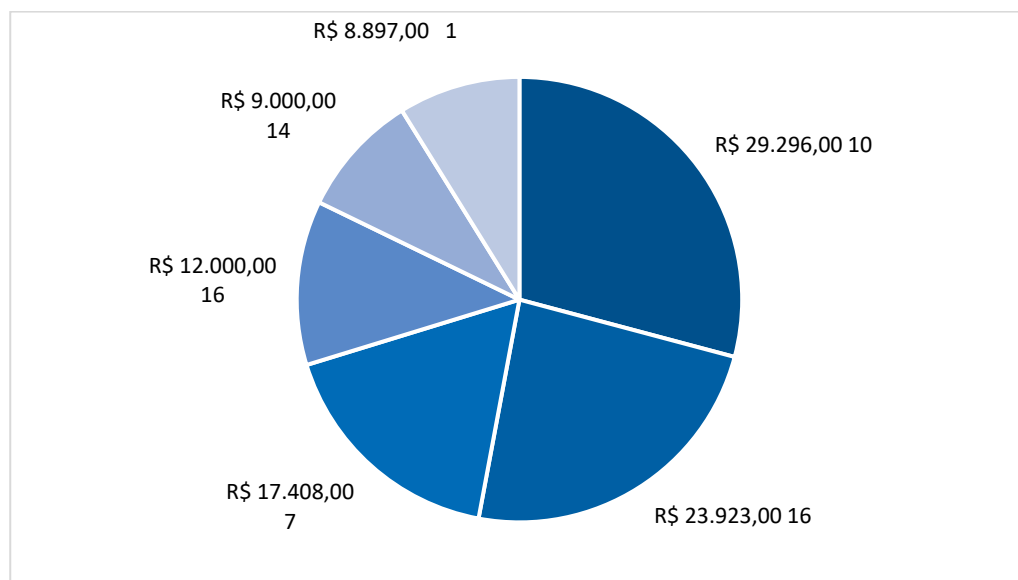
14 (quatorze) profissionais: R\$ 9.000,00

16 (dezesesseis) profissionais: R\$ 12.000,00

7 (sete) profissionais: R\$ 17.408,00

16 (dezesesseis) profissionais: R\$ 23.923,00

10 (dez) profissionais: R\$ 29.296,00:



A estratégia de recrutamento para os cargos de livre provimento é realizada conforme o perfil do cargo a ser ocupado, de acordo com o definido no Plano de Funções.

Os benefícios concedidos pela Empresa são aqueles aprovados pela SEST, sendo que a concessão de outros serão objeto de demanda junto àquela Secretaria. Não ocorreram afastamentos em decorrência da aplicação do Art. 473 da CLT. Cumpre destacar, que o quadro de pessoal da ENBPar é temporário, formado por cargos de livre provimento e, por esse motivo, não é aplicável gratificação de desempenho, progressão funcional e estágio probatório.

A ENBPar patrocinou 3 ações de capacitação, sendo a primeira relacionada à Lei Geral de Proteção de Dados, com a participação de 38 profissionais, com carga horária individual de 1h30; a segunda sobre Governança Corporativa e Lei 13.303/2016, aplicada para 30 (trinta) profissionais, com carga horária individual de 10h e, a terceira, focada em Mercado de Energia Elétrica – regras de Comercialização, aplicada para 2 (dois) profissionais, com carga horária individual de 16h.

A empresa, visando impulsionar as ações de educação corporativa, elaborará programa anual, que, além de incentivar o autodesenvolvimento pessoal de seus talentos, patrocinará ações para o atendimento dos *"gaps"* de conhecimento de suas equipes, em especial as novas tecnologias, bem como buscará a participação em cursos de capacitação promovidos, gratuitamente, por entidades nacionalmente reconhecidas, como a Escola Nacional de Educação Pública – ENAP, e Centro de Qualidade e Segurança - QSP.

A proposta de remuneração dos dirigentes, conselheiros e membros de comitês é submetida à avaliação do Conselho de Administração que, por sua vez, a submete à avaliação da SEST, mediante encaminhamento do Ministério Supervisor que, no nosso caso, é o Ministério das Minas e Energia. Após concluída a análise, a proposta é encaminhada, por meio de Nota Técnica, à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração dos diretores vem sendo composta por parcela fixa, benefícios e obrigações. A remuneração variável destinada aos diretores não foi implementada. O teto remuneratório dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal é limitado a 10% da remuneração mensal média dos diretores. Além disso, a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário da ENBPar é 20% da remuneração média mensal dos diretores.

Para 2023, a área de Recursos Humanos, continuará atuando para gerir seu quadro de pessoal de forma eficaz, incrementará campanhas de saúde e bem-estar na Empresa, além de promover a motivação dos atuais profissionais, diante do contexto em que a empresa está inserida.

## 4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

### 4.1. Balanço Patrimonial

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO                    | Nota | Controladora     | Consolidado      |
|-------------------------------------------------|------|------------------|------------------|
|                                                 |      | 31/12/2022       | 31/12/2022       |
| <b>CIRCULANTE</b>                               |      |                  |                  |
| Fornecedores                                    | 15   | 3.814.216        | 4.852.166        |
| Empréstimos e financiamentos                    | 16   | -                | 414.435          |
| Tributos a recolher                             | 17   | 36.496           | 268.956          |
| Folha de pagamento e obrigações estimadas       | 18   | 1.789            | 275.378          |
| Provisões para litígios e passivos contingentes | 20   | -                | 104.515          |
| Demais Obrigações                               | 10   | 1.107.436        | 1.391.775        |
|                                                 |      | <b>4.959.937</b> | <b>7.307.225</b> |

| ATIVO                                  | Nota | Controladora<br>31/12/2022 | Consolidado<br>31/12/2022 |
|----------------------------------------|------|----------------------------|---------------------------|
| <b>CIRCULANTE</b>                      |      |                            |                           |
| Caixa e equivalente de caixa           |      | 2.361.031                  | 3.162.546                 |
| Títulos e valores mobiliários          |      | -                          | 2.754.126                 |
| Clientes                               |      | 3.148.034                  | 3.626.530                 |
| Tributos a compensar                   |      | 171.371                    | 340.766                   |
| Imposto de renda e contribuição social |      | 13.530                     | 101.478                   |
| Estoque de combustível nuclear         |      | -                          | 886.415                   |
| Almoxarifado                           |      | -                          | 286.361                   |
| Outros                                 | 0    | 685.547                    | 798.764                   |
|                                        |      | <b>6.379.513</b>           | <b>11.956.986</b>         |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                  |      |                            |                           |
| Fundo de descomissionamento            | 1    | -                          | 2.561.274                 |
| Clientes                               |      | 290.061                    | 290.061                   |
| Estoque de combustível nuclear         |      | -                          | 1.892.886                 |
| Cauções e depósitos vinculados         | 0.2  | -                          | 90.068                    |
| Outros                                 | 0    | 1.792.641                  | 1.827.122                 |
| Investimento                           | 2    | 6.255.805                  | 1.320.406                 |
| Imobilizado                            | 3    | 9.083                      | 13.771.150                |
| Intangível                             | 4    | -                          | 577.052                   |
|                                        |      | <b>8.347.590</b>           | <b>22.330.019</b>         |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                  |      | <b>14.727.103</b>          | <b>34.287.005</b>         |

|                                                 |     |                   |                   |
|-------------------------------------------------|-----|-------------------|-------------------|
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                           |     |                   |                   |
| Empréstimos e financiamentos                    | 16  | -                 | 6.718.184         |
| Impostos diferidos                              | 8.2 | 21.321            | 22.639            |
| Provisões para litígios e passivos contingentes | 20  | -                 | 241.996           |
| Demais Obrigações                               | 10  | 3.025.716         | 6.278.268         |
|                                                 |     | <b>3.047.037</b>  | <b>13.261.087</b> |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                       |     |                   |                   |
| Capital social                                  | 23  | 6.323.492         | 6.323.492         |
| Reservas                                        | 23  | 80.745            | 80.745            |
| Ajustes de avaliação patrimonial                |     | 315.892           | 315.892           |
|                                                 |     | <b>6.720.129</b>  | <b>6.720.129</b>  |
| Participação de acionistas não controladores    |     | -                 | 6.998.564         |
| <b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> |     | <b>14.727.103</b> | <b>34.287.005</b> |

| 4.2. Demonstrações do Resultado do Exercício                | Nota | Controladora      | Consolidado      |
|-------------------------------------------------------------|------|-------------------|------------------|
|                                                             |      | 31/12/2022        | 31/12/2022       |
| Receita operacional bruta                                   |      | 21.844            | 2.619.050        |
| (-) Deduções sobre a receita                                |      | (2.021)           | (316.243)        |
| <b>Receita operacional líquida</b>                          | 24   | <b>19.823</b>     | <b>2.302.807</b> |
| Custos operacionais                                         | 25   | -                 | (1.561.924)      |
| <b>RESULTADO BRUTO</b>                                      |      | <b>19.823</b>     | <b>740.883</b>   |
| Receitas / (Despesas) operacionais                          | 26   | (16.969)          | (646.453)        |
| Resultado da equivalência patrimonial/Combinação de negócio | 12   | (43.921)          | 31.136           |
| Compra vantajosa                                            |      | 88.510            | 88.510           |
|                                                             |      | <b>27.620</b>     | <b>(526.807)</b> |
| <b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>  |      | <b>47.443</b>     | <b>214.076</b>   |
| Receitas financeiras                                        |      | 195.602           | 636.861          |
| Despesas financeiras                                        |      | (32.059)          | (563.599)        |
| Variações cambiais                                          |      | (27.542)          | (50.346)         |
| <b>Resultado Financeiro</b>                                 | 27   | <b>136.001</b>    | <b>22.916</b>    |
| <b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS</b>             |      | <b>183.444</b>    | <b>236.992</b>   |
| Imposto de renda e contribuição social corrente             | 8    | (56.228)          | (174.452)        |
| Imposto de renda e contribuição social diferido             | 8    | (21.321)          | (21.321)         |
| <b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>                                   |      | <b>105.895</b>    | <b>41.219</b>    |
| Atribuível a:                                               |      |                   |                  |
| Acionistas controladores                                    |      | 105.895           | 105.895          |
| Participação dos não controladores                          |      | -                 | (64.676)         |
|                                                             |      | <b>105.895</b>    | <b>41.219</b>    |
| <b>Lucro básico e diluído por ação em (R\$)</b>             | 29   | <b>0,02647375</b> |                  |

| 4.3. Demonstrações do Resultado Abrangente | Nota | Controladora  | Consolidado      |
|--------------------------------------------|------|---------------|------------------|
|                                            |      | 31/12/2022    | 31/12/2022       |
| Receita operacional bruta                  |      | 21.844        | 2.619.050        |
| (-) Deduções sobre a receita               |      | (2.021)       | (316.243)        |
| <b>Receita operacional líquida</b>         | 24   | <b>19.823</b> | <b>2.302.807</b> |
| Custos operacionais                        | 25   | -             | (1.561.924)      |
| <b>RESULTADO BRUTO</b>                     |      | <b>19.823</b> | <b>740.883</b>   |
| Receitas / (Despesas) operacionais         | 26   | (16.969)      | (646.453)        |

| 4.4. Demonstração do Valor Adicionado                    | Controladora   | Consolidado      |
|----------------------------------------------------------|----------------|------------------|
|                                                          | 31/12/2022     | 31/12/2022       |
| Receitas                                                 | 21.844         | 2.619.533        |
| Insumos adquiridos de terceiros                          | (2.714)        | (998.382)        |
| <b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>                            | <b>19.130</b>  | <b>1.621.151</b> |
| Depreciação, amortização e exaustão                      | (886)          | (356.210)        |
| <b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO DISTRIBUÍDO PELA EMPRESA</b> | <b>18.244</b>  | <b>1.264.941</b> |
| Valor adicionado recebido em transferência               | 161.220        | 686.654          |
| <b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>               | <b>179.464</b> | <b>1.951.595</b> |

|                                              |                |                  |
|----------------------------------------------|----------------|------------------|
| Colaboradores (Empregados e Administradores) | 11.336         | 690.939          |
| Governo (Tributos)                           | 91.321         | 672.988          |
| Agentes financiadores                        | 59.422         | 634.959          |
| <b>Destinação do lucro</b>                   | <b>17.385</b>  | <b>(47.291)</b>  |
| Lucros retidos do exercício                  | 105.895        | 41.219           |
| Compra vantajosa                             | (88.510)       | (88.510)         |
|                                              | <b>179.464</b> | <b>1.951.595</b> |

| 4.5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido      | Capital social   | AFAC             | Ajustes de avaliação patrimonial | Reservas     |               | Lucros acumulados | Total Controladora | Participação não controladores | Total Consolidado |
|-----------------------------------------------------------|------------------|------------------|----------------------------------|--------------|---------------|-------------------|--------------------|--------------------------------|-------------------|
|                                                           |                  |                  |                                  | Legal        | Capital       |                   |                    |                                |                   |
| <b>Em 04 de janeiro de 2022</b>                           | -                | -                | -                                | -            | -             | -                 | -                  | -                              | -                 |
| Lucro do exercício                                        | -                | -                | -                                | -            | -             | 105.895           | 105.895            | (64.676)                       | 41.219            |
| <i>Outros resultados abrangentes</i>                      |                  |                  |                                  |              |               |                   |                    |                                |                   |
| Variação cambial de investidas localizadas no exterior    | -                | -                | 5.290                            | -            | -             | -                 | 5.290              | -                              | 5.290             |
| Reserva de reavaliação líquida dos impostos               | -                | -                | 75                               | -            | -             | -                 | 75                 | -                              | 75                |
| Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos       | -                | -                | 310.527                          | -            | -             | -                 | 310.527            | -                              | 310.527           |
| <b>Total do resultado abrangente do exercício</b>         | <b>-</b>         | <b>-</b>         | <b>315.892</b>                   | <b>-</b>     | <b>-</b>      | <b>105.895</b>    | <b>421.787</b>     | <b>(64.676)</b>                | <b>357.111</b>    |
| Capital Subscrito                                         | 5.111.344        | -                | -                                | -            | -             | -                 | 5.111.344          | -                              | 5.111.344         |
| AFAC                                                      | -                | 1.212.148        | -                                | -            | -             | -                 | 1.212.148          | -                              | 1.212.148         |
| <i>Destinação proposta à A.G.O.:</i>                      |                  |                  |                                  |              |               |                   |                    |                                |                   |
| Reserva legal                                             | -                | -                | -                                | 5.295        | -             | (5.295)           | -                  | -                              | -                 |
| Dividendos propostos                                      | -                | -                | -                                | -            | -             | (25.150)          | (25.150)           | -                              | (25.150)          |
| Transferência entre reservas                              | -                | -                | -                                | -            | 75.450        | (75.450)          | -                  | -                              | -                 |
| Parte do patrimônio líquido não atribuível a controladora | -                | -                | -                                | -            | -             | -                 | -                  | 7.063.240                      | 7.063.240         |
| <b>Em 31 de dezembro de 2022</b>                          | <b>5.111.344</b> | <b>1.212.148</b> | <b>315.892</b>                   | <b>5.295</b> | <b>75.450</b> | <b>-</b>          | <b>6.720.129</b>   | <b>6.998.564</b>               | <b>13.718.693</b> |

| 4.6. Demonstrações de Fluxo de Caixa                             | Controladora       | Consolidado        |
|------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|
|                                                                  | 31/12/2022         | 31/12/2022         |
| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>                | <b>186.398</b>     | <b>176.357</b>     |
| (Acréscimos)                                                     | (3.622.996)        | (3.973.491)        |
| Decréscimos                                                      | 4.168.624          | 4.260.608          |
| <b>Caixa líquido provenientes nas atividades operacionais</b>    | <b>732.026</b>     | <b>463.474</b>     |
| <b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b> | <b>7.590.277</b>   | <b>7.198.826</b>   |
| <b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>    | <b>(5.905.044)</b> | <b>(5.141.422)</b> |
| <b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>                  | <b>2.361.031</b>   | <b>2.346.426</b>   |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício             | -                  | 816.120            |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício                | 2.361.031          | 3.162.546          |
|                                                                  | <b>2.361.031</b>   | <b>2.346.426</b>   |